



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília, 2017

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º/09/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013; da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19/10/2016; da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30/11/2016; da Portaria TCU nº 59, de 17/01/2017; e da Portaria nº 500 e Anexo I - Norma de Execução e Anexo II - Definições, de 08/3/2016, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.

Diretoria Executiva da Autoridade Pública Olímpica

Brasília, 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

DENOMINAÇÃO	SIGLA
Agência Brasileira de Inteligência	ABIN
Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	APEX-Brasil
Assessoria Especial para Grandes Eventos do Ministério da Defesa	AEG/MD
Assessoria Especial para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016	AJO
Agência Nacional de Aviação Civil	ANAC
Agência Nacional de Telecomunicações	ANATEL
Agência Nacional de Transportes Terrestres	ANTT
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	ANVISA
Advocacia Geral da União	AGU
Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro	PROCON/RJ
Autoridade Pública Olímpica	APO
Business Monitoring System	BMS
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Câmara Temática	CT
Casa Civil da Presidência da República	CC/PR
Centro de Coordenação de Fiscalização de Explosivo	CCFE
Centro de Coordenação de Logística e Mobilização	CCLM
Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética	CCSDCiber
Centro de Imprensa de Imagem	IBC
Centro Integrado de Comando e Controle Nacional	CICCN
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB
Central Única dos Trabalhadores	CUT
Centro de Hidrografia da Marinha	CHM
Centro de Imprensa Escrita	MPC
Centro de Operações Conjuntas do Estado-Maior das Forças Armadas do Ministério da Defesa – EMCFA-MD	COC/EMCFA-MD
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	CEPEL
Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos	CPTEC
Centro de Prontidão Federal	CPF
Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais	CEMADEN
Centro Olímpico de Hipismo	COH
Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde	CIOCS
Comando Aéreo Regional	COMAR
Comissão de Coordenação do COI (Coordination Commission)	COCOM
Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016	COESRIO
Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias	CONAERO

Comitê Olímpico Internacional	COI
Comitê Paraolímpico Internacional	IPC
Comitê Técnico de Operações Especiais	CTOE
Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro	CDURP
Companhia Estadual de Água e Esgoto	CEDAE
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade	CONTRATUH
Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços	CONTRACS
Conselho Público Olímpico	CPO
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União	MTFC
Coordenação dos Programas de Pós Graduação de Engenharia	COPPE
Coordenador Geral de Defesa de Área Rio de Janeiro	CGDA-RIO
Coordenador de Defesa de Área	CDA
Departamento de Controle do Espaço Aéreo	DECEA
Diretoria da Região Copacabana e Barra	DRCB
Diretoria da Região Maracanã e Deodoro	DRMD
Diretoria de Integração	DI
Diretoria de Serviços	DS
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	INFRAERO
Empresa Olímpica Municipal	EOM
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – Ministério da Defesa	EMCFA-MD
Fundação de Apoio à Escola Técnica	FAETEC
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016	Geolimpíadas
Grupo de Trabalho	GT
Grupo Operacional	GO
Instituto Brasileiro de Turismo	EMBRATUR
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Instituto Estadual do Ambiente	INEA
Instituto Nacional de Meteorologia	INMET
Instrução Normativa	IN
International Olympic Committee	IOC
Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	LADETEC
Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem	LBCD
<i>Main Operation Center</i>	MOC
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA
Ministério da Cultura	MinC
Ministério da Justiça	MJ
Ministério de Minas e Energia	MME
Ministério do Esporte	ME
Ministério do Meio Ambiente	MMA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	MPOG
Ministério do Trabalho e da Previdência Social	MTPS
Ministério do Turismo	MTur
Ministério Público do Trabalho	MPT
Nova Central Sindical dos Trabalhadores	NCST
Olympic Broadcasting Service	OBS
Olympic Games Impact	OGI
Operador Nacional do Sistema Elétrico	ONS
Organização Mundial de Saúde Animal	OIE
Plano de Gestão de Sustentabilidade	PGS
Plano Diretor de Tecnologia da Informação	PDTI
Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear	QBRN
Secretaria de Aviação Civil	SAC
Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro	SES/RJ
Secretaria de Orçamento e Finanças	SOF
Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro	CasaCivil/RJ
Secretaria do Tesouro Nacional	STN
Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos	SESGE
Secretaria Federal de Controle Interno	SFC
Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça	SENACON/MJ
Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação	SISP
Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira	SIMCOSTA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SMAC
Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro	SMS/RJ
Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR	SAM/CC
Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo/PR	SAF
Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil/PR	SAJ/CC
Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses do Rio de Janeiro	SUBVISA-Rio
Parceria Público-Privada	PPP
<i>Temporary Power Provider</i>	TPP
Tribunal de Contas da União	TCU
Tribunal Regional do Trabalho	TRT
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
União Geral dos Trabalhadores	UGT
<i>Venue Energy Project Manager</i>	VEPM
<i>Venue Integration Committee Centre</i>	VICC
<i>Venue Integration Group</i>	VIG

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Normas internas aprovadas em 2016	14
Tabela 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	17
Tabela 3 – Restos a pagar de exercícios anteriores	37
Tabela 4 – Despesas por modalidade de contratação	38
Tabela 5 – Despesas por grupo e elemento de despesa	39
Tabela 6 - Calendário de reuniões de rotina do MOC	102
Tabela 7 - Grupos de Trabalho/Câmaras Temáticas ativas ao longo de 2016	138
Tabela 8 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	139
Tabela 9 – Força de trabalho da UPC	144
Tabela 10 - Distribuição da Lotação Efetiva	145
Tabela 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	145
Tabela 12 – Despesas com pessoal	147
Tabela 13 - Força de Trabalho de TI	153
Tabela 14 - Contratações previstas no PDTI e realizadas em 2016	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da APO	16
Figura 2 - Cadeia de valor da APO	21
Figura 3 – Acompanhamento estratégico dos indicadores de compromissos	28
Figura 4 - Evolução física projeto a projeto até 08/07/2016	29
Figura 5 – Acompanhamento Estratégico do uso do legado	30
Figura 6 - Reprodução do Processo de Monitoramento de Obras e Serviços mapeado em 2015	31
Figura 7 - Diagrama de funcionalidades do Sistema APO	32
Figura 8 - Painel de Indicadores vigentes em 2015	33
Figura 9 - Quadro de indicadores de gestão 2016	34
Figura 10 - Conclusão dos Compromissos	35
Figura 11 - Conclusão do Planejamento do Uso do Legado	35
Figura 12 - Rotatividade de pessoal	35
Figura 13 – Acompanhamento dos gastos	36
Figura 14 - Etapas de encerramento do PDTI	68
Figura 15 - Quantidade de projetos olímpicos por região	72
Figura 16 - Recursos privados x recursos públicos no custeio dos projetos olímpicos	72
Figura 17 - Estruturação do CPF	104
Figura 18 - EOC = <i>Energy Operations Center</i> , MOC = <i>Main Operations Centre</i> , BOC = <i>Broadcast Operations Centre</i> , TOC = <i>Technology Operations Centre</i>	108
Figura 19 - Representação das ações do EOC	110
Figura 20 - Sala Master	123
Figura 21 - Representação gráfica da Estrutura de governança (até 05/12/2016)	129
Figura 22 - Representação gráfica da Estrutura de governança (após 05/12/2016)	129

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Demonstrações contábeis, Notas Explicativas e Declaração do Contador

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	3
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE ANEXOS	6
2. APRESENTAÇÃO	9
3. VISÃO GERAL	13
3.1. Finalidade e Competências	13
3.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	14
3.3. Breve Histórico da Entidade	15
3.4. Ambiente de Atuação	15
3.5. Organograma	16
3.6. Macroprocessos Finalísticos	19
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	22
4.1. Planejamento organizacional	22
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	24
4.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	25
4.1.2.1. Balanço do Planejamento Estratégico	26
4.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	32
4.3. Desempenho Orçamentário	36
4.3.1. Restos a pagar de exercícios anteriores	37
4.3.2. Informação sobre a Execução das Despesas	38
4.3.3. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	42
4.4. Desempenho Operacional	42
4.4.1. Diretoria de Serviços	42
4.4.2. Diretoria de Integração	66
4.4.3. Diretoria da Região Maracanã e Deodoro	73
4.4.4. Diretoria da Região Copacabana e Barra	80
4.4.5. Operações <i>games-time</i>	94
4.4.6. Sustentabilidade e Legado	127
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	129
5.1. Descrição das estruturas de governança	129
5.1.1. Informações sobre os dirigentes e colegiados	131
5.1.1.1. Dirigentes	131
5.1.1.2. Papéis e funcionamento dos colegiados	135
5.1.1.3. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados	138
5.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	140
5.3. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	141
5.4. Gestão de Riscos e Controles Internos	142
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	144
6.1. Gestão de Pessoas	144

6.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	144
6.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	147
6.2.	Gestão do patrimônio e infraestrutura	148
6.2.1.	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	148
6.3.	Gestão da Tecnologia da Informação	148
6.3.1.	Principais sistemas de informações	148
6.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação(PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI)	151
7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	158
7.1.	Canais de Acesso do Cidadão.....	158
7.2.	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade	160
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	161
8.1.	Desempenho Financeiro no Exercício	161
8.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	161
8.3.	Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial .	162
8.4.	Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica	162
	Remanejamento das demonstrações para a seção de APÊNDICES E ANEXOS	162
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	163
9.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	163
9.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	165

2. APRESENTAÇÃO

A estrutura do Relatório obedeceu às orientações dos normativos do TCU e da CGU e está apresentada de modo a identificar os principais atributos, as ações e responsabilidades institucionais da Autoridade Pública Olímpica; as estratégias de atuação; o desempenho da execução orçamentária e financeira; e outras previstas nas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

A partir de janeiro de 2016, a APO passou a funcionar com a nova reestruturação organizacional, aprovada em 2015, acompanhando a evolução do projeto olímpico e considerando o avançado estágio das obras de infraestrutura e a necessidade de preparação para implementação dos serviços necessários aos Jogos.

O ano de 2016, de maneira geral, foi de grandes realizações para a Autarquia. No primeiro semestre, cumpriu-se o compromisso da atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, resultado do trabalho integrado feito pelos entes governamentais envolvidos no processo, com participação ativa da APO na mediação e articulação para monitoramento dos projetos e divulgação dos resultados por meio deste documento. A partir do segundo semestre, pudemos verificar a consolidação dos trabalhos realizados pela Autarquia tendo em vista o sucesso da realização dos Jogos.

A APO, para cumprimento de seu papel institucional, além do acompanhamento das obras e serviços para os Jogos, promoveu iniciativas de apoio aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016 para realização de Jogos de excelência. Dentre essas iniciativas, destaca-se o apoio à Prefeitura do Rio de Janeiro na organização e disponibilização do espaço do *Rio Media Center* aos jornalistas que não estavam credenciados a acompanhar os Jogos nas arenas e à APEX Brasil no funcionamento da Casa Brasil, espaço turístico destinado à promoção do Brasil.

Além destas, promoveu a parceria com a Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos do Ministério da Justiça – SESGE para operacionalização do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional – CICCEN, iniciativa do governo federal para centralizar a supervisão das ações de segurança durante os Jogos; e com o Comitê Rio 2016 na operacionalização do *Main Operation Center* – MOC, unidade de acompanhamento das ações operacionais durante os Jogos.

Mesmo diante destas novas atividades e parcerias, a APO continuou acompanhando a evolução dos processos, organizando seus esforços internos a partir da metodologia e dos sistemas implantados, subsidiando tomadas de decisões estratégicas e garantindo a memória da gestão dos eventos. Com a divulgação da atualização da Matriz de Responsabilidades, peça orçamentária que aponta os responsáveis pelos projetos voltados exclusivamente para os Jogos, contribuiu para a transparência da aplicação dos recursos públicos investidos pelo país para receber as Olimpíadas.

Os eventos-teste consolidaram o foco na operação e proporcionaram resultados satisfatórios em relação ao uso das arenas. Todas as instalações foram entregues para o Comitê Rio 2016, confirmando o compromisso dos governos com um cronograma previamente estabelecido para atender às competições.

Assim, o objetivo da atuação da APO durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos foi manter a parceria com os Entes Consorciados e o Comitê Rio 2016, como apoiador, interlocutor e articulador na gestão estratégica e operacional dos Jogos, a fim de dispor de informações adequadas para garantir o engajamento destes atores nas diversas atividades sob sua responsabilidade e apoiá-los nas tomadas de decisão para solucionar problemas que, eventualmente, surtissem durante a operação. Esta participação se deu, principalmente, pela presença e envolvimento nas rotinas de trabalho dos principais centros de comando, coordenação e comunicação em funcionamento durante os períodos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (*Games time*).

Tendo a APO participado de muitas atividades preparatórias das ações a serem desenvolvidas durante os jogos como decorrência do acompanhamento do planejamento dos serviços e das operações, durante a execução das diversas ações, foi possível observar o cumprimento do planejamento realizado e contribuir na realização dos ajustes necessários. Esse trabalho teve como referenciais básicos as atividades diretamente relacionadas aos eventos, tendo os Jogos Olímpicos ocorrido de 05 a 21 de agosto/2016 e os Jogos Paraolímpicos, de 07 a 18 de setembro/2016. O período de atuação junto aos Centros e nas suas rotinas de funcionamento dependeu das datas de ativação (e desativação) planejadas pelos entes, que variaram conforme o caso.

A equipe dedicada ao acompanhamento e ao apoio das atividades operacionais durante os Jogos dependeu dos meios e das estratégias de interação firmadas com os entes, do papel a ser desempenhado pela APO, nos casos específicos e, em especial, se esta presença dependeu do revezamento em escalas de trabalho para garantir presença nos centros de operação.

Ressaltamos a importância do fluxo de informações para sua difusão interna, com o objetivo de manter o alinhamento contínuo da equipe da APO, tanto para a realização de atividades finalísticas, de apoio à operação dos entes, quanto para as atividades de suporte (logística interna). Como exercitado nos eventos-teste de maior envergadura, foi realizada uma rotina diária de reuniões que permitiram as interações junto aos entes, tendo como referencial a programação de reuniões do nível mais estratégico da Autarquia (Presidente e Diretoria), que ocorreram principalmente no âmbito do Nível Integração do MOC, abrangendo, além dos parceiros governamentais, o Comitê Rio 2016, o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paraolímpico Internacional.

As atividades desenvolvidas pelos servidores durante os Jogos se inseriram no contexto geral de cumprimento das nossas finalidades institucionais, de forma que essas interações com os entes

permitiram à entidade, no cenário de execução dos Jogos, continuar a obter os insumos necessários, principalmente, para as articulações e interlocuções junto aos entes, bem como realizar o monitoramento das ações planejadas e verificar a efetividade das obras entregues e dos serviços prestados.

Em 06/12/2016, o Município do Rio de Janeiro deixou de integrar o Consórcio Público interfederativo APO, conforme Lei Municipal nº 6.107, de 05/12/2016, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 175, de 06/12/2016, transcrita a seguir:

“Lei nº 6.107, de 5 de dezembro de 2016.

Determina que o Município do Rio de Janeiro se retire da Autoridade Pública Olímpica – APO e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Município do Rio de Janeiro se retirará da Autoridade Pública Olímpica – APO, logo após o término dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com a apresentação do consórcio público do balanço final das atividades executadas pelo Município para os Jogos, independentemente dos prazos estabelecidos nos Estatutos da entidade.

Art. 2º A retirada do Município da APO não prejudicará as eventuais obrigações por ele assumidas, considerando-se, no entanto, encerradas as responsabilidades do Município para com a APO e os demais entes consorciados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAES”

Na sequência, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro comunicou à APO, por intermédio do Ofício nº 244 datado de 07/12/2016, que sancionou a Lei 6.107, de 5 de dezembro de 2016, e determinou que o Município do Rio de Janeiro se retirasse do Consórcio APO e, em 07/12/2016, em cumprimento à citada Lei, o Prefeito, pelo Decreto Rio “P” nº 765, dispensou o representante do Município no Conselho Público Olímpico.

Em 19/12/2016, o Conselho Público Olímpico editou a Resolução nº 23, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 20/12/2016, que determinou o encerramento das atividades finalísticas da APO até 15/01/2017 e a extinção da entidade em 31/03/2017. Dentre os termos desta resolução, ficou decidida a exoneração ou dispensa de cerca de 90% dos servidores até 15 de janeiro. A partir desta data, o pessoal remanescente deverá se dedicar exclusivamente às atividades administrativas

necessárias à liquidação e extinção da Entidade, compondo o Grupo de Trabalho de Liquidação (GTL), que desenvolverá suas atividades na cidade de Brasília, no período de 15/01/2017 a 31/03/2017.

No tocante às dificuldades encontradas na realização dos objetivos previstos para o exercício de 2016 por esta Unidade Prestadora de Contas, pode-se destacar a indefinição no planejamento do processo de extinção da Autarquia, impactando nos demais planejamentos internos.

3. VISÃO GERAL

3.1. Finalidade e Competências

A APO teve por finalidade unificar os esforços interfederativos, integrando e facilitando a atuação dos três entes consorciados (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro), com o objetivo de assegurar a entrega das obras e serviços necessários aos Jogos Rio 2016, em conformidade com os requisitos constantes do compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional e Comitê Paraolímpico Internacional.

As competências e objetivos determinados em Lei orientaram seu posicionamento e atuação no cenário dos Jogos (antes, durante e após), por meio de um modelo de gestão eficaz, capaz de promover ações integradas das três esferas de governo com as demais organizações envolvidas com a preparação e realização dos Jogos.

A Cláusula Quarta do Protocolo de Intenções, ratificado por meio da Lei Federal nº 12.396/2011, registra as competências institucionais a seguir listadas:

- I - a coordenação de ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos, incluindo a representação dos entes consorciados perante órgãos ou entidades da administração, direta ou indireta, e outros entes da Federação nos assuntos pertinentes ao seu objeto;*
- II - o monitoramento da execução das obras e serviços referentes aos Projetos Olímpicos;*
- III - a consolidação do planejamento integrado das obras e serviços necessários aos Jogos, incluindo os cronogramas físico e financeiro e as fontes de financiamento;*
- IV - o relacionamento, em conjunto com os próprios entes consorciados, com o Comitê Rio 2016 e demais entidades esportivas, nacionais e internacionais, responsáveis por modalidades olímpicas e paraolímpicas nos assuntos relacionados à organização e realização dos Jogos;*
- V - o planejamento referente ao uso do legado dos Jogos, com proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental;*
- VI - a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades junto aos consorciados e ao Comitê Rio 2016, visando definir obrigações das partes para a realização dos eventos, face às obrigações assumidas perante o COI;*

VII - a homologação prévia dos termos de referência, projetos básicos e executivos relativos à preparação e realização dos Jogos com a estrita finalidade de verificar se atendem aos compromissos assumidos junto ao COI, a serem contratados pelos entes consorciados, inclusive por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos casos de utilização do regime diferenciado de licitações e contratos para as obras e serviços, estabelecidos em lei federal;

VIII - a interlocução, nos casos de impasses relacionados à execução de obras, com órgãos de controle, de licenciamento ambiental e demais órgãos envolvidos.

3.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

A Autoridade Pública Olímpica foi constituída sob a forma de Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, pela Lei Federal nº 12.396, de 21/03/2011, Lei Estadual nº 5.949 e Lei Municipal nº 5.260, ambas de 13/04/2011, ratificando o protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro. Todavia, em 06/12/2016, houve a saída do Município do Rio de Janeiro do Consórcio Público pela Lei Municipal nº 6.107, de 05/12/2016, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 175, de 06/12/2016, passando, então, a ser integrado apenas pela União e pelo Estado do Rio de Janeiro. Sua estrutura organizacional e respectivas competências estão definidas no Estatuto, aprovado por meio da Resolução do CPO nº 03/2011 e alterado pelas resoluções nº 04/2012, 07/2014, 17/2015 e 05/2016.

Suas atividades internas e administrativas foram definidas por meio de Regimento Interno específico, cuja última versão foi aprovada por meio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 15, de 19/12/2016.

Para normatizar rotinas e procedimentos e facilitar o uso dos ativos tangíveis e intangíveis da instituição, a APO editou Normas Internas específicas, caso a caso, e quando necessário. Em 2016, foi editada a seguinte Norma Interna:

Tabela 1 - Normas internas aprovadas em 2016

Nº da Norma	Nº da Resolução que aprovou	Ementa
01/2016	04/2016-DE	Dispõe sobre critérios e procedimentos para utilização do serviço suplementar de transporte no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.

Fonte: Site da APO

3.3. Breve Histórico da Entidade

A APO foi criada em 2011, conforme mencionado anteriormente, com a finalidade de integrar e facilitar os esforços interfederativos, para a execução das obras e serviços necessários aos Jogos Rio 2016, em conformidade com os compromissos assumidos com o COI.

Inicialmente, ela foi concebida com uma estrutura organizacional que refletia o estágio da preparação para os Jogos à época, com suas Diretorias priorizando os seguintes aspectos: 1) Infraestrutura Esportiva, Apoio ao Evento e Meio Ambiente; 2) Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego; 3) Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção; 4) Operações e Serviços.

Conforme o andamento das atividades e com algumas entregas já sendo realizadas ao longo do período de preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos, a instituição foi, naturalmente, se adequando e mudando seu foco para entrega dos compromissos subsequentes.

No início de 2014, seu Estatuto foi alterado para que as Diretorias pudessem refletir o novo foco do acompanhamento pela instituição: 1) Infraestrutura; 2) Mobilidade; 3) Operações e Serviços e 4) Integração, sendo esta última a responsável por desenvolver ferramental metodológico e de sistemas necessários a dar suporte técnico ao acompanhamento e processamento das informações concernentes à preparação dos Jogos para auxiliar aos gestores nos processos decisórios que demandassem informações sobre o andamento e a implementação dos projetos.

A instituição é um organismo dinâmico, sendo natural seu processo de adequação à realidade e à temporalidade dos projetos olímpicos. Assim, no final de 2015, a Autarquia passou por novo processo de redirecionamento de seu foco, alterando sua estrutura organizacional a partir de janeiro de 2016, visando à priorização do acompanhamento dos serviços necessários aos Jogos, considerando o avançado estágio de conclusão das obras e da infraestrutura necessária.

Neste novo contexto, as Diretorias finalísticas estiveram assim denominadas: 1) Maracanã e Deodoro; 2) Copacabana e Barra; 3) Serviços e 4) Integração. Este novo arranjo, refletiu a necessidade atual de priorização do acompanhamento da implementação dos serviços, considerando o avançado estágio de andamento das obras.

3.4. Ambiente de Atuação

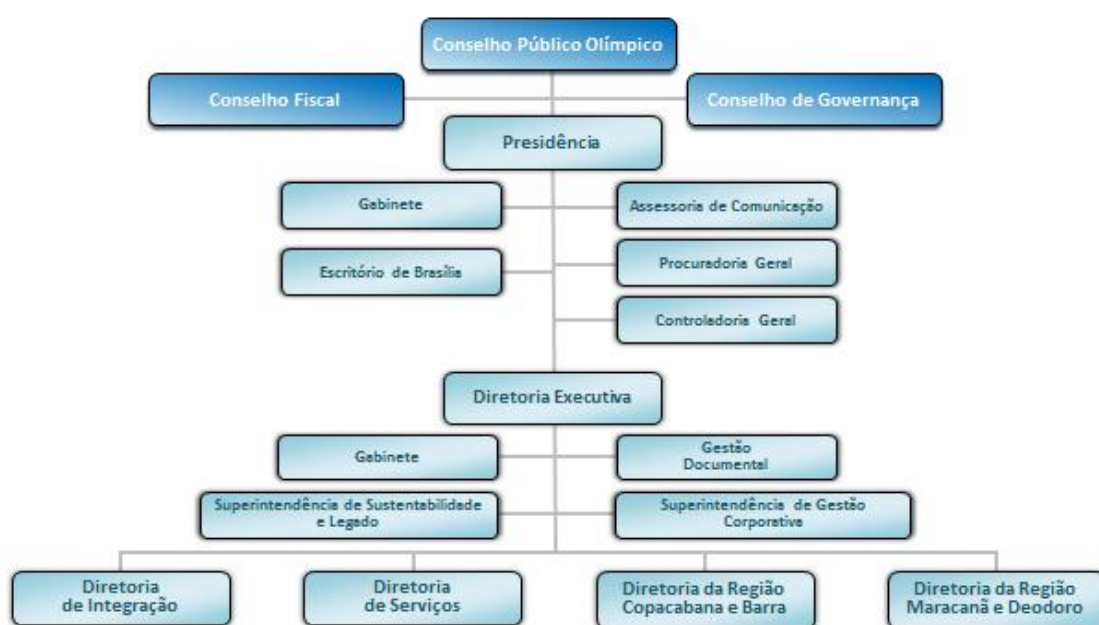
A APO atuou como instituição macro integradora dos esforços e das atividades dos três entes consorciados: União, Estado e Município do Rio de Janeiro (até sua saída do consórcio em dez/2016) visando a garantir a entrega dos compromissos assumidos junto ao COI.

Desta maneira, a articulação e a integração dos entes sempre estiveram no cerne das atividades desenvolvidas pela APO, com embasamento em elementos técnicos (informações) que lhe garantiram contribuir decisivamente para o sucesso da empreitada compartilhada pelos níveis de governo e por entidades privadas.

A APO se adequou e priorizou sua atuação considerando sempre o momento e o cenário de organização para os Jogos.

3.5. Organograma

Figura 1 - Organograma da APO



A estrutura organizacional da Autoridade Pública Olímpica esteve definida no art. 5º do seu Estatuto, aprovado por meio da Resolução nº 03, de 27/12/2011, do Conselho Público Olímpico - CPO. Alterada pela Resolução nº 04, de 10/12/2012, pela Resolução nº 07, de 21/03/2014, pela Resolução nº 17, de 22/12/2015, pela Resolução nº 5, de 01/02/2016 e pela Resolução nº 15 de 19/12/2016. Atualmente a APO encontra-se estruturada conforme demonstrado graficamente no organograma apresentado.

Tabela 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
PRESIDÊNCIA	Relacionamento Institucional e Gestão da Governança	Marcelo Pedroso	Presidente Substituto	01/01/2016a 18/04/2016 29/04/2016a 31/12/2016
		Ari Matos Cardoso (<i>in memorian</i>)	Presidente Substituto	19/04/2016 a 28/04/2016
DIRETORIA EXECUTIVA	Conduzir as deliberações colegiadas, elaborar o planejamento estratégico e seu desenvolvimento nas áreas finalísticas, o planejamento financeiro e orçamentário da instituição, bem como reportar aos órgãos da esfera de governança casos excepcionais que possam comprometer a conclusão da missão institucional da APO. Cabe a ela propor as diretrizes fundamentais de organização da APO, além de coordenar a implementação do Planejamento Estratégico, financeiro e orçamentário da Entidade.	Marcelo Pedroso	Diretor Executivo	01/01/2016 a 31/12/2016*
		Ari Matos Cardoso (<i>in memorian</i>)	Diretor Executivo Substituto	01/01/2016 a 02/06/2016
		Ligia Neves Aziz Lucindo	Diretora Executivo Substituto	03/06/2016 a 31/08/2016
		Raimundo Célio Augusto Macedo	Diretor Executivo Substituta	01/09/2016 a 28/09/2016
		Sérgio José Pereira	Diretor Executivo Substituto	29/09/2016 a 06/11/2016 19/11/2016 a 04/12/2016 18/12/2016 a 31/12/2016
		Augusto César de Brito Naylor	Diretor Executivo Substituto	07/11/2016 a 18/11/2016 05/12/2016 a 17/12/2016
DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO	Desenvolver ferramental e mecanismos de acompanhamento e processamento das informações concernentes à realização dos Jogos.	Ligia Neves Aziz Lucindo	Diretora de Integração	01/01/2016 a 03/01/2016 11/01/2016 a 03/07/2016
		Lúcia Regina Pereira Galvão	Diretora de Integração Substituta	04/01/2016 a 10/01/2016
		Herval Madeira Forny	Diretor de Integração Substituto	04/07/2016 a 29/12/2016

* Foi considerado o período integral do ano de 2016 em virtude de o Diretor Executivo titular não ter efetivo exercício em 2016, ficando a efetiva gestão a cargo de seus substitutos.

DIRETORIA DE SERVIÇOS	Acompanhar ações para planejamento e viabilização dos serviços, e obras quando necessário, para realização dos Jogos	Juliana da Silva Pinto Carneiro	Diretora de Serviços	01/01/2016a 03/01/2016 06/01/2016a 06/01/2016 14/01/2016a 10/02/2016 15/02/2016a 31/10/2016 09/11/2016a 31/12/2016
		Luiz Márcio Oliveira Paes Barreto	Diretor de Serviços Substituto	04/01/2016a 05/01/2016 07/01/2016a 13/01/2016 11/02/2016a 14/02/2016 01/11/2016a 08/11/2016
DIRETORIA DA REGIÃO MARACANÃ E DEODORO	Acompanhar as ações para implementação de obras e serviços nas regiões de Maracanã e Deodoro	Sérgio José Pereira	Diretor da Região Maracanã e Deodoro	01/01/2016 a 03/01/2016 09/01/2016a 24/10/2016 30/12/2016a 31/12/2016
		Cleusa KikueTakakura Yoshida	Diretora Substituta da Região Maracanã e Deodoro	04/01/2016a 08/01/2016
		Fernando Pimentel	Diretor Substituto da Região Maracanã e Deodoro	25/10/2016a 27/11/2016 22/12/2016a 29/12/2016
		Walter Gomes da Silva Júnior	Diretor Substituto da Região Maracanã e Deodoro	28/11/2016a 21/12/2016
DIRETORIA DA REGIÃO COPACABANA E BARRA	Acompanhar as ações para implementação de obras e serviços nas regiões de Copacabana e Barra	Raimundo Célio Augusto Macêdo	Diretor da Região Copacabana e Barra	01/01/2016 a 03/01/2016 14/01/2016 a 21/02/2016 13/03/2016 a 29/12/2016
		Walter Valente da Cunha	Diretor da Região Copacabana e Barra - Substituto	04/01/2016 a 13/01/2016 22/02/2016 a 12/03/2016

3.6. Macroprocessos Finalísticos

A Cadeia de Valor da APO apresentou uma visão do funcionamento da instituição por meio do entendimento desta como um órgão de suporte de um grande processo de atividades inter-relacionadas com o objetivo de gerar um valor específico aos entes consorciados e demais atores da governança dos Jogos.

Os entes consorciados, por meio de um instrumento de cooperação e de associação, constituíram a APO como fim precípua de integração entre eles e os entes olímpicos privados (Comitê Olímpico Internacional, Comitê Paraolímpico Internacional e Comitê Rio 2016). A APO encarrega-se ainda de dar transparência de suas atividades à sociedade e organismos internacionais interessados no evento dos Jogos Olímpicos, em cumprimento às finalidades dispostas no Contrato de Consórcio Público.

A Cadeia de Valor dividiu os macroprocessos finalísticos e os macroprocessos de suporte alinhados à missão da organização. Além disso, é possível visualizar todas as partes relacionadas à APO e as leis que a instituíram, bem como os documentos que definem os compromissos olímpicos. Os macroprocessos finalísticos são relacionados diretamente com a razão de existir da instituição e geram os produtos finais entregues aos seus clientes. Os macroprocessos de suporte estão indiretamente relacionados com os produtos finais, não sendo menos importantes no contexto geral da instituição, pois proporcionam toda a estrutura necessária para realização das atividades por todos os clientes internos.

Os macroprocessos finalísticos da APO são: Relacionamento Institucional, Monitoramento de Obras e Serviços, Planejamento do Uso do Legado. Todos os processos buscaram garantir a entrega dos compromissos assumidos com o COI e IPC.

O Relacionamento Institucional foi o processo que teve por finalidade fortalecer ativamente a instituição no contexto dos jogos, facilitando os processos externos e internos de obras e serviços, bem como do legado olímpico, trabalhando no atendimento aos clientes. Ao longo do ano, foi conduzido mais diretamente pelo Gabinete da Presidência e pela Diretoria Executiva por meio de encontros com as entidades que exercem a Governança dos Jogos e da própria APO. Possuiu como principais produtos a Matriz de Responsabilidades e Carteira de Projetos Olímpicos que, em 2016, teve suas respectivas atualizações divulgadas em 29 de janeiro e em 15 de agosto. Os principais clientes deste processo são os entes governamentais da União (Presidência da República, Ministério do Esporte, Congresso Nacional), do Estado do RJ (Governo do Estado do Rio de Janeiro) e Município do RJ (Prefeitura do Rio), os entes privados (COI, IPC e Rio 2016), mídia e organismos internacionais (Comitê Olímpico Japonês, por exemplo). As áreas responsáveis pela condução deste

macroprocesso eram as Diretorias da APO, nos seus respectivos níveis de atuação, e a Presidência de forma focada nas necessidades de cada cliente.

O Monitoramento de Obras e Serviços foi o processo que teve por finalidade gerar conhecimento técnico e estratégico orientado às necessidades de articulação da Autarquia junto à Governança dos Jogos. Para tanto, esteve estruturado para propiciar a coleta, a análise crítica e a utilização de conhecimento útil às ações dos funcionários da Autarquia, oriundo do acompanhamento dos planos e projetos executados pelos entes. Seu principal ferramental foi o Sistema APO, em especial os módulos dedicados à organização de informações finalísticas, com ambientes de consolidação e difusão interna do conhecimento gerado.

Essa base de dados corporativa teve papel de destaque no alinhamento constante da equipe e o conhecimento produzido permitiu, ainda, a consolidação de outros produtos, que eram elementos dessa rotina de alinhamento metodológico até a realização dos Jogos. Eles tinham caráter dinâmico e eram alterados ou substituídos segundo as necessidades de consolidação de informações e produção de conhecimento, de acordo com a evolução dos projetos olímpicos.

No ano de 2016, podem ser citados como principais produtos trabalhados nessa concepção os seguintes: Pauta Executiva: (Agenda, Resumo de Imprensa, Radar de Notícias, Sumários Executivos de temas em evidência na semana), Painel de Temas Acompanhados (lista de temas do Sistema de Acompanhamento com indicação de sensibilidade), Quadro Evolutivo (consolidação de informações gerenciais estatísticas do Sistema de Acompanhamento), Apostila (revista eletrônica; coletânea de informações das Pautas, Quadros Evolutivos e Videowall em mês de referência), Videowall (interface de sistema com resumos estratégicos de acompanhamento de temas), Calendário do Acompanhamento (calendário de atividades importantes para o acompanhamento finalístico), Relatórios de Fluxo Financeiro (dados de evolução financeira e física, orçamento, repasse aos órgãos executores e pagamento a contratadas de obras, em especial da Matriz de Responsabilidades).

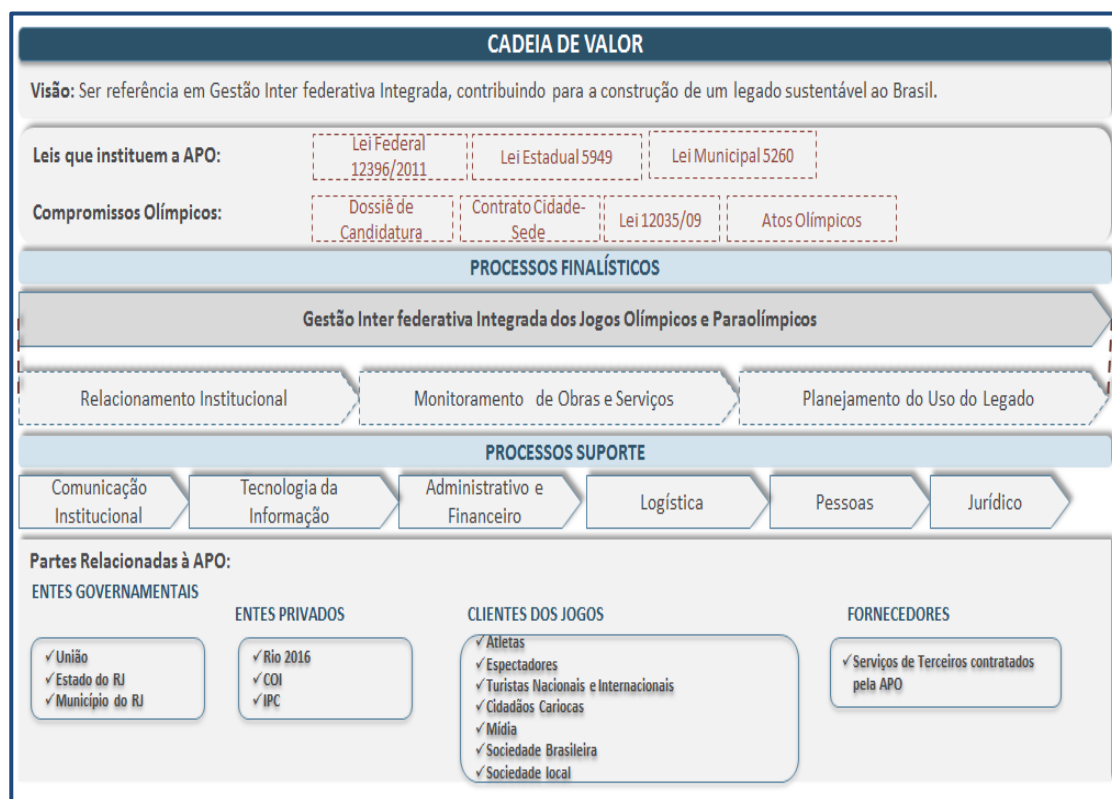
Com base nas informações ofertadas, para instrumentalizar as articulações institucionais em alguns casos, eram criados produtos com destinação externa, como Relatórios de Risco ao Conselho Público Olímpico (CPO), o Painel APO ao Comitê de Coordenação e o Cardápio de Informações APO ao Geolimpíadas (resumo das principais alterações/atualizações de dados de interesse comum dos Jogos). As áreas responsáveis por conduzir o processo de monitoramento eram as diretorias técnicas – Diretoria de Serviços, Diretoria da Região Maracanã e Deodoro, Diretoria da Região Copacabana e Barra, culminando com a atuação da Diretoria Executiva e da Presidência.

O Planejamento do Uso do Legado – PUL foi o processo que teve por finalidade consolidar e integrar as informações estratégicas definidas pelos entes sobre o legado dos itens constantes na Matriz de Responsabilidades, salientando e propondo aspectos sustentáveis. Os principais produtos

previstos deste processo foram estabelecidos no âmbito de Sub Grupo de Trabalho Planejamento do Uso do Legado - SGT PUL ligado ao Grupo de Trabalho Legado Estratégico – GT LE com a participação dos entes de governo.

Em 2016, foi finalizado o segundo relatório (R2), com base nas informações produzidas pelos entes e com proposições de autoria da APO. Os principais clientes deste macroprocesso são União (Presidência da República, Ministério do Esporte, Congresso Nacional), o Estado do RJ (Governo do Estado do Rio de Janeiro) e o Município do RJ (Prefeitura do Rio), os entes privados (COI, IPC e Rio 2016), mídia e organismos internacionais (Comitê Olímpico Japonês, por exemplo). As áreas responsáveis pela condução deste macroprocesso são a Diretoria Executiva (provendo informações aos clientes, articulações e trabalhos técnicos) e a Diretoria de Integração (ferramental para consolidação e integração da informação estratégica).

Figura 2 - Cadeia de valor da APO



4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1. Planejamento organizacional

A APO, inicialmente, organizou seu arranjo institucional visando ao acompanhamento de obras e serviços necessários à realização dos Jogos. Esta prioridade foi atribuída considerando o prazo necessário para a execução destes projetos e os entraves que poderiam vir a ocorrer e que demandariam uma atuação institucional da APO no que diz respeito à articulação para o cumprimento do cronograma.

Com a proximidade dos Jogos e com a conclusão de boa parte das obras de infraestrutura, percebeu-se a necessidade de considerar a implantação efetiva dos serviços nos equipamentos concluídos e a operação dos Jogos nos respectivos *clusters* (Copacabana/Barra e Maracanã/Deodoro).

Na estrutura organizacional vigente em 2015, para o monitoramento das ações em andamento em um *cluster*, por exemplo, o esforço para integração de informações era principalmente entre unidades. Dessa forma, no alinhamento metodológico para consolidação de conhecimentos, foram usadas estratégias para maximizar as potencialidades dos sistemas de informação, como reuniões de equipe entre as diversas unidades e a consolidação de produtos transversais. Com a evolução do projeto, tornou-se possível e conveniente investir um novo arranjo organizacional, visando a um olhar de acompanhamento, ao mesmo tempo, sobre as obras e as operações para as instalações, tendo a operação dos serviços como prioridade. Nesse modelo de departamentalização por projetos, cada unidade orgânica seria responsável por todos os elementos e variáveis que viessem a interferir diretamente nas atividades sob sua competência com foco em um determinado projeto. Esta estrutura foi aprovada pelo CPO em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 17, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 29/12/2015, alterada pela Resolução nº 5, publicada no Diário Oficial da União nº 25, de 5/02/2016 com vigência a partir de janeiro de 2016.

Assim, em 2016 a APO vivenciou a consolidação desta nova estrutura organizacional e teve seus processos e fluxos de informação agilizados, conforme previsto.

A APO é a primeira experiência de consórcio interfederativo com participação da União e o fato de ser uma organização com prazo de encerramento dos trabalhos fez com que os prazos estabelecidos para suas entregas e para a revisão de suas ações fossem breves. Esta particularidade não impediu que a organização empreendesse um esforço a médio e longo prazo e tornasse o desafio mais interessante do ponto de vista da gestão pública.

O primeiro documento do planejamento estratégico foi publicado em 24/10/2014 no Diário Oficial da União e está disponível no sítio eletrônico da instituição para o público em geral.

A estratégia da APO pode ser resumida em um de seus produtos – o Mapa Estratégico. Este produto traduz de maneira visual a estratégia e está dividido em três partes:

1. Identidade Organizacional: contendo a visão da instituição, ou onde se pretende chegar; a missão, ou o que será feito pela instituição para atingir sua visão; e seus valores, ou como a instituição deve atuar no seu ambiente de relacionamento para o cumprimento de sua missão.

VISÃO: *Ser referência em Gestão Inter Federativa Integrada, contribuindo para a construção de um legado sustentável ao Brasil.*

MISSÃO: *Integrar e Facilitar a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro, entes governamentais consorciados e Comitê Rio 2016 na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo País perante o Comitê Olímpico Internacional.*

VALORES:

- **ÉTICA:** guiar-se por princípios morais e responsabilidade no trato dos bens públicos e no cumprimento das atribuições da APO.
- **TRANSPARÊNCIA:** dar à sociedade amplo acesso às informações sobre processos, procedimentos e serviços, de forma clara e em tempo razoável.
- **COMPROMISSO:** empenho dos servidores em desempenhar suas funções com dedicação e responsabilidade, em atendimento aos compromissos com a sociedade e instituições envolvidas com os Jogos Rio 2016.
- **EFICIÊNCIA:** motivação da APO em buscar ser referência nos produtos, processos e serviços ofertados ao cidadão.
- **COLABORAÇÃO:** adotar uma atitude de cooperação diante das necessidades dos entes consorciados, Rio 2016 e demais entidades envolvidas com o Projeto Olímpico.

Ao ler a descrição da VISÃO estabelecida, percebe-se que a APO almejou se tornar uma referência em gestão inter federativa. Sendo a primeira experiência no Brasil de um órgão que integra as três esferas de governo (União, Estado e Município do RJ), a instituição construiu seus processos e propostas de valores alinhados às exigências dos entes governamentais aos quais representa.

A missão sintetizava a principal forma de atuação para atendimento ao compromisso olímpico: por meio da integração entre as partes relacionadas (entes governamentais, entes privados, sociedade, organismos internacionais, entre outros) e facilitação dos processos que levaram à entrega dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A instituição entendeu que sua missão ganhou peso ao se posicionar de forma ativa e integradora e ao estabelecer uma atuação facilitadora nos entraves burocráticos e mediadora de conflitos.

Os valores institucionais, por sua vez, acompanhavam os princípios da administração pública e reforçam o compromisso da instituição com a missão definida em lei. Tais valores eram princípios básicos e foram seguidos por todos os colaboradores durante o período de vigência da autarquia.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Objetivos Estratégicos: são caracterizados por serem resultados quantitativos e qualitativos que a organização precisa alcançar em prazo determinado. São compostos de um objetivo principal que foi aberto em outros dois objetivos estratégicos para direcionar o foco da instituição.

Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelo país, descritos na Matriz de Responsabilidades e Carteira de Projetos, para preparação e realização dos Jogos Rio 2016;

Integrar as ações governamentais e cooperar com o Comitê Rio 2016, no planejamento e execução das obras e serviços;

Atuar de forma articulada com os entes no planejamento de uso do legado, contribuindo para sua definição dentro de parâmetros de sustentabilidade.

Os objetivos estratégicos foram definidos com base na lei de criação da APO e remetem à Cláusula Quarta do Contrato de Consórcio Público. Os objetivos estavam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos da instituição que deram origem aos indicadores estratégicos formulados para mensurar seu alcance.

Ações Estratégicas:

1. Estabelecer um sistema integrado de gerenciamento capaz de potencializar o acompanhamento dos projetos e planos operacionais.
2. Elaborar um sistema de informação institucional que apoie a gestão das atividades da organização.
3. Elaborar estratégia orientada a excelência e transparência em comunicação institucional com as partes relacionadas.
4. Fortalecer e equipar o time de colaboradores.

O trabalho do planejamento estratégico identificou que, para alcançar os objetivos, seria preciso fortalecer os processos internos, as ferramentas (sistemas) utilizadas para gerenciar tais processos, promover a melhoria da comunicação da instituição (principalmente interna) e fortalecer as equipes (conhecimentos e habilidades necessários).

As ações estratégicas podem ser consideradas como as operações que envolvem toda a organização e que são desenvolvidas para o atendimento dos objetivos definidos pelo grupo de

dirigentes e estão voltadas para as necessidades organizacionais identificadas durante o processo de planejamento da estratégia.

4.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Até a realização dos Jogos Rio 2016, a instituição direcionou seus esforços conforme previsto no planejamento estratégico. Considerando as quatro ações estratégicas estabelecidas, pode ser observado em relação a cada uma:

Estabelecer um sistema integrado de gerenciamento capaz de potencializar o acompanhamento dos projetos e planos operacionais.

O Sistema APO se tornou uma ferramenta consolidada e que reuniu grande parte das informações sobre o andamento dos projetos olímpicos. Até a realização dos Jogos, ele foi aprimorado para que pudesse conter um *videowall* para apresentação de informações na Casa Brasil, conforme parceria estabelecida com a APEX/Brasil e a EMBRATUR.

Elaborar um sistema de informação institucional que apoie a gestão das atividades da organização.

Além de informações sobre os projetos, o Sistema APO continha informações administrativas e contribuiu para a organização das informações do órgão, tais como processos administrativos, documentos oficiais, etc., facilitando, assim, a transmissão do legado documental das olimpíadas, que será transmitido, em parte, ao Arquivo Nacional.

Elaborar estratégia orientada a excelência e transparência em comunicação institucional com as partes relacionadas.

A APO buscou otimizar sua relação com os entes consorciados, com vistas a apoiar e facilitar a integração entre eles, principalmente em discussões referentes aos temas importantes para realização dos Jogos. Exemplos disso, foram as questões referentes à Sustentabilidade, Legado, Energia, dentre outros.

Participando ativamente dessas discussões, amparados por conhecimento técnico estratégico sobre os assuntos afetos à preparação para os Jogos.

Fortalecer e equipar o time de colaboradores

Considerando a intensidade das últimas ações necessárias à realização dos Jogos em 2016, não foram executadas ações de desenvolvimento/aprimoramento de pessoal no período.

4.1.2.1. Balanço do Planejamento Estratégico

A conclusão do projeto olímpico, e consequentemente das atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, a partir da publicação da Resolução nº 23 de 19/12/2016 do Conselho Público Olímpico, pressupõe uma avaliação comparativa do cumprimento de suas atividades com as definições expressas em seu plano estratégico.

A missão da organização e seus objetivos provinham do entendimento a respeito de sua razão de existir, a partir das atribuições definidas na lei de criação do consórcio interfederativo (Lei 12396/11). Os mesmos estavam centrados em 3(três) eixos de atuação principais, ou macroprocessos finalísticos:

- **Relacionamento Institucional:** é o processo cuja finalidade é fortalecer ativamente a instituição no contexto dos jogos, facilitando os processos externos e internos de obras e serviços, bem como do legado olímpico, trabalhando no atendimento aos clientes.
- **Monitoramento de Obras e Serviços:** processo com a finalidade de gerar conhecimento técnico e estratégico orientado às necessidades de articulação da Autarquia junto à Governança dos Jogos.
- **Planejamento do Uso do Legado:** processo cuja finalidade é consolidar e integrar as informações estratégicas definidas pelos entes sobre o legado dos itens constantes na Matriz de Responsabilidades, salientando e propondo aspectos sustentáveis.

Diante deste pressuposto, o alcance de sua missão foi avaliada a partir do cumprimento das metas estabelecidas para cumprimento dos objetivos atrelados a estes macroprocessos.

Relacionamento Institucional:

A princípio, o processo de Relacionamento Institucional tinha como objetivo resgatar um posicionamento de maior protagonismo da instituição no processo de organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Para ser mensurado, tal processo prescindia de formalização de parcerias por meio de Termos de Cooperação com os *stakeholders* estratégicos, a saber, entes da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro detentores de informações que viabilizassem o cumprimento da missão institucional desta Autarquia.

O indicador “Abrangência do Relacionamento Institucional da APO” foi criado em um contexto em que a APO pretendia realizar acordos de cooperação com os entes consorciados para fornecimento de dados e informações acerca da execução dos projetos olímpicos. Por isso, sua base de cálculo é a razão entre o número de parcerias firmadas e de parcerias mapeadas.

Todavia, suas medições não chegaram a ser realizadas, pois, com o avançar das etapas de planejamento, o formal estabelecimento de parcerias com os entes perdeu razão, na medida em que se constatou a efetividade da obtenção de informações para os trabalhos de monitoramento da APO como fruto das interações de suas equipes técnicas, atuando dentro da metodologia de acompanhamento implantada.

A Autarquia utilizou variadas formas de interação para a coleta de informações de interesse, como, por exemplo, a participação em fóruns, visitas de campo, participação em reuniões de coordenação e o fornecimento de informações complementares pelos entes públicos, como Ministério do Esporte e Caixa Econômica Federal. Esse processo sofreu os influxos positivos, ainda, do incremento de ações de transparência ativa por parte dos entes da governança executores dos projetos e de seus órgãos de controle, com acesso a portais de transparência na Internet do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, do Ministério do Esporte, da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Controladoria-Geral do Município.

O Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de analisar essa questão, na medida em que o estabelecimento dessas parcerias constou de recomendação do item 9.5.1 do Acórdão 1.662/2014-TCU/Plenário:

9.5 com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Autoridade Pública Olímpica (APO), que:

9.5.1 que firme termo de cooperação com a Empresa Olímpica Municipal; Comitê Rio 2016; Escritório Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro e Ministério do Esporte para que repassem tempestivamente as informações necessárias ao desempenho de sua missão legal, por meio de um canal eficiente (item 214);

No bojo do Acórdão 1.784/2014-TCU/Plenário, em especial nos itens 2.7.3.2 a 2.7.3.4, 2.7.4.1 e 2.7.4.5, a recomendação foi tida como cumprida, pois, “*apesar da ausência de assinatura de Termo de Cooperação, o estabelecimento, pela APO, de fluxo de dados e informações, aliado ao fato de não ter sido identificada restrição às informações requeridas pela APO, supre a necessidade do citado instrumento*”.

Adendo a isto, a APO comprova sua integração e a importância deste processo através da atuação como facilitadora em diversos temas relevantes para a realização dos eventos, com destaque

para a integração dos atores do tema Energia Elétrica, do tema Dados Meteorológicos, do Vazio Sanitário da região de Deodoro, bem como na solução de entraves de questões aduaneiras, que necessitavam de apoio governamental.

Monitoramento de Obras e Serviços:

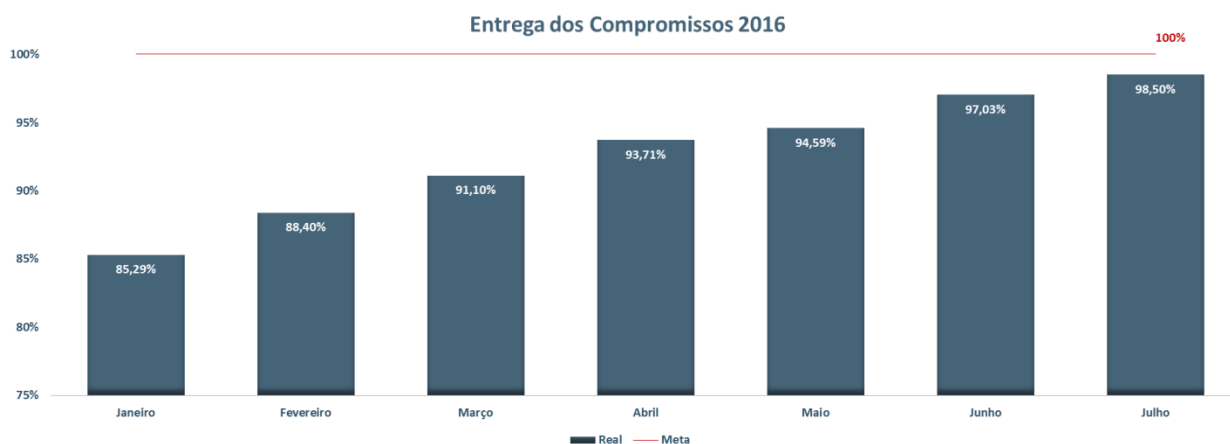
A APO organizou-se como macro integradora de informações dos projetos para os Jogos, com o objetivo de conhecer o todo, identificar e colaborar no tratamento das interfaces críticas dos projetos e planos, no tratamento de riscos estratégicos e para propor soluções para facilitar encaminhamentos e decisões dos entes consorciados e dos demais parceiros.

Assim, a APO não foi a responsável direta pela gestão e entrega dos projetos olímpicos, mas foi a instituição que, a partir das informações oriundas dos entes consorciados e demais parceiros, acompanhou o andamento das atividades por eles executadas. Nesse contexto, seus indicadores estratégicos de gestão possuíam como elementos de cálculo alguns fatores que dialogaram diretamente com os resultados desses projetos.

De fato, o indicador “Conclusão dos Compromissos” teve avaliações baseadas nas informações inseridas no Sistema de Acompanhamento da APO e teve por limite os compromissos relacionados na Matriz de Responsabilidades. Ele esteve calcado nas medições de progresso físico dos projetos, em especial das obras, com base em relatórios que, à época de seu estabelecimento, foram base de troca de informações entre os entes da governança.

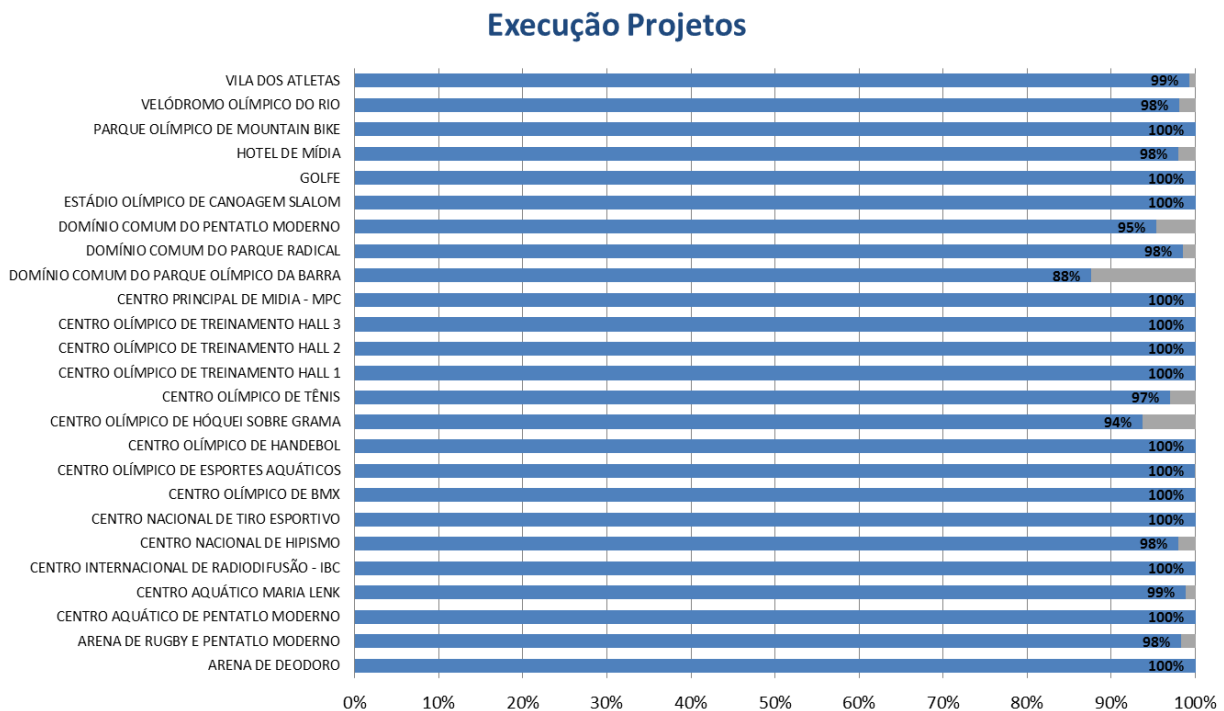
Em 2016, o acompanhamento do indicador mostrava a evolução da entrega dos compromissos, conforme o quadro abaixo (data de corte de 08/07/2016):

Figura 3 – Acompanhamento estratégico dos indicadores de compromissos



FONTE DOS DADOS: Ministério do Esporte.

Figura 4 - Evolução física projeto a projeto até 08/07/2016



As figuras mostram que os compromissos da Matriz de Responsabilidades já se apresentavam em estágio avançado, restando alguns poucos para entrega um mês antes do evento.

Outros instrumentos de acompanhamento produzidos pela APO expunham detalhes desses compromissos, dando maior robustez ao monitoramento de obras e serviços e subsidiando informações aos entes e instâncias superiores da governança da APO. Foram eles: Pauta Executiva (Agenda, Resumo de Imprensa, Radar de Notícias, Sumários Executivos de temas em evidência na semana), Painel de Temas Acompanhados (lista de temas do Sistema de Acompanhamento com indicação de sensibilidade), Quadro Evolutivo (consolidação de informações gerenciais estatísticas do Sistema de Acompanhamento), Apostila (revista eletrônica; coletânea de informações das Pautas, Quadros Evolutivos e *videowall* (em mês de referência e interface de sistema com resumos estratégicos de acompanhamento de temas), Calendário do Acompanhamento, Relatórios de Fluxo Financeiro (dados de evolução financeira e física, orçamento, repasse aos órgãos executores e pagamento a contratadas de obras, em especial da Matriz de Responsabilidades).

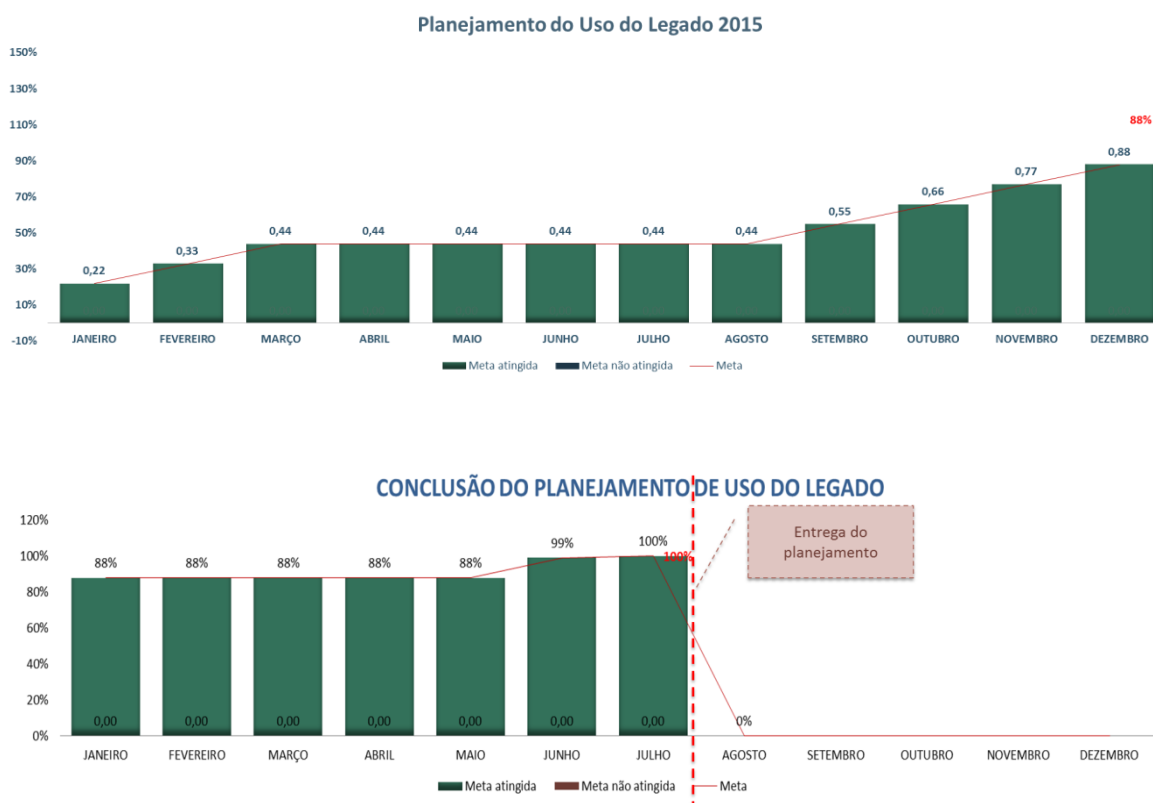
Até o presente momento (dez/2016), a Matriz de Responsabilidades Final com a última atualização dos gastos empreendidos na elaboração dos Jogos não foi aprovada pelo Conselho Público Olímpico. A atuação da Autarquia se dá em colaboração com os entes, a participação destes na validação de informações é fundamental para a elaboração da Matriz. Com a saída da PCRJ, esta deixou de ser signatária da Matriz de Responsabilidades, o que se mostrou um elemento novo e

demandou a utilização das informações de monitoramento da APO, além daquelas fornecidas pelo Ministério do Esporte e Caixa Econômica Federal, produzindo a necessidade de um prazo maior para sua finalização. Portanto, este é o último documento de consolidação do monitoramento a ser apresentado pela APO e deverá ser deliberado pelo CPO antes da conclusão das atividades do Consórcio.

Planejamento de Uso do Legado:

O acompanhamento estratégico do planejamento do uso do legado foi feito com base no cumprimento das etapas de sua elaboração e também foi considerado objetivo alcançado, conforme gráficos abaixo:

Figura 5 – Acompanhamento Estratégico do uso do legado



Inicialmente, em 2015, foi elaborado um primeiro relatório situacional contendo a metodologia utilizada, designado PUL R1. Em julho de 2016 foi entregue aos entes um relatório também situacional, demonstrando uma atualização e o estado das definições sobre o legado naquele momento.

Na versão final do Planejamento de Uso de Legado, apresentado em agosto de 2016, foram então consolidadas as informações oficiais contidas no Plano de Legado Olímpico, disponibilizado pelo Ministério do Esporte em 01/08/2016, o Plano de Gestão de Legado das instalações olímpicas de Deodoro publicado pelo Exército Brasileiro na Portaria N° 233-EME de 21/06/2016, e os diversos

editais de Licitação da Prefeitura para a gestão, operação, manutenção e adequação dos equipamentos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca.

No que tange as Ações Estratégicas, a APO considera como realizadas as que foram necessárias para o alcance de seus objetivos e cumprimento de sua missão. Cabe destacar:

- mapeamento de processos importantes como o monitoramento de obras e serviços, assunção de obras e serviços (plano de contingência) e elaboração da metodologia utilizada pela APO para cumprimento de sua missão institucional;
- implantação do Sistema APO e seus estabelecimento com a principal ferramenta de acompanhamento e visualização das informações sobre as obras e serviços, bem como de planejamento do uso do legado;
- elaboração do plano de comunicação institucional, com as definições de ações empreendidas pela ASCOM e padrões de identidade visual; e
- fortalecimento da equipe de colaboradores da APO, trazendo conhecimento técnico para seus servidores e qualidade dos processos internos.

Figura 6 - Reprodução do Processo de Monitoramento de Obras e Serviços mapeado em 2015

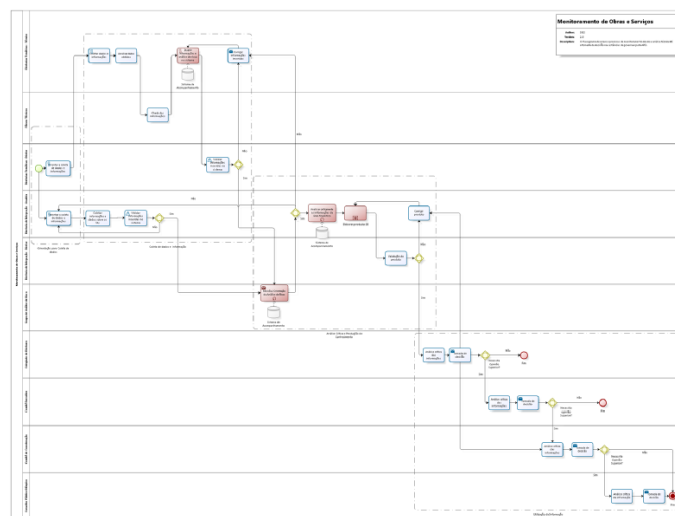
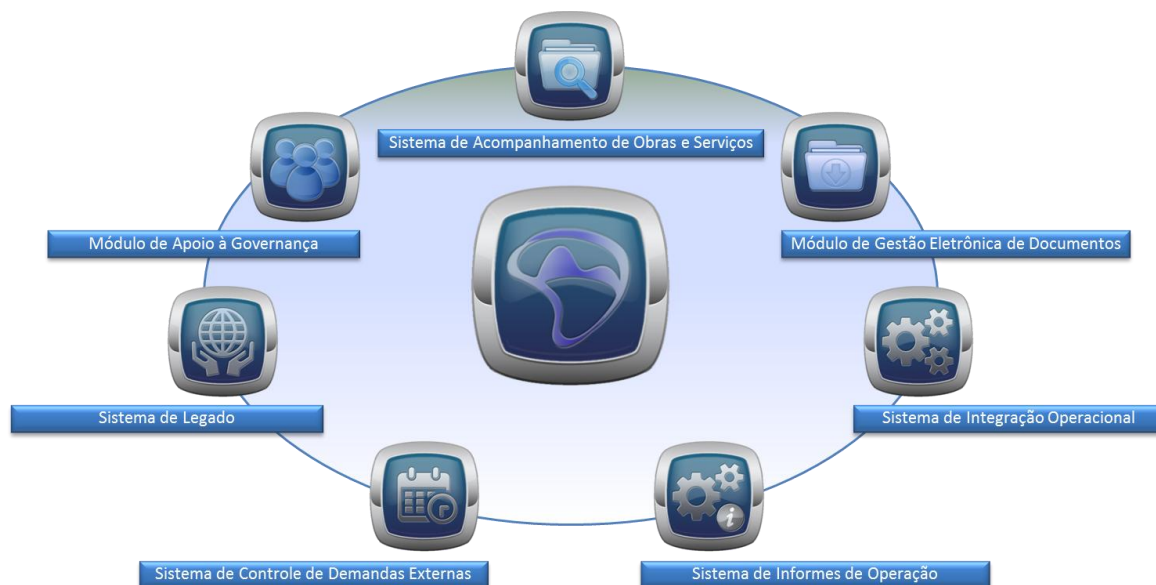


Figura 7 - Diagrama de funcionalidades do Sistema APO



4.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

A Autoridade Pública Olímpica – APO iniciou o processo de aprovação e implementação de seu planejamento estratégico em agosto de 2014. Nesta etapa, foram elaborados o Mapa Estratégico, a Cadeia de Valor e o painel de Indicadores de Gestão.

Indicadores de gestão são aqueles cujo foco está relacionado ao desenvolvimento e realização das atividades da organização, demonstram sua evolução e apontam eventuais necessidades de melhoria das atividades da instituição para alcançar seus objetivos. Esses indicadores englobam os estratégicos (que estão relacionados ao alcance dos objetivos da entidade) e os operacionais (voltados às atividades internas e administrativas).

No quadro abaixo estão dispostos os indicadores estabelecidos pela APO como desdobramentos de seu Planejamento Estratégico, sendo que os quatro primeiros possuem viés estratégico e os quatro últimos, operacionais, para o ano de 2015:

Figura 8 - Painel de Indicadores vigentes em 2015

Processo	Indicador	Finalidade
PROCESSO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	ABRANGÊNCIA DO RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL DA APO	Avaliar a abrangência do Relacionamento Institucional da APO
MONITORAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	ABRANGÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS	Avaliar a abrangência do acompanhamento dos compromissos assumidos pela APO
MONITORAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	CONCLUSÃO DOS COMPROMISSOS	Monitorar a conclusão das obras e serviços que constam da Matriz de Responsabilidade e Carteira de Projetos
PLANEJAMENTO DO USO DO LEGADO	CONCLUSÃO DO PLANEJAMENTO DE USO DO LEGADO	Monitorar a conclusão da elaboração da proposta de Planejamento de Uso do Legado
RECURSOS HUMANOS	ROTATIVIDADE DE PESSOAL	Monitorar a rotatividade de pessoas na organização.
FINANCEIRO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Monitorar a execução financeira do orçamento mensalmente
FINANCEIRO	DESPESAS DE VIAGENS	Monitorar as despesas mensais com viagens de colaboradores.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	Monitorar a disponibilidade do sistema de acompanhamento

A APO organizou-se como macro integradora de informações dos projetos para os Jogos, com o objetivo de conhecer o todo, identificar e colaborar no tratamento das interfaces críticas dos projetos e planos, no tratamento de riscos estratégicos e para propor soluções para facilitar encaminhamentos e decisões dos entes consorciados e dos demais parceiros.

Portanto, a APO não foi a responsável direta pela gestão e entrega dos projetos olímpicos, mas uma instituição que, a partir das informações oriundas dos entes consorciados e demais parceiros, acompanhou o andamento das atividades por eles executadas. Nesse contexto, seus indicadores estratégicos de gestão possuíam como elementos de cálculo alguns fatores que dialogaram diretamente com os resultados desses projetos.

Considerando que o acompanhamento de serviços ganhou relevo e se constatou o avançado estágio das obras, houve a necessidade de promover nova alteração da estrutura organizacional da APO, conforme descrito em tópicos anteriores, a qual passou a vigorar a partir de janeiro de 2016. Além disso, verificou-se a necessidade de revisão dos indicadores.

O indicador “Abrangência do Relacionamento Institucional da APO”, por exemplo, foi criado em um contexto em que a APO pretendia realizar acordos de cooperação com os entes consorciados para fornecimento de dados e informações acerca da execução dos projetos olímpicos. Por isso, sua base de cálculo é a razão entre o número de parcerias firmadas e de parcerias mapeadas. Todavia, suas medições não chegaram a ser realizadas, pois, com o avançar das etapas de planejamento, o formal estabelecimento de parcerias com os entes perdeu razão, na medida em que se constatou a

efetividade da obtenção de informações para os trabalhos de monitoramento da APO como fruto das interações de suas equipes técnicas, atuando dentro da metodologia de acompanhamento implementada.

Da mesma maneira, o indicador “Abrangência do Acompanhamento dos Compromissos Assumidos” tinha por objetivo monitorar se a APO recebia todos os dados relativos ao cronograma físico das obras. O percentual relatado é a quantidade de dados recebidos do universo da base. A integradora CIRJ fornecia grande parte das informações. A partir de julho de 2015, a fonte de dados mudou e passou a ser o Ministério do Esporte, cujo escopo de acompanhamento é menor. Esta alteração no universo dos dados alterou o resultado do indicador e impossibilitou a análise dos desvios e a comparação entre o histórico dos dois semestres. Para manter o paralelismo e tentar formar outra base de comparação, foi necessário restringir a análise aos compromissos da Matriz e Base de Dados do ME.

Assim, ambos os indicadores não foram considerados para 2016, estando o quadro de indicadores deste ano conforme figura abaixo:

Figura 9 - Quadro de indicadores de gestão 2016

Processo	Indicador	Finalidade	Status	2016
MONITORAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	CONCLUSÃO DOS COMPROMISSOS	Monitorar a conclusão das obras e serviços que constam da Matriz de Responsabilidade e Carteira de Projetos	IMPLANTADO	✓
PLANEJAMENTO DO USO DO LEGADO	CONCLUSÃO DO PLANEJAMENTO DE USO DO LEGADO	Monitorar a conclusão da elaboração da proposta de Planejamento de Uso do Legado	IMPLANTADO	✓
RECURSOS HUMANOS	ROTATIVIDADE DE PESSOAL	Monitorar a rotatividade de pessoas na organização.	IMPLANTADO	✓
FINANCEIRO	ACOMPANHAMENTO DE GASTOS	Monitorar os gastos com pessoal e custeio/investimento mensalmente	IMPLANTADO	✓
FINANCEIRO	DESPESAS DE VIAGENS	Monitorar as despesas mensais com viagens de colaboradores.	IMPLANTADO	✓
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	Monitorar a disponibilidade do sistema de acompanhamento	IMPLANTADO	✓

Em relação aos indicadores estratégicos, são os seguintes os dados apurados em 2016:

Figura 10 - Conclusão dos Compromissos

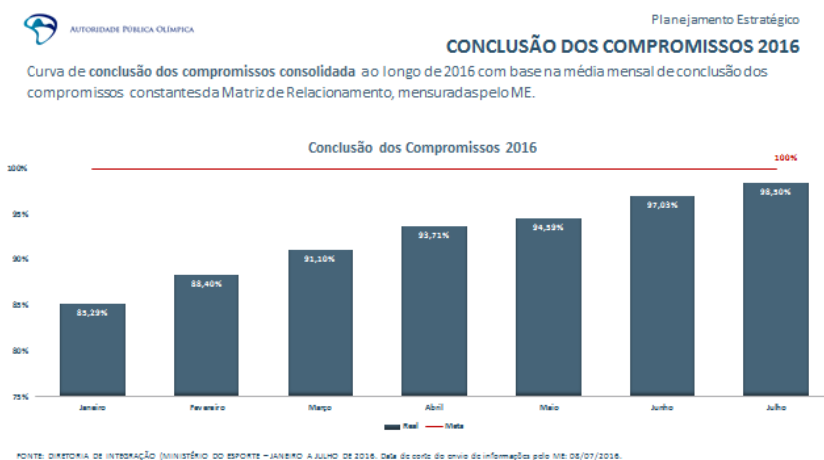


Figura 11 - Conclusão do Planejamento do Uso do Legado

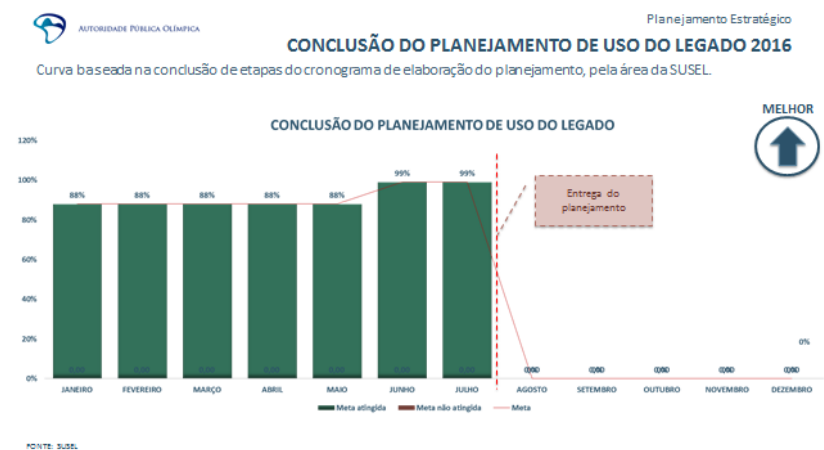
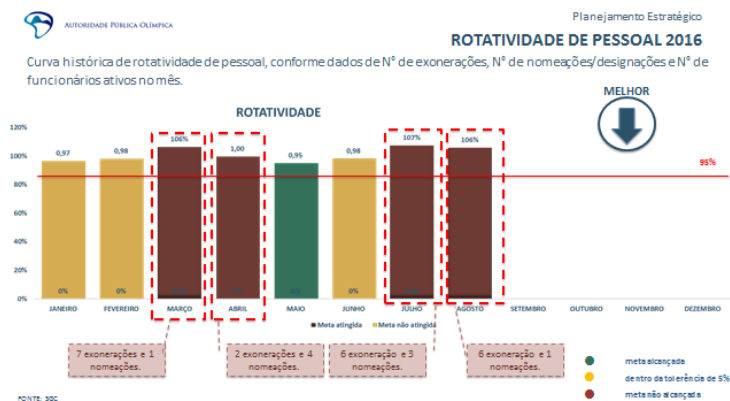
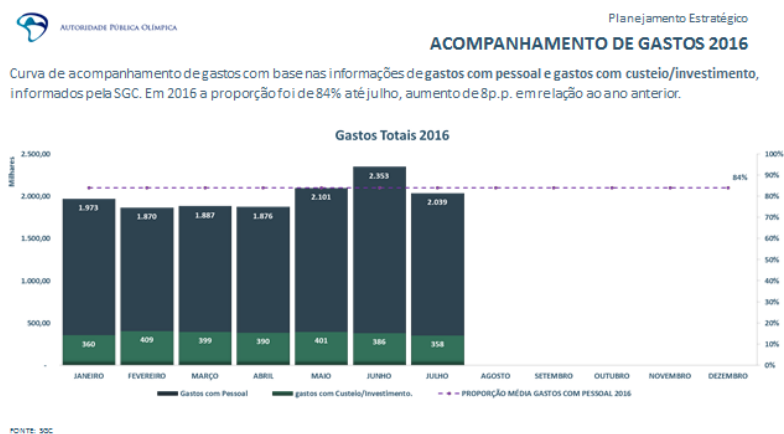


Figura 12 - Rotatividade de pessoal



Sobre a Execução Orçamentária, o nome do indicador foi alterado para “Acompanhamento dos Gastos”, cujo principal instrumento utilizado para o seu acompanhamento foram as reuniões rotineiras junto à Diretoria Executiva, com apresentação mensal ao Conselho Fiscal da Autarquia.

Figura 13 – Acompanhamento dos gastos



4.3. Desempenho Orçamentário

O Consórcio Público APO não integra os Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e Estatal da União. O orçamento da APO é um instrumento não legislativo, contratual, decorrente de transferências realizadas por intermédio de compromissos assumidos por Contrato de Rateio, assinado anualmente pelos três entes - União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro e obedece às normas gerais de direito financeiro aplicável às entidades públicas, a Lei nº 11.107/2005, o Decreto nº 6.017/2007 e a Portaria STN Nº 274, de 13 de maio de 2016.

Os registros contábeis, no aspecto orçamentário, abrangeram as etapas de previsão de execução das receitas e das despesas, nas respectivas classificações orçamentárias codificadas de acordo com a Portaria STN/SOF nº 163 de 04/05/2011, bem como o disposto no art. 35 da Lei 4.320/64, considerando as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional para contabilização e evidenciação de suas informações.

A Cláusula Vigésima do Contrato de Consórcio Público, aprovado pela Lei nº 12.396, de 21/3/2011 e congêneres estadual e municipal, especifica em seu Parágrafo Primeiro que as despesas da Autarquia serão custeadas pelos três entes consorciados, conforme Contrato de Rateio.

O orçamento da Autarquia se divide em duas partes, sendo uma classificada como dotação inicial, que representa os recursos integrantes do Contrato de Rateio, e a outra classificada como dotação adicional, que representa os recursos oriundos do superávit financeiro dos exercícios anteriores.

Para a manutenção das atividades da APO, os recursos executados em 2016 foram àqueles apurados no superávit havido em 2015 e o orçamento, aquele aprovado pelo Conselho Público Olímpico ainda em 2015, por intermédio da Resolução nº. 16, de 22/12/2015, publicada no DOU de 30/12/2015 e disponibilizada no sítio da APO, com o total aprovado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Para fim de contingenciamento, os pagamentos de despesas no exercício de 2016, inicialmente, foi observado o limite total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

No decorrer do ano, foram realizados dois descontingenciamentos:

- a) Resolução CPO nº 18, de 21 de setembro – R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais)
- b) Resolução CPO nº 23, de 19 de dezembro – R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

4.3.1. Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 3 – Restos a pagar de exercícios anteriores

				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	1.702.007,68	1.328.998,23	312.702,16	60.307,29
2014	2.708.202,45	1.987.093,72	721.108,73	0,00
2013	5.384.950,93	1.705.109,96	3.679.840,97	0,00
2012	252.942,06	4.390,81	248.551,25	0,00
2011	55.125,71	0,00	55.125,71	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Em análise ao quadro acima, se observa o saldo remanescente de Restos a Pagar do ano de 2015 no valor de R\$ 60.307,29 (sessenta mil, trezentos e sete reais e vinte e nove centavos), referente

a despesas que se encontravam em aberto, devido a necessidade de negociação do valor devido através de ajuste de contas e faturas, remanescendo a obrigação de pagar ao referido credor.

4.3.2. Informação sobre a Execução das Despesas

Tabela 4 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: APO– União/Est RJ/Mun RJ	Cód. UO: 913001 / 002 / 003		UGO: 913001 / 002 / 003	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.463.469,44	2.343.829,28	1.463.469,44	2.343.829,28
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.463.469,44	2.343.829,28	1.463.469,44	2.343.829,28
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	503.002,89	305.919,11	503.002,89	304.141,68
h) Dispensa	407.056,28	180.791,87	407.056,28	179.014,44
i) Inexigibilidade	95.946,61	125.127,24	95.946,61	125.127,24
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	22.930.176,08	22.072.208,91	22.930.176,08	22.072.208,91
k) Pagamento em Folha	22.720.518,59	21.801.559,45	22.720.518,59	21.801.559,45
l) Diárias	209.657,49	270.649,46	209.657,49	270.649,46
5. Outros	2.987.427,37	2.718.948,79	2.987.427,37	2.716.770,99
6. Total (1+2+3+4+5)	27.884.075,78	27.396.388,49	27.884.075,78	27.392.433,26

Tabela 5 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: APO – União / Est RJ / Mun RJ			Código UO: 913001 / 002 / 003			UGO: 913001 / 002 / 003		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e vantagens fixas e Gratificações – pessoal civil	16.081.929,29	15.816.436,48	16.048.132,47	15.816.436,48			16.048.132,47	15.816.436,48
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	4.374.673,88	4.464.303,52	4.003.519,63	3.906.379,18	371.154,25	557.924,34	4.003.519,63	3.906.379,18
Obrigações patronais	2.279.513,81	2.031.365,58	2.279.112,24	2.031.365,58	-	-	2.279.112,24	2.031.365,58
Demais elementos do grupo	86.368,29	47.378,21	86.368,29	47.378,21	0	0	86.368,29	47.378,21
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e despesas com locomoção	605.139,99	1.309.246,53	605.139,99	1.169.849,50	-	139.397,03	605.139,99	1.168.072,07

Serviços de Terceiros – PJ	1.236.480,27	2.362.108,32	1.359.875,92	1.710.606,93	142.569,78	651.501,39	1.359.875,92	1.710.606,93
Indenizações e Restituições	2.189.780,60	1.907.863,52	2.153.173,42	1.769.811,54	36.607,18	138.051,98	2.153.173,42	1.769.811,54
Demais elementos do grupo	1.471.686,29	994.668,31	1.348.753,82	900.043,47	122.932,47	94.624,84	1.348.753,82	897.865,67
Total	28.325.572,42	28.933.370,47	27.884.075,78	27.351.870,89	673.263,68	1.581.499,58	27.884.075,78	27.347.915,66
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e material permanente	0,00	93.585,96	0,00	44.517,60	0,00	49.068,36	0,00	44.517,60
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	93.585,96	0,00	44.517,60	0,00	49.068,36	0,00	44.517,60

4.3.3. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve Concessão de Suprimento de Fundos em 2016.

4.4. Desempenho Operacional

Considerando os indicadores estratégicos, a metodologia de atuação adotada pela APO, como integradora e articuladora das ações realizadas pelos entes e parceiros para a realização dos Jogos Rio2016, em observância à legislação vigente, destacam-se, a seguir, os principais resultados alcançados no exercício de 2016.

4.4.1. Diretoria de Serviços

À medida que se aproximaram os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, as obras nas instalações caminhavam para a conclusão, ganhando destaque crescente o monitoramento dos riscos e, sobretudo, o esforço preventivo de articulação e integração relativo ao planejamento, a organização e a efetiva implementação das operações e serviços.

Este trabalho foi intensificado pela APO, por intermédio de sua Diretoria de Serviços, ao longo de 2016. Nesta função, a APO se dedicou primordialmente à articulação dos órgãos integrantes do sistema de governança dos Jogos para solução de impasses.

Este processo de trabalho da APO exigiu a participação em reuniões, fóruns, grupos de trabalhos, comitês e similares, que compunham a governança dos Jogos desde o nível operacional, até o nível mais estratégico; e o contato com autoridades e órgãos para solução de impasses e troca de informações. Na sequência, serão abordados os temas acompanhados pela DS: Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária; Limpeza e Resíduos; Sustentabilidade; Cultura; Eventos; Turismo; Acomodações; Força de Trabalho; Cidade do Futebol; Dados Meteorológicos e Oceanográficos; Imigração e Credenciamento; Tributação e Aduana; Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE) - LADETEC; Garantias; Proteção de Marcas e Propriedade Intelectual; Segurança Pública, Defesa Nacional e Inteligência; Energia Elétrica; Telecomunicações; Saneamento Básico e Fornecimento de Gás Encanado; Aeroportos; Chegadas e Partidas; e Operações de Mobilidade e Acessibilidade.

Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária

Até julho de 2016 a APO acompanhou a concretização de alguns compromissos assumidos pelo Comitê Rio 2016 e pelos entes governamentais envolvidos e a resolução de algumas pendências para o êxito das ações a serem desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Nos meses de

agosto e setembro, a APO acompanhou a operação dos Jogos e participou da repactuação entre os entes e o Rio 2016, referente à realização de alguns ajustes necessários no planejamento, alguns dos quais envolveram transferências de responsabilidade.

O principal fórum de integração de todos os envolvidos foi o GT Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde, e seus atuais 3 (três) subgrupos: 1) assistência e regulação, o qual incorporou os temas tratados no subgrupo atendimento pré-hospitalar móvel; 2) vigilância sanitária e 3) riscos epidemiológicos, sanitários e ambientais.

A atuação da APO junto aos subgrupos supracitados foi decisiva no alcance dos seguintes resultados:

1. Em relação ao atendimento pré-hospitalar (fixo e móvel):

- Pactuação do cronograma e da efetiva entrega das 136 ambulâncias restantes e de seus respectivos equipamentos, pelo Ministério da Saúde à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, entre abril e maio de 2016;
- Publicação pelo Ministério da Saúde em 18/03/2016 da Portaria que autorizou o repasse de R\$ 30 milhões para a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro contratar a equipe de profissionais das ambulâncias;
- Realização do pregão para contratação da equipe médica das ambulâncias pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro entre abril e maio de 2016. Devido às mudanças institucionais que ocorreram no MS, no segundo semestre de 2015, a APO atuou junto aos novos gestores, para garantir que as pactuações realizadas, anteriormente, fossem cumpridas, considerando que o custeio da operação das ambulâncias dedicadas aos *clusters* era responsabilidade integral do MS, embora a operação tenha sido responsabilidade da SES/RJ;
- Elaboração dos planos médicos pelo Comitê Rio 2016 para todas as instalações de competição, não-competição e treinamento;
- A Policlínica da Vila dos Atletas, cuja montagem foi concluída em 25/06/2016, começou a funcionar para a realização de testes operacionais em 18/07/2016 e foi aberta oficialmente aos atletas em 24/07/2016;
- Contratação pelo Rio 2016 de empresa de prestação de serviços médicos responsável pela prestação do atendimento médico nas instalações do Rio 2016 no período *off hours*;
- Participação exitosa da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro na operação das ambulâncias dedicadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em apoio à área funcional de

Serviços Médicos do Comitê Rio 2016, em diversos eventos-teste realizados a partir de janeiro de 2016, com as ambulâncias adquiridas pelo Ministério da Saúde, bem como durante os Jogos propriamente;

- Cabe ressaltar que, às vésperas dos Jogos, os entes foram surpreendidos com a informação de que a equipe de voluntários de Serviços Médicos do Comitê Rio 2016 estava desfalcada. Foi então, organizada uma força-tarefa, com profissionais do SUS, os quais já reforçaram a equipe do Rio 2016, a partir da Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos, em 05/08/2016;
- Para viabilizar o atendimento médico nas instalações durante as Paraolimpíadas, em 24/08/2016, foi pactuado entre o Rio 2016 e os entes governamentais, quais instalações ficariam sob a responsabilidade de cada um, tendo sido realizado um esforço coletivo que garantiu o padrão de atendimento necessário.

2. Em relação ao atendimento hospitalar:

- Contratação de 2.943 profissionais de saúde temporários, entre médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e outras áreas para a rede federal de saúde no estado. Esses profissionais apoiaram o atendimento prestado à população durante os Jogos. A APO articulou com a Casa Civil/SAM para atuação desta junto ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão responsável por autorizar a contratação temporária pelo Ministério da Saúde (MS);
- Incremento de recursos humanos para os hospitais municipais que formam as unidades de referência por *cluster* para os casos em que houve necessidade de remoção de pacientes atendidos pelo Comitê Rio 2016 nos postos de atendimento médico em todas as instalações, a saber: HM Lourenço Jorge, CER Barra, HM Albert Schweitzer, HM Souza Aguiar, CER Centro, HM Salgado Filho, UPA Engenho de Dentro, HM Miguel Couto e CER Leblon;
- Disponibilização das vagas de retaguarda nas redes estadual e federal solicitadas pelo governo municipal.

3. Em relação à vigilância sanitária:

- Aprovação em 22/01/2016, pela Diretoria Colegiada da ANVISA, do Plano Operativo Tripartite que detalha as ações dos órgãos de vigilância sanitária dos três entes governamentais. O plano incluiu uma matriz de responsabilidades negociada com a intermediação da APO, a

fim de garantir clareza nos limites de atuação de cada esfera de governo, sobretudo visando a minimizar conflitos e sobreposição de competências entre a ANVISA e a SUBVISA-Rio;

- Realização de diagnóstico de risco vetorial estratificado por tipo de vetor identificado e ações de controle e monitoramento nos locais de competição e centros de treinamento;
- Intensificação, principalmente pela SUBVISA, de diversas ações de fiscalização e monitoramento, no período pré-Jogos. Foram realizadas inspeções prévias nos postos médicos e nos locais de alimentação dentro das instalações olímpicas e paraolímpicas e nas empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Comitê Rio 2016 e suas subcontratadas, especialmente as atuantes no ramo de alimentação;
- Para viabilizar a atuação preventiva em toda a cadeia de fornecedores do Comitê Rio 2016 a fim de garantir a segurança sanitária dos alimentos a serem consumidos, aproximadamente um mês antes do início das Olimpíadas, foram realizadas diversas reuniões para troca de informações entre a equipe de Alimentos e Bebidas do Rio 2016 e os órgãos de vigilância sanitária. Segundo a matriz de responsabilidades pactuada, no que se refere aos serviços de alimentação, cabia ao Rio 2016 entregar aos órgãos de vigilância sanitária a lista das empresas contratadas e subcontratadas para atuar no período dos Jogos e viabilizar o acesso das equipes de fiscalização às *venues*. Embora com atraso, decorrente da demora na contratação das empresas de catering sob responsabilidade da área de Alimentos e Bebidas do Rio 2016, as informações sobre as empresas contratadas e subcontratadas foram passadas aos órgãos da vigilância sanitária dos três entes e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em cumprimento aos acordos firmados no âmbito do GT Saúde, para que estes pudessem identificar e comunicar ao Rio 2016 possíveis irregularidades.

4. Em relação à vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador:

- Lançamento pelo Ministério da Saúde, em parceria com as Secretarias de Saúde das sedes dos jogos Olímpicos e outras instituições nacionais e internacionais, do aplicativo Guardiões da Saúde, o qual permite a detecção mais rápida da proliferação de doenças e a adoção das providências necessárias para informar e proteger a população;
- Revisão do plano de trabalho do Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde (CIOCS), cujo papel é a gestão conjunta das ações nos âmbitos da vigilância em saúde e assistência, desempenhando as funções de detecção, monitoramento e resposta a eventos de importância de saúde pública durante o período dos Jogos;

- Elaboração dos modelos de relatórios de 24h e 72h e definição sobre o fluxo de informações entre o Rio 2016 e os órgãos de saúde pública que compõem o CIOCS;
- Cabe ressaltar que a gestão da informação sempre foi um ponto sensível na relação entre o Comitê Rio 2016 e os órgãos que compõem o CIOCS e o fluxo foi repactuado diversas vezes. Devido à indisponibilidade do sistema de prontuário eletrônico, às vésperas do início das Olimpíadas, em 04/08/2016, houve uma repactuação sobre o instrumento para gestão da informação a ser utilizado pelo Rio 2016;
- O CIOCS tripartite começou a funcionar, em 05/07/2016, para atividades de monitoramento da chegada das delegações, membros da imprensa e turistas, mas a sala só foi ativada em 29/07/2016. Em 05/08/2016, o CIOCS atingiu o seu nível de ativação máximo, com equipes presenciais por 24h, para o monitoramento de intercorrências relacionadas à saúde durante as competições e circulação de turistas, delegações e imprensa nos locais de competição e nos locais onde ocorreram os eventos culturais (*Live Sites*). O CIOCS permaneceu ativado até o retorno das delegações após os Jogos Paraolímpicos.

5. Em relação ao planejamento da resposta em caso de situações de emergência:

- Elaboração de plano de contingência integrado a ser executado em caso de eventos com múltiplas vítimas no âmbito da Oficina Temática de Defesa Civil da COESRIO, no qual é informada a rede hospitalar de urgência e emergência. A APO atuou, desde o início das reuniões da OT Defesa Civil, para garantir a participação de representantes de todos os órgãos de saúde envolvidos na resposta em caso de eventos com múltiplas vítimas e, também, junto ao governo federal – Casa Civil/SAM e MJ/SESSE – para garantir os recursos necessários à operação do CBMERJ;
- Elaboração e assinatura em 16/05/2016 da Nota Técnica Conjunta pelos Ministérios da Defesa, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação, tratando da estrutura de atendimento às ameaças, incidentes ou ataques de natureza química, biológica, radiológica e nuclear (QBRN), contemplando orientações para o procedimento de diversos órgãos em caso de eventos de natureza QBRN, considerando a necessidade de articulação entre todos os envolvidos na resposta;
- Conclusão pelo MS, em julho de 2016, do processo de aquisição de antídotos e de equipamentos de proteção individual (EPI) para distribuição entre os órgãos de saúde municipais e estaduais;

- Em 13/07/2016, a SES apresentou o plano integrado de contingências para as ações de vigilância e assistência em saúde e informou que uma parcela das ambulâncias dedicadas aos Jogos e operadas pela SES por *cluster* poderia ser utilizada em situações de contingência. A SES, em parceria com outros órgãos de saúde, estabeleceu uma Coordenação Regional das Ações de Saúde (CRAS) com funcionamento dentro do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e com fluxo de informações integrado ao CIOCS.

Limpeza e Resíduos

O foco original da APO no acompanhamento da operação de Limpeza e Resíduos do Rio 2016 era a segurança sanitária da operação. Para que a Vigilância Sanitária pudesse realizar o seu trabalho de mitigação dos riscos, conforme o Plano Operativo Tripartite da Vigilância Sanitária, o Comitê Rio 2016 deveria repassar aos órgãos da vigilância sanitária, a lista das empresas privadas de limpeza a serem contratadas. Originalmente, a prestação dos serviços de limpeza e resíduos nas *venues* seria, exclusivamente, responsabilidade do Comitê Rio 2016, porém, em janeiro de 2016 a Prefeitura do Rio assumiu a limpeza de parte das instalações.

Em relação ao descarte de resíduos, a partir de setembro de 2015, o Governo Federal, até então, sem atuação no planejamento operacional, empenhou-se para que fosse viabilizada a inclusão das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis na operação dos Jogos Rio 2016 e este tema passou a ser pauta constante nas reuniões do GT Sustentabilidade, com o acompanhamento da APO.

Foram necessárias diversas reuniões para alinhamento de todos os órgãos envolvidos e obtidos os seguintes avanços:

- Pactuação com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) em janeiro de 2016;
- Pactuação entre a Prefeitura e o Rio 2016, resultando na transferência de responsabilidade para a Comlurb da limpeza do Parque Olímpico da Barra, assim como toda a coleta dos resíduos não recicláveis;
- Assinatura do termo aditivo de sub-rogação do Convênio nº 770608/2012 entre a SENAES/MTE e a SEA-RJ em 08/04/2016 e publicado no DOU em 19/04/2016, transferindo a execução do convênio da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA;
- Contratação pelo Rio 2016 das empresas responsáveis pela limpeza das instalações: a Sunplus (Vila Olímpica, IBC/MPC, Riocentro, Golfe, UAC, Maracanãzinho, Maracanã e *Cluster* Copacabana) e a Masan (Estádio Olímpico, Sambódromo, *Cluster* Deodoro e Vilas de Mídia);

- Contratação direta pelo INEA da Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis Despoluidora do Ambiente Ltda. para a prestação do serviço apenas no período dos Jogos, com base no art. 57 da Lei nº 11.445/2007, que inseriu o inciso XXVII no art. 24 da Lei nº. 8666/1993, o qual torna dispensável a licitação para contratação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- Treinamento dos catadores nos dias 14 e 15/07/2016;
- Lançamento oficial do Programa de Reciclagem Inclusiva dos Jogos em 29/07/2016.

Assuntos Equestres

Em 2016, com amadurecimento do planejamento das operações envolvendo equinos, surgiram novas questões que necessitaram da articulação ativa da APO junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

Em janeiro de 2016, o MAPA aprovou previamente o plano de biossegurança desenvolvido pelo Comitê Rio 2016, em tempo hábil para serem realizadas as modificações operacionais para a execução das competições. Em março de 2016, foi realizado o último evento-teste de Hipismo antes dos Jogos, no qual houve avaliação do MAPA com relação ao plano de biossegurança. A APO realizou uma série de reuniões com os representantes do Comitê e do MAPA para a definição dos requisitos ideais de biossegurança e revisão do plano.

Em fevereiro de 2016, o Comitê apresentou a necessidade de importação de feno para consumo dos equinos durante os Jogos. Este tema exigiu articulação da APO com o MAPA. Após análise e tratativas, o MAPA autorizou a importação excepcional de feno para os Jogos.

Em março, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu o trabalho do MAPA para garantir a sanidade dos equinos atletas e a biossegurança no Complexo Militar de Deodoro, onde está o Centro Olímpico de Hipismo (COH), que foi palco de provas hípicas durante os Jogos de 2016. A OIE reconheceu que o Brasil seguiu as recomendações para tornar o COH uma área segura no aspecto sanitário para a competição. Este trabalho foi acompanhado pela APO junto ao Comitê Rio 2016, fazendo as articulações necessárias para garantir a manutenção do “vazio sanitário”.

A conclusão da obra da clínica veterinária, em julho de 2016, que também foi acompanhada pela APO, foi importante para que, em caso de emergências, os equinos pudessem ser atendidos no Centro Olímpico de Hipismo sem sair da área do vazio sanitário, garantindo um dos requisitos para a realização da competição.

A APO também acompanhou, junto aos membros do "GT Olimpíadas SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária", instituído pela Portaria nº 22, de 04/04/2016, o cumprimento das exigências

estabelecidas na IN MAPA nº 09, de 23/04/2015, que aprova o "Regulamento de defesa agropecuária relacionado aos equinos de excelente estado sanitário que participarão dos XXXI Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e aos insumos vinculados a esses animais".

Quanto à operação de chegadas e partidas dos cavalos, o estabelecimento de seu fluxo, além do fluxo de importação de equipamentos e medicamentos inerentes às atividades equestres, foi desenvolvido por meio do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), coordenado pela Secretaria de Aviação Civil, e garantiu procedimentos simplificados e o desembaraço célere por todos os órgãos públicos envolvidos.

Durante os Jogos, a APO acompanhou as chegadas e partidas dos equinos e de seus equipamentos e medicamentos na Sala Máster, que reuniu representantes dos diversos órgãos envolvidos nas atividades aeroportuárias e os operadores aeroportuários.

Cultura

No que tange à Cultura, a APO atuou, dentro de suas atribuições, em diferentes frentes que comporiam toda a cena cultural dos períodos Olímpico e dos Jogos propriamente ditos. Sua atuação foi pautada desde a participação em fóruns, como a Câmara Temática (CT) de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, vinculado ao Geolimpíadas e o Grupo Operacional (GO) Cultura, à realização de reuniões e acompanhamento das ações e planejamentos dos entes públicos e ao monitoramento e articulação dos entes públicos entre si e entre as principais instituições culturais da cidade. A meta era oferecer uma programação que evidenciasse a cultura popular brasileira e a diversidade de expressões artísticas nacionais, de forma a promover o engajamento com as competições, ampliando o acesso à cultura e propiciando uma experiência única e memorável ao espectador.

No início de 2016, a Medida Provisória nº 710/2016 (convertida em Lei nº 13.268/2016) abriu crédito suplementar de 85 milhões de reais ao Ministério da Cultura para a promoção da cultura brasileira, permitindo a realização de atividades culturais com grupos artísticos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Comitê Executivo instituído pelo MinC, e do qual a APO era integrante, desenvolveu o planejamento das ações, programas e projetos relacionados à cultura no âmbito dos Jogos. A APO também participou da Equipe de Direção do Programa de Cultura, instituído pela Portaria Conjunta APO-MinC Nº 001 de 11/05/2016, que tinha por foco monitorar e auxiliar a articulação tanto do ponto de vista artístico quanto no âmbito da operação e serviços da cidade. Ambas as instâncias eram coordenadas pelo Ministério da Cultura. No início de maio foi apresentado pelo MinC a proposta da programação cultural para os Jogos, desenvolvida no âmbito do Comitê Executivo. Com a mudança de

gestão do Ministério da Cultura em meados de maio, a APO colaborou no processo de transição, repassando o conjunto de informações à nova gestão do Ministério.

A partir de então, a participação da APO na Equipe de Direção foi reduzida. A APO manteve sua atuação exclusiva no acompanhamento do assunto e remeteu ao Ministério relatório detalhado indicando riscos de não execução de ações do programa devido, especialmente, ao curto tempo para a realização dos processos administrativos necessários no Ministério para contratação da programação. Na primeira quinzena de junho, o Ministério informa à imprensa que a programação de cultura passaria por uma análise. O cancelamento de parte da programação repercute na mídia e no meio artístico, com artistas e produtores reclamando do cancelamento às vésperas dos jogos. Em 29/07/2016, o MinC anunciou em coletiva à imprensa nova programação cultural, que consistia em uma versão reduzida da programação prevista originalmente (anunciada em maio/2016) e com grande parte das atividades concentradas no período paraolímpico.

A APO também manteve participação ativa na CT de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil. Sob coordenação do Ministério da Cultura e com participação do Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores, EMBRATUR, APEX-Brasil e APO. A Câmara trabalhou para integrar as agendas dos entes federais no planejamento, organização e realização de ações de promoção da cultura, turismo e da imagem do Brasil no contexto dos Jogos Rio 2016, de modo a aproveitar a oportunidade de posicionar a “marca Brasil” nacional e internacionalmente. Neste contexto, foi desenvolvida e apresentada a campanha de promoção do Brasil no exterior e elaborado o projeto de instalação da “Casa Brasil” na cidade do Rio durante os Jogos.

Em início de agosto, tendo em vista a iminente realização dos Jogos e a conclusão dos trabalhos de planejamento, e ainda o início do processo de desmobilização da APO, foi encerrado o acompanhamento do tema Cultura.

Eventos

O trabalho da APO nesse período voltou-se ao apoio à identificação e ao planejamento de ações de parcerias por meio de reuniões com o Comitê Rio 2016 e com diferentes órgãos governamentais, que pudessem garantir a realização dos eventos previstos no Dossiê de Candidatura.

No tocante aos *Live Sites*, a APO acompanhou por meio do *Project Review* (Jogos Paraolímpicos) e de reuniões bilaterais o desenvolvimento dos projetos sob responsabilidade da Prefeitura (Parque Madureira, *Boulevard* Olímpico e Miécimo da Silva) e do Rio 2016 (Parque Olímpico da Barra e Complexo Olímpico de Deodoro). Por meio do Comitê Executivo do MinC, a

APO promoveu também a articulação com a programação de cultura do Governo Federal contribuindo para ampliar a programação dos *Live Sites* e garantir a presença da diversidade cultural brasileira.

Em relação ao Revezamento da Tocha, foi consolidado o Grupo Especial responsável pelo programa, sob coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República (SAF), com participação da APO, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Comitê Rio 2016. O Grupo foi o responsável por definir o envolvimento logístico e financeiro do Poder Público na operação do evento em áreas diversas como segurança, promoção turística, transporte etc. Durante o ano de 2016, a APO atuou junto à SAF, na interlocução com os municípios (aproximadamente 330 em todo o país), orientando para a preparação do evento, que se iniciou em maio de 2016. A atuação da APO na realização do revezamento da Tocha deu-se tanto no acompanhamento do desenvolvimento das atividades em reuniões diárias do Grupo Especial, quanto na interlocução e acompanhamento prévio junto aos entes e órgãos locais nas cidades em que a Tocha passaria.

Ainda no tocante ao Revezamento da Tocha, os Ministérios do Turismo e da Cultura realizaram convênios com diversas cidades no contexto de um programa de apoio às celebrações da passagem da Tocha Olímpica. Essas mesmas atrações estavam previstas para serem incorporadas à programação de cultura desenvolvida pelo Ministério da Cultura na cidade do Rio no período dos Jogos.

A organização das Cerimônias de Abertura e de Encerramento dos Jogos foi objeto de extremo sigilo por parte do Comitê, com acesso restrito às informações. A atuação da APO, portanto, teve por foco o acompanhamento das questões operacionais que envolviam as cerimônias, como segurança, acesso dos diferentes públicos e demais definições de logística. No início do ano foi definido, em negociação entre o Comitê Rio 2016 e o Ministério da Cultura, que parte do orçamento das Cerimônias seria executado através da Lei Rouanet. A APO acompanhou essa negociação e cobrou a apresentação da proposta pelo Comitê Rio 2016. Entretanto, no final do primeiro semestre o Comitê sinalizou que, devido à falta de tempo hábil, não utilizaria mais o benefício fiscal para viabilizar o projeto das cerimônias.

Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolveu o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade de pontos turísticos, do desenvolvimento dos programas do *Look da Cidade* e de Experiência do Espectador e do planejamento e estruturação para hospedagem dos turistas.

Esse acompanhamento foi realizado, principalmente, por meio do Grupo Operacional de Turismo (GO Turismo) vinculado ao CT Cultura, Turismo e Imagem do Brasil do Geolimpíadas. Entretanto, como o grupo era coordenado pelo Ministério do Turismo e devido a várias mudanças de gestão do MTur durante o ano, só foi possível a realização de duas reuniões, articuladas pela APO, para a inclusão e o desenvolvimento do tema Direitos do Consumidor na pauta do grupo. Foi criado um Subgrupo de Direitos do Consumidor, com a participação da SENACON/MJ, PROCON Carioca, PROCON RJ e Rio 2016, além dos órgãos de governança (EOM, Casa Civil/RJ e ME), que propôs um fluxo integrado entre os órgãos e o Comitê Organizador e uma pauta de reuniões com os principais setores afetos ao tema para garantir o atendimento rápido às demandas que surgissem. Foram realizadas reuniões com os setores de telefonia, de transporte aéreo, de transporte urbano e de hotéis, bares e restaurante.

No âmbito do CT Cultura, Turismo e Imagem do Brasil foi desenvolvida uma estratégia articulada de promoção turística do Brasil no mundo, potencializada pela Agenda Olímpica. Também foi realizada a “Casa Brasil” sob responsabilidade do Ministério do Turismo e da APEX-Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, durante o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A APO apresentou na Casa Brasil, por meio do *videowall*, informações do processo de construção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Acomodações

O tema Acomodações previa o acompanhamento da entrega das unidades habitacionais acordadas com o COI, a implantação da classificação hoteleira no Rio de Janeiro, condizente com os critérios internacionais, respeitando as condições de sustentabilidade e acessibilidade, e as negociações para a prática de tarifas condizentes com o mercado no período dos Jogos. O acompanhamento da oferta hoteleira foi realizado através do monitoramento das novas unidades habitacionais em construção no Rio de Janeiro. Adicionalmente, a APO acompanhou a construção das Vilas de Acomodação (Vilas Olímpica e Paraolímpica, Vila de Deodoro e as Vilas de Mídia localizadas na Região da Barra) e a oferta de quartos em navios.

O acompanhamento da oferta hoteleira e das vilas (acomodação da família olímpica) foi realizado através do Grupo de Acompanhamento de Licenciamento de Acomodações, por meio de correspondência eletrônica e de reuniões de integração entre EOM, Casa Civil/RJ, Rio 2016 e APO, nas quais era apresentada a evolução da construção dos hotéis, flats e vilas com as quais a Rio 2016 tinha contrato. A importância deste acompanhamento se substanciou devido à proximidade dos jogos, ao fato de vários empreendimentos não terem obtido seu habite-se na data limite de dezembro de 2015

(previsto na Lei Municipal 5.230 de 25/11/2010). Além deste fórum de acompanhamento, a APO participou das reuniões de *Accommodation Review* com o COI e de *Project Review* com o IPC. Até o início dos Jogos Olímpicos, os quartos contratados foram entregues e não foi observado qualquer problema de acomodação da Família Olímpica.

Força de Trabalho

A APO participou do Comitê Local de Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, que conjuntamente com os demais órgãos de governança dos Jogos, o Rio2016, os órgãos gestores de trabalho municipal e estadual, o Tribunal Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, promoveu ações de modo a garantir a regularidade das relações de trabalho em todo o processo que envolve os Jogos. A pauta do Trabalho Decente foi apresentada no II Fórum de Engajamento de Terceiros, em janeiro de 2016 e, nesse período, foi desenvolvido e organizado pelo MTPS, em parceria com o Rio 2016, o *workshop* Fiscalização em Grandes Eventos para as maiores empresas contratadas pelo Comitê.

Ainda nesse contexto do Comitê Local de Trabalho Decente, foi assinado, em janeiro de 2016, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Setor de Turismo e Hospitalidade com a criação de um Grupo de Trabalho que participaram: MTPS, MPT, TRT, Comitê Rio2016, CONTRACS, CONTRATUH, CTB, NCST, CUT, UGT e Força Sindical. Esse GT, que se reuniu com frequência, teve por premissa a promoção do trabalho decente, a discussão das questões inerentes às relações de trabalho no setor e a promoção de espaços de mediação de conflitos entre as partes envolvidas. O Grupo de Trabalho para Prevenção, Acompanhamento e Busca de Solução de Conflitos Trabalhistas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016 não foi criado, devido a divergências entre as partes quanto ao texto final.

A APO mediou também conversas entre o Comitê Rio2016 e o Ministério do Trabalho e Previdência Social para alinhamento dos entes quanto às condições em que seriam prestados os serviços dos 50 mil voluntários que atuaram nos jogos.

Cidades do Futebol

A APO participou do Grupo Especial Cidades do Futebol, instituído pelo Geolimpíadas e coordenado pelo ME, que discutiu os assuntos referentes à organização das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Salvador e São Paulo, para receberem as competições de futebol masculino e feminino dos Jogos Olímpicos. A APO acompanhou também por meio de reuniões bilaterais com o

Comitê Rio 2016, as questões operacionais envolvidas nessa organização, como a assinatura dos contratos, a operação de serviços médicos, acomodação das delegações, entre outros.

Dados Meteorológicos e Oceanográficos

A Autoridade Pública Olímpica coordenou e integrou as instituições meteorológicas no sentido de viabilizar as entregas de serviços meteorológicos para os Jogos Rio 2016, por meio do grupo de discussão Dados Meteorológicos, formado pelas seguintes instituições: INMET, CPTEC, INEA, SIMCOSTA, Alerta Rio, CHM, DECEA, SMAC, CEMADEN, Rio 2016, ME, Casa Civil do Estado do RJ, Exército/AJO.

A APO atuou de forma decisiva nesta área, ao coordenar os órgãos dedicados aos serviços meteorológicos em reuniões periódicas para a organização e integração deste serviço durante os Jogos. Estas reuniões serviram para o planejamento operacional da área, mas também se mostraram um excelente fórum de avaliação e proposição de melhorias para o período dos Jogos.

Em 2016, o trabalho se intensificou com participação de meteorologistas das instituições que compõem o grupo e as reuniões passaram a ser mensais.

No primeiro semestre, foram instaladas três estações meteorológicas em pontos do Rio de Janeiro e Niterói a fim de aumentar a exatidão dos dados coletados nestas regiões. O número de meteorologistas envolvidos nos Jogos foi definido e conta com a participação de previsores do INMET, do CHM, do CPTEC, do CEMADEN e do INEA. Também foram definidas as escalas de serviço e a estratégia operacional de funcionamento dos escritórios de meteorologia para o *Games time*. Sob o contexto de cooperação, as instituições fizeram ajustes em seus equipamentos e sistemas para melhor atender as demandas olímpicas.

Para o *Games time*, a APO realizou articulações envolvendo a Casa Civil da Presidência, o MAPA e o MCTI tendo como objetivo a liberação de recursos para o reparo de uma das boias meteocanográficas, que havia sofrido danos por abalroamento, a implementação da modelagem numérica de alta resolução, realizada pelo CPTEC, o uso do supercomputador para os cálculos dos programas que auxiliam os previsores e pagamento de passagens e diárias dos meteorologistas. A logística da hospedagem, transporte na cidade, alimentação, credenciamento e uniforme dos meteorologistas, além do provimento da infraestrutura física e tecnológica necessária, ficou a cargo do Comitê Organizador, conforme previsto no Memorando de Entendimento de Dados Meteorológicos, assinado em 2015.

No período que antecedeu aos Jogos, em julho, o Comitê Rio 2016 apresentou o plano de como atenderia as demandas de hospedagem, alimentação e transporte do pessoal envolvido. O SIMCOSTA

realizou o conserto em uma das boias meteoceanográficas, que estava avariada desde o ano passado, e a mesma foi fundeada na Praia de Copacabana. Além disso, o CPTEC implementou novas modelagens numéricas para a Baía de Guanabara.

A operação de Dados Meteorológicos iniciou com a abertura do *Main Operation Centre* (MOC), no dia 21 de julho. Foram montados três escritórios de meteorologia, sendo um no MOC, um na Lagoa e um na Marina da Glória para atender as demandas específicas dos esportes ao ar livre e dos Jogos como um todo. A APO atuou como facilitadora, realizando a interlocução entre o Comitê, os entes e o governo a fim de garantir o cumprimento de tudo que foi pactuado pelos entes como entrega para o período. Além disso, a APO alocou um colaborador para acompanhar a operação dos escritórios, acompanhar as entregas e articular a solução das questões que se apresentaram durante o *Games time* e que poderiam atrapalhar e/ou inviabilizar as entregas.

Imigração e Credenciamento

A APO acompanhou as ações do Comitê Rio 2016 referentes aos processos de credenciamento, nacionais e estrangeiros. O Rio 2016 vinha tratando as questões de segurança pertinentes diretamente com a Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos do Governo Federal (SESGE).

O projeto de Lei Geral dos Jogos Olímpicos, encaminhado ao Congresso Nacional em 06/10/15, foi convertido em Lei Ordinária de número 13.284/2016, publicada em 11/05/2016, estabelecendo a dispensa de vistos aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Rio 2016, considerando-se o passaporte válido, em conjunto com o cartão de identidade e credenciamento olímpicos, documentação suficiente para ingresso no território nacional. A garantia é restrita ao período compreendido entre 5/05/16 a 5/11/16, modificando-se assim, o inicialmente previsto no Ato Olímpico de 2009, que mencionava o período de dispensa de 05/07 a 28/10/2016. Foi definido no âmbito do CTOE um fluxo de credenciamento (credencial válida como visto). Para permanecer nos locais e eventos relacionados aos Jogos de 2016 também foi necessário possuir credencial produzida pelo COI ou IPC, previsão no Artigo 28 da “Lei Geral”.

O Comitê negociou com a SESGE os procedimentos específicos e os requisitos mínimos pertinentes à credencial. A SESGE realizou, em parceria com diversos órgãos e ABIN, as pesquisas “background check” - verificação de antecedentes do candidato a uma credencial. Para as pesquisas, a SESGE fez parcerias com diversos órgãos, nacionais e internacionais, ampliando o banco de dados e diminuindo falhas.

Tributação e Aduana

A APO fez contatos e reuniões bilaterais com os envolvidos, visando a acompanhar as ações realizadas para os Jogos Rio 2016 e articular soluções para a concretização/efetivação dos compromissos assumidos relacionados à entrada, uso e saída das mercadorias e serviços necessários para os Jogos, com procedimentos simplificados e isenções referentes à alfândega, impostos e taxas de importação. Vários normativos foram editados/alterados para a realização dos Jogos.

O MAPA publicou norma que tratou de importação de produtos de origem animal e vegetal para consumo nos Jogos e eventos-teste e importação de cães-guia e produtos para sua alimentação (IN nº 4, de 10/03/2016).

Em 17/03/16, foi publicada a Medida Provisória 718, posteriormente convertida na Lei 13.322, de 28/07/2016, que nos aspectos tributários, alterou a Lei 12.780 (medidas tributárias para os Jogos) dispondo sobre navios de cruzeiro destinados à hospedagem e divulgação, pelo COI ou pelo Comitê RIO 2016, das informações referentes às renúncias fiscais.

No âmbito do CTOE, o fluxo de entrada e saída de armas e munições foi avaliado durante a realização do evento-teste de Tiro, realizado em abril de 2016.

Em 04/04/16, foi publicada a Lei 13.265/16, que tratou da isenção da taxa de fiscalização de produtos controlados pelo Exército Brasileiro e isenção de impostos sobre as empresas distribuidoras de energia para os Jogos.

A Receita Federal publicou a IN nº 1.631, de 22/04/16, que estabeleceu regras especiais sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.780, de 09/01/2013. A necessidade da publicação desta IN veio das questões levantadas em seminário realizado pela Receita Federal em parceria com a OAB/RJ, que publicou, também, a 2ª edição do Guia Aduaneiro aprovada pela IN nº 1.632, de 22/04/16, que consolidou as principais informações e orientações sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados nos eventos-teste e Jogos de 2016.

Durante os Jogos, as “chegadas e partidas” das armas foram acompanhadas na Sala Máster, que reunia diversos órgãos responsáveis pelas atividades aeroportuárias, inclusive a Receita Federal.

Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) - LADETEC

A APO acompanhou as diversas ações referentes à preparação do Laboratório para o processo de acreditação e buscou o relacionamento mais próximo com os diversos atores participantes, tais como a ANVISA e a Receita Federal, auxiliando no planejamento e agilizando os procedimentos

referentes à importação dos padrões de comparação e das amostras biológicas que foram utilizadas nas análises pertinentes.

Periodicamente, a APO participou de reuniões de alinhamento promovidas pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil – SAM, referentes às diversas questões pertinentes ao Controle de Dopagem, principalmente no que concerne aos preparativos para os eventos teste e Jogos especificamente, auxiliando a SAM no acompanhamento dos encaminhamentos que surgissem nos encontros.

A construção do prédio do LBCD foi finalizada em julho de 2016, assim como as demais ações de preparação da instalação, incluindo o denominado “máscara olímpica”, ou seja, quando o laboratório é adaptado com relação a questões visuais e de segurança para o “*games time*”. Ainda, os procedimentos para contratação dos últimos equipamentos e recursos humanos foram finalizados.

Foram editados a Portaria da ABCD 1/2016, onde foi instituído o Código Brasileiro Antidopagem, o Decreto 8692/2016, que dispõe e regulamenta o Tratado da UNESCO de combate à dopagem, do qual o Brasil é signatário, e a MP 718/2016, que instituiu o Tribunal Antidoping e dá outras disposições (convertida na Lei 13.322/2016 posteriormente). A edição das normas mencionadas foi necessária para a conformidade do país com relação às normas internacionais de controle de dopagem.

No dia 22/06/2016, a acreditação do LBCD foi suspensa pela WADA, devido à não conformidade do laboratório detectada pela Agência Mundial em relação aos padrões internacionais para laboratórios, normas estas definidas pela WADA. A Suspensão proibia a execução por parte do LBCD de exames antidoping em urina e sangue por até seis meses, e enquanto não fossem justificadas e solucionadas as pendências apresentadas. Uma visita da WADA que estava prevista para a semana do dia 4 de julho, que serviria para a finalização da Agência Mundial para grandes eventos, foi utilizada para avaliar e solucionar as questões que causaram a não conformidade. No dia 20/07/2016, a suspensão provisória foi retirada pela WADA. Nesta última análise, além da retirada da suspensão, foram cumpridos os últimos procedimentos necessários à certificação do laboratório para prestar os serviços de controle de dopagem em grandes eventos.

Não obstante o relatado, o laboratório continuou atuando na análise de amostras biológicas colhidas nos eventos testes ocorridos no primeiro semestre de 2016, e realizou cerca de 6500 análises em amostras biológicas durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A força-tarefa criada pelo COI, cujo objetivo foi servir de apoio operacional às questões relacionadas ao controle de dopagem para os Jogos Olímpicos, realizou reuniões periódicas durante os Jogos, com membros da ABCD e do Comitê Rio 2016. Posteriormente, a APO realizava reuniões com a ABCD a fim de verificar a necessidade de ação imediata do Consórcio.

Garantias

A APO acompanhou, no âmbito federal, estadual e municipal, as discussões referentes à materialização das garantias e dos compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional, durante a fase de candidatura do Rio de Janeiro como Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, incluindo o contrato de cidade-sede, conforme a legislação brasileira.

O Comitê Rio 2016 preparou uma relação de solicitações legislativas que, foram contempladas na Lei Geral das Olimpíadas, Lei nº 13.284, de 10/05/2016. A publicação de outras normas foi acompanhada pela APO junto ao setor Jurídico do Comitê.

Proteção de Marcas e Propriedade Intelectual

O Grupo de Trabalho de Garantias e o Subgrupo de Trabalho de Proteção de Marcas, criados com a missão de aprofundar o entendimento dos requisitos e regras apresentados pelo COI e pelo Comitê Rio 2016 para uso das marcas olímpicas pelos entes governamentais, foram extintos no início de 2015. Após sua extinção, foi criado um novo subgrupo de discussão sobre o tema, no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), coordenado pela Polícia Civil e pelo Comitê Rio 2016, do qual a APO fez parte.

O subgrupo de discussão sobre Proteção de Marcas começou seus trabalhos no início do segundo semestre de 2015, dando maior ênfase às questões operacionais relacionadas ao tema. Neste sentido, o grupo elaborou o Guia Operacional de Proteção às Marcas, que orientou a atuação das forças policiais na operação dos Jogos Rio 2016.

A APO trabalhou em conjunto com a equipe de proteção a marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no que fosse necessário para o cumprimento dos compromissos assumidos pertinentes ao tema. Ressalte-se o acompanhamento relacionado ao evento teste de Ginástica em abril de 2016, promovido pelo Comitê, que testou as diversas atividades relacionadas à operação de Proteção de Marcas. O Subgrupo focou seu trabalho na definição da estratégia operacional de trabalho integrado interagências para os Jogos Rio 2016.

Testada no evento-teste de Ginástica, que aconteceu em abril de 2016, e replicada no período Olímpico e Paraolímpico, a estratégia foi baseada em proteger os direitos de propriedade intelectual relacionados aos Jogos Rio 2016 e direitos exclusivos de associação dos patrocinadores oficiais. Além disso, também houve ações voltadas ao combate à venda não autorizada de ingressos e combate ao cambismo.

A Autoridade Pública Olímpica acompanhou ativamente o trabalho do subgrupo e manteve estreito relacionamento com a equipe de proteção a marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no cumprimento dos compromissos assumidos pertinentes ao tema durante o evento-teste e os Jogos.

Segurança Pública, Defesa Nacional e Inteligência

Durante o primeiro semestre de 2016, no período que antecedeu os Jogos Rio 2016, os diversos fóruns criados para a condução do planejamento da segurança desse grande evento apuraram suas atividades, concluindo, revisando, ajustando e difundindo o planejamento de atuação das diversas instituições.

A Autoridade Pública Olímpica esteve representada em todos os fóruns: Grupo de Trabalho Segurança (GT SEG), Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (COESRIO) e Comissão Especial de Prospeção para Aquisições / Ministério da Justiça e Cidadania (COPAQ), desempenhando importante papel na interlocução entre os integrantes dos eixos de planejamento, contribuindo de forma marcante para a elaboração de planos, protocolos, procedimentos e normas de comando e controle.

Para a abertura dos Jogos, as instituições dos eixos de Defesa Nacional, Segurança Pública, Inteligência e Defesa Civil estavam capacitadas, equipadas, articuladas e motivadas. No dia 05/08/2016, o dispositivo de segurança necessário para promover Jogos seguros com comemorações pacíficas estava pronto, conforme previsto no vasto e detalhado planejamento produzido.

Energia Elétrica

Na reta final para a realização dos Jogos, a APO e entidades envolvidas no planejamento e execução das soluções de energia permanentes e temporária tiveram foco na entrega da infraestrutura e operação de suprimento de energia elétrica necessária para os Jogos Rio 2016. O trabalho de coordenação das reuniões do GT Operacional de Energia foi de grande importância, pois em face da credibilidade conquistada ao longo dos quatro anos de preparação, garantiu a conciliação das necessidades oriundas dos requerimentos exigidos pelo COI com as regulamentações e estratégias de cada ente responsável pela execução da infraestrutura de energia das instalações olímpicas, facilitando os esclarecimentos das intersecções de responsabilidades ao COI nas reuniões do “*Venue Integration Group*” (VIG) mensais, que se intensificaram, diante da proximidade do evento Olímpico.

Para aprimoramento dos processos e, principalmente entender e constatar a situação das instalações de energia elétrica, a APO acompanhou e participou dos eventos-teste, bem como da

implementação do “*modus operandi*” simplificado e efetivo para a operação dos serviços, inclusive, a pedido do Ministério de Minas e Energia, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e a APO desenvolveram um trabalho de coordenação e seletividade das proteções elétricas das Instalações Olímpicas, com participação de todos os entes, envolvendo os projetistas das instalações de competição. O relatório final foi entregue ao MME e as recomendações foram implantadas nas instalações para garantir a disponibilidade e contingência do suprimento de energia durante as competições.

Neste período, o COI esteve presente e, de forma direta, participou dos fóruns de decisões de infraestrutura e operação de suprimento de energia para os Jogos Olímpicos, durante a execução dos testes de resiliência da infraestrutura de energia em cada instalação olímpica.

Diante de suas atribuições, para garantir o ciclo completo de suprimento de energia, a APO coordenou a emissão e divulgação dentro da governança dos Jogos, das responsabilidades financeiras de cada ente, pela conta de consumo de cada uma das instalações olímpicas, conforme acordos estabelecidos no âmbito das reuniões do MOC.

Quando demandada, para esclarecimento das necessidades e ações específicas dos entes no suprimento de energia, a APO forneceu as informações solicitadas pelos órgãos de controle de forma tempestiva.

Durante o período dos Jogos Rio2016, a APO acompanhou o desempenho do suprimento de energia para as instalações olímpicas por meio do Centro de Operações de Energia (EOC), onde estavam presentes os representantes do Comitê Rio2016, Light, Provedores de Energia Temporária (A Geradora e Tecnogera), Provedor de UPS - *Uninterrupted Power Supply* (GE) e em visitas nos locais de competição das quatro regiões. Os Jogos Rio2016 transcorreram sem registro de falhas no sistema elétrico que afetasse diretamente o evento. O desempenho exitoso da participação da APO e do GT Operacional de Energia foi saudado pelo COI através de carta específica direcionada a coordenação do GT.

Imediatamente após os Jogos Olímpicos as reuniões técnicas e estratégicas foram retomadas para o tratamento de novas situações que surgiram por conta da desmobilização das estruturas temporárias, seja para readequação para os Jogos Paraolímpicos ou a desmobilização definitiva.

Telecomunicações

Em continuidade aos trabalhos de integração e interlocução entre os entes para disponibilização dos serviços de telecomunicação, a APO participou de diversas reuniões ao longo de 2016. O objetivo

da participação da APO nestas reuniões foi acompanhar a entrega da infraestrutura de telecomunicações, seja pelos entes governamentais, seja pelo Comitê Rio 2016.

Entre as principais atividades do período, destacamos o acompanhamento da atuação da ANATEL, agência reguladora do setor, na gestão do espectro eletromagnético. Esta atividade da ANATEL envolveu ao menos 03 atividades essenciais: a liberação de licenças de uso, o processo de etiquetagem dos equipamentos para uso nos Jogos Olímpicos nas instalações olímpicas, bem como a avaliação da disponibilidade de serviços das operadoras de telefonia, inclusive da operadora patrocinadora oficial dos Jogos (responsável pelo provimento dos serviços específicos para a Família Olímpica). A APO atuou promovendo a interlocução com os proprietários das instalações para auxiliar na liberação de uso dos locais para instalação de antenas, e também junto aos órgãos públicos competentes para liberação da instalação de antenas nas rotas de competição, visando a melhorar a qualidade do sinal tanto para as demandas da Família Olímpica, quanto para os espectadores em geral.

Com a proximidade do evento, atendendo ao pedido do COI - Comitê Olímpico Internacional, a APO atuou auxiliando o GT Telecom no estabelecimento de um fluxo de acompanhamento periódico intensivo das ações de disponibilização da infraestrutura de telecomunicação pelas operadoras de telefonia local, conforme acordado com o Comitê Rio 2016, Ministério das Comunicações e a ANATEL.

A APO também atuou na interlocução com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para facilitar o entendimento das pendências contratuais do Consórcio Maracanã, viabilizando ainda necessidades específicas de instalação de infraestrutura de telefonia, para atendimento dos expectadores nos Jogos, nas instalações do Estádio do Maracanã e Maracanãzinho. Esta interlocução teve por objetivo garantir que fosse implementada solução tecnológica permanente, que pudesse ser aproveitada como legado olímpico. Outro impacto positivo foi a garantia da qualidade dos serviços de telefonia durante as cerimônias de abertura, de encerramento e competições em geral.

Além disso, a APO atuou de maneira análoga, também junto ao Governo do Estado do RJ, para promover o entendimento das necessidades e propostas das operadoras de telefonia na disponibilização dos serviços no Metrô – Linhas 1,2 e 4.

Com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a APO atuou no entendimento da necessidade de licença para passagem de cabo do *backbone* olímpico no Túnel da Grota Funda para garantir a contingência da solução de tráfego dos dados da organização dos Jogos, atendendo a um requisito olímpico.

Assim, em julho de 2016, todas as necessidades de infraestrutura de telecomunicação estavam finalizadas e entregues de forma satisfatória. A APO, então, atendendo ao pedido da ANATEL, se dedicou em efetuar a interlocução, junto ao Comitê Rio 2016, para garantir a disponibilização de ticket

alimentação e transporte público para a equipe de operação da ANATEL. A APO também atuou, nesse período, na interlocução para garantir a disponibilização de faixas de frequências para os rádios de comunicação utilizados nas instalações olímpicas.

Apesar do volume de licenças para equipamentos, bem como o elevado número de expectadores que utilizaram os serviços de telecomunicação durante os Jogos, todos os trabalhos tiveram fluxo de atendimento satisfatório, com atendimento pleno durante os Jogos Rio 2016, tendo exigido, para isso, interação intensa entre o Comitê Rio 2016, APO, Ministério dos Esportes, Ministério das Comunicações.

Saneamento básico e fornecimento de gás encanado

No período final de preparação para os Jogos Olímpicos, frente à evolução das obras de infraestrutura e a proximidade do evento, iniciou-se o planejamento de operação para atendimento das instalações olímpicas pelas concessionárias, com apoio da APO e demais entes governamentais.

Após deliberação do Comitê de Coordenação – ComCoord de fev/2016, a APO realizou o encerramento formal do Grupo de Trabalho de Concessionárias, com a produção de um Relatório de Encerramento em conjunto com representantes de todos os entes governamentais e do Comitê Rio 2016. O monitoramento e acompanhamento das obras ainda incompletas à época (obras do eixo olímpico, especialmente) continuaram ocorrendo por meio de reuniões com a CEDAE lideradas pela Empresa Olímpica e o Comitê Rio 2016, bem como em encontros esporádicos agendados sob demanda. Na reta final, também foi fundamental a interlocução da APO entre empreendedores da rede hoteleira cadastrada pelo Comitê que terminavam suas obras, e as concessionárias de gás natural e energia elétrica, que garantiu o atendimento às acomodações olímpicas.

Os planos de operação das concessionárias de serviços públicos foram discutidos com a presença da APO, que apoiou principalmente com a compilação de demandas de acesso e circulação das empresas nas áreas sob controle do Comitê Rio 2016 ou cujo acesso foi limitado pela Prefeitura Municipal.

Há 30 dias dos Jogos Rio 2016, foi intensificado a checagem das infraestruturas de suprimento de gás natural, abastecimento de água e esgotamento sanitário nas instalações olímpicas definidas pelo Comitê Rio 2016, sendo possível constatar a entrega e execução de pequenos ajustes para facilitar a operação durante os jogos.

Nesse contexto, a APO coordenou a divisão das responsabilidades financeiras de cada ente pela conta de consumo de cada uma das instalações olímpicas conforme acordos estabelecidos no âmbito das reuniões do MOC.

Com dedicação e acompanhamento de todos os entes envolvidos, inclusive a APO, a CEDAE inaugurou às vésperas dos jogos, no dia 20/07/2016, sua principal obra que atendeu aos Jogos Rio 2016 e no legado deve atender mais de 260 mil habitantes – o esgotamento sanitário do Eixo Olímpico que inclui a construção de tronco coletor de esgotos de 1,3 quilômetros de extensão e a Elevatória Olímpica.

Durante os Jogos Olímpicos, a operação foi acompanhada pela APO, em conjunto com os demais serviços públicos, sem grandes incidentes de operações dos serviços de saneamento básico, que ocorreram de forma satisfatória e conforme os requerimentos do COI.

Aeroportos

Todos os aeroportos das cidades onde ocorreram os jogos de futebol masculino e feminino (Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Brasília, Salvador e Belo Horizonte) ficaram em condições de receber os torcedores com o conforto que eles necessitavam.

Com relação à modernização do aeroporto do Galeão, todas as reformas passaram a ser realizadas exclusivamente pela Concessionária RIO-Galeão. O Píer Sul, uma extensão do Terminal 2 e principal obra da Concessionária, foi concluída no dia 19 de maio.

Ainda no Rio de Janeiro, o Aeroporto Santos Dumont, administrado pela INFRAERO, também foi um excelente ponto de contato para as delegações que já haviam nacionalizado seus passaportes e puderam utilizá-lo para as chegadas e partidas domésticas.

Com relação aos demais aeroportos administrados pela INFRAERO, no de Manaus, as obras de modernização foram concluídas e no de Salvador, permaneceram em ritmo lento, mas não comprometeram o evento.

No aeroporto de Confins todas as obras passaram a ser realizadas, unicamente, pela Concessionária BH Airport.

Nos aeroportos de Brasília (Concessionária INFRAMÉRICA) e Guarulhos (Concessionária GRU Airport) as obras de grande porte, mais importantes, foram concluídas.

A APO participou, em 2016, de diversos fóruns, tais como Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), Reunião de Autoridades Aeroportuárias (Aeroporto Santos Dumont) e Força Tarefa Aeroportos (Casa Civil da Pres. da República). As articulações junto aos representantes da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Casa Civil da Presidência da República, Força Aérea Brasileira, concessionárias de aeroportos, INFRAERO, Governo e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro visaram a alcançar soluções para impasses surgidos ou necessidades de alguns dos entes envolvidos.

O produto final do trabalho do CTOE foi o manual de orientação - Manual de Planejamento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 - que contemplou os procedimentos que foram acordados durante todo o planejamento integrado do Governo Federal para os Jogos Rio 2016. Esse manual se propôs a apresentar o plano de ação contendo a compilação de informações e procedimentos relevantes para o planejamento, execução e coordenação das ações dos órgãos e entidades públicas, bem como das ações dos agentes privados que mantinham vínculo com a prestação de serviços relacionados ao setor de aviação civil e à organização dos eventos, que ocorreram de 05 de agosto a 18/09/2016, na cidade do Rio de Janeiro, além de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Manaus/AM, São Paulo/SP e Salvador/BA, onde ocorreram as partidas de futebol masculino e feminino.

Participaram da elaboração desse Manual os seguintes órgãos e entidades: Presidência da República, SAC, ANAC, MD, RFB, DPF, ANVISA, VIGIAGRO, IBAMA, ME, MPOG, MRE, APO, INFRAERO, concessionárias dos aeroportos envolvidos, além do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Como facilitadores, coordenaram-se diversos eventos, dentre eles:

- a) contatos com a Força Aérea Brasileira, para viabilizar a instalação de uma passarela de pedestres sobre Avenida Embaixador Abelardo Bueno, cujas estruturas precisavam avançar e serem eternizadas dentro de terreno pertencente à Força (Of. nº 42/2015/PRESI-APO, de 20/MAR/16);
- b) reunião entre a Força Aérea Brasileira, Polícia Federal e a Receita Federal do Brasil, com o intuito de verificar as necessidades técnicas e operacionais da Base Aérea do Galeão, como parte alfandegada do complexo do aeroporto internacional, para a recepção das autoridades internacionais; e
- c) solicitação ao III COMAR para que viaturas do Comitê RIO 2016 tivessem autorização de estacionamento dentro daquela Organização Militar (Of. 113/2016/PRESI-APO, 15/JUN/2016).

Chegadas e partidas

O processo de Chegadas e Partidas, na estrutura dos Jogos, foi altamente estratégico, sensível e de grande responsabilidade para os organizadores. Foi a criação de uma nova governança, visto que foi o primeiro momento em que os participantes dos Jogos, sejam atletas, representantes de governo, convidados ou espectadores tiveram o primeiro contato com a cidade dos Jogos, além da necessidade de serem conduzidos, com segurança e presteza, aos seus locais de destino, ao final desse grande evento.

As previsões das chegadas e partidas dos cavalos que vieram participar dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos foram cumpridas, sendo acompanhadas pelo Sistema de Chegadas e Partidas (ADS) do Comitê RIO 2016, e não foram relatadas discrepâncias nos desembarques e embarques dos animais.

Conforme previsto para a partida dos atletas dos Jogos, o evento chamado *check in* remoto, foi realizado, com muito sucesso, na Vila dos Atletas. Facilitou o embarque dos atletas no Aeroporto do Galeão, pois chegaram ao local previsto somente com suas bagagens de mão e o cartão de embarque já impresso. O processo de *check in* remoto foi composto de:

- a) atendimento em quiosque de auto atendimento (Vila Olímpica);
- b) área de armazenagem de equipamentos esportivos e bagagens (Vila Olímpica);
- c) transporte com escolta de equipamentos esportivos e bagagens (CORREIOS);
- d) armazenamento de bagagens e equipamentos esportivos (Aeroporto); e
- e) conferência de passaportes e documentação (Aeroporto).

Operações de mobilidade

Durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, a cidade recebeu um grande número de turistas, espectadores, profissionais de mídia, prestadores de serviços de diversas áreas, além das Famílias Olímpica e Paraolímpica. Para que as operações dos Jogos fossem bem sucedidas e o impacto para a cidade fosse o menor possível, fez-se necessário um robusto planejamento de mobilidade.

Para executar tal planejamento, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro contratou o Consórcio Oficina Logit, no final de 2014. O estudo considerou a infraestrutura de transporte público e viária existentes na cidade e os novos sistemas que estavam em construção para os Jogos e definiu a configuração de rotas e faixas olímpicas, planos de contingências, entre outros produtos. O desenvolvimento do Plano Operacional foi sistematicamente apresentado nas reuniões de monitoramento do Comitê Olímpico Internacional – *Transport Review*, que solicitava as revisões e adequações necessárias. A APO participou dessas reuniões e foi responsável, principalmente, pela integração das questões afetas às operações aeroportuárias. Nesse contexto, durante o semestre, a APO promoveu diversas reuniões de trabalho entre os órgãos municipais (Secretaria de Transporte e CET-Rio), os aeroportos (Galeão e Santos Dumont) e o Comitê Rio 2016 para desenvolver o Plano de Mobilidade do entorno desses aeroportos, bem como para definir as competências concernentes à gestão do meio fio, sobrecarregado com a demanda dos clientes dos Jogos.

Nas Reuniões de Alinhamento do COR (Centro de Operações - Rio), coordenadas pela Empresa Olímpica Municipal, que envolviam os entes governamentais, concessionárias de serviço público, órgãos de segurança e defesa e Comitê Rio 2016, a APO participou com o objetivo de

acompanhar os assuntos de mobilidade dos clientes dos Jogos entre as zonas olímpicas, informações sobre os eventos teste e o planejamento das operações da cidade. As questões operacionais dos aeroportos que impactavam a cidade, sobretudo do Santos Dumont, também foram levadas para este fórum junto à INFRAERO.

No decorrer do semestre, foram entregues importantes obras de infraestrutura de transporte para atendimento da demanda dos Jogos - VLT, duplicação do Elevado do Joá, vias expressas dos BRT's Transolímpico e Transoeste Trecho '0', Metrô Linha 4 e a reforma das Estações Olímpicas. A APO acompanhou, por meio desses fóruns – reuniões de alinhamento do COR e *Transport Review* - o planejamento da operação dos novos sistemas e das contingências para os casos de possíveis falhas operacionais.

Acessibilidade

As questões de acessibilidade relacionadas à mobilidade de clientes e espectadores dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos também foram acompanhadas nos fóruns de discussão sobre o Plano Operacional de Transporte e Tráfego. Como compromisso da Candidatura Rio 2016, transversal a diversas áreas e que visava a cumprir os requerimentos do IPC e a legislação brasileira, o tema acessibilidade foi tratado em outros fóruns temáticos. O foco do planejamento de acessibilidade era voltado, sobretudo, à consolidação das rotas acessíveis, em que a infraestrutura de mobilidade e o caminho do espectador eram fundamentais para o atendimento dos compromissos assumidos na Candidatura.

Os requisitos de acessibilidade também foram observados nos planos operacionais dos aeroportos do Rio de Janeiro e das cidades do futebol, exaustivamente planejados pelo setor por meio do CTOE e da Força Tarefa Aeroportos, com a participação da APO, que culminou nas orientações sobre atendimento à pessoa com deficiência registradas no Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil – Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, publicado em 29/06/2016.

4.4.2. Diretoria de Integração

A Diretoria de Integração, em apoio aos entes consorciados durante o período dos jogos, disponibilizou o equipamento de videoconferência desta APO para uso no Centro de Prontidão Federal (CPF). Além da cessão do equipamento, os servidores desta Diretoria atuaram na configuração e transferência de conhecimento para uso e tiveram assento à mesa, onde puderam coletar e transferir conhecimento em tempo real.

Também foram disponibilizados dois equipamentos de Videowall e três TVs *touch screen* para compor a estrutura da Casa Brasil e do *Rio Media Center*.

Esta Diretoria também foi responsável por consolidar as informações que foram exibidas no videowall, durante o período de funcionamento da Casa Brasil, estruturando-as em sistema próprio desenvolvido pela TI.

Houve atuação presencial de servidores da APO, ao longo da exposição da Casa Brasil, tendo a responsabilidade de fornecer esclarecimentos relativos aos temas expostos de forma interativa no sistema.

Até o final dos Jogos, também deu continuidade ao acompanhamento metodológico, que pautava a atuação estratégica da APO.

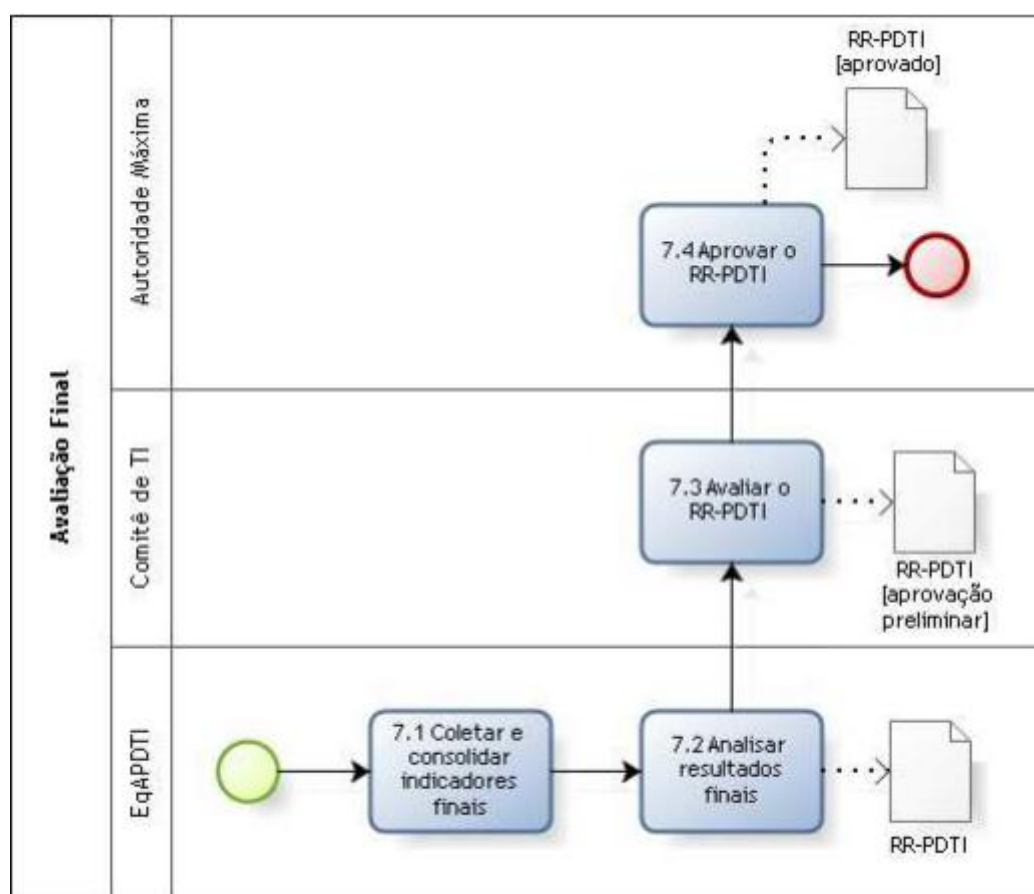
Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

A partir da aferição dos indicadores previstos no PDTI, é possível verificar que o ano de 2016 apresentou resultados expressivos no cumprimento das metas estabelecidas. Foi planejado que as ações de estruturação dos recursos computacionais, de contratação de serviços, de desenvolvimento dos sistemas e de montagem da equipe de Tecnologia da Informação ocorressem no primeiro ano de execução do planejamento (2014-2015), ficando o segundo período 2015-2016 para consolidação do parque computacional, evolução das aplicações desenvolvidas e suporte técnico às áreas da APO, tanto as responsáveis pelas atividades finalísticas quanto as do segmento administrativo.

Em 2016, foram realizadas as seguintes contratações de TI: locação de microcomputadores e notebooks; serviço de impressão, cópia e digitalização; serviço de acesso a internet; aquisição de 1 (uma) licença Enterprise Server do Banco de dados MySQL; aquisição de 1 (uma) certificado digital; e serviço de banco de dados de *mailing* para divulgação de matérias relativas a Autoridade Pública Olímpica e aos Jogos Rio 2016 para jornalistas, profissionais de comunicação e respectivas empresas de mídia.

Com a determinação do Conselho Público Olímpico de encerramento das atividades e a extinção da APO, conforme Resolução nº 23, de 19/12/ 2016, e considerando o término da vigência do PDTI em 31/12/2016, a Equipe de Elaboração do PDTI – EqPDTI, seguindo as orientações do Guia de Elaboração de PDTI do SISP, deu início aos trâmites para seu encerramento, conforme ilustrado na Figura abaixo.

Figura 14 - Etapas de encerramento do PDTI



FONTE: Guia de Elaboração de PDTI do SISP

Assim, a EqPDTI redigiu o Relatório de Encerramento do PDTI (RR-PDTI), coletando, consolidando e analisando os indicadores e resultados finais do Plano e submetendo à Diretoria Executiva, que possui as funções de Comitê de TI na APO para análise e aprovação superior.

Para os três primeiros meses de 2017, em que ocorrerá o processo de extinção da Autarquia, será editado novo PDTI, o que já está sendo feito pela Diretoria de Integração, considerando que todas as necessidades e consequentes contratações de TI devem estar devidamente planejadas, conforme normativos federais que baseiam estas contratações, em especial a Instrução Normativa nº 04/2014, do Ministério do Planejamento.

Instalação de equipamentos

Em concordância com o PDTI, não foi necessário realizar novas aquisições de equipamentos de infraestrutura de TI pela APO. Está sendo elaborado um novo PDTI para o período jan/mar 2017 e nele constarão eventuais necessidades de equipamentos.

Site da APO

A página eletrônica da APO, disponível na Internet, foi um dos principais meios de divulgação oficial das atividades da Autarquia durante os Jogos Rio 2016, cabendo citar que a mesma não ficou indisponível em nenhum período, apesar de todas as manifestações ocorridas na Internet (ataques cibernéticos), que tiveram como alvo *sites* do governo e de instituições ligadas aos Jogos Olímpicos.

A Diretoria Executiva da APO, em sua 10ª reunião, realizada em 15/11/2016, conforme consta em ata, decidiu que, liquidada a Autarquia, o *site* será retirado do ar. Ressalte-se que a Resolução nº 23, de 19/12/2016, do CPO, determinou a extinção da Autarquia em 31/03/2017, ficando a página a cargo do órgão sucessor.

Normas

No campo normativo, as políticas de segurança da informação em vigor foram consolidadas nesse período com a disseminação de campanhas informativas para o público interno através de mensagens eletrônicas e cartazes.

Foram atualizados os Planos de Gerenciamento de Incidentes, Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres em função da mudança do escritório da APO localizado no Edifício do Banco do Brasil para a sede no Prédio da Caixa Econômica no RJ.

Desenvolvimento de Sistemas

No primeiro semestre de 2016, foi possível seguir o que foi previsto no plano, com as manutenções evolutivas e corretivas dos sistemas implementados nos anos anteriores.

Investiu-se ainda, na criação de Videowall, com informações gerais sobre o andamento das obras e serviços acompanhados pela APO, para exibição na Casa Brasil durante os jogos Rio 2016.

A Diretoria Executiva da APO, que possui as atribuições de Comitê de TI do órgão, conforme despacho nº 177/2014-PRESI/APO, ainda não deliberou sobre a data de desativação dos sistemas da APO, na medida em que os mesmos ainda estão em atividade, durante o processo de liquidação.

Orientação Metodológica

O fluxo de informações, interna e externamente, manteve-se inalterado nesta reta final de acompanhamento dos Projetos executados pelos entes.

Foram iniciados os trabalhos de atualização da Metodologia de Obras e Serviços da APO, e demais orientações operacionais, sob a perspectiva de legado documental e de sistema.

Nesta perspectiva, foi estruturado o “Projeto Conteúdo”, cujo resultado foi um conjunto de documentos, gerado a partir dos dados extraídos do Sistema APO e reunidos de forma estruturada em Dossiês, que retrataram como foi realizado o acompanhamento pela APO dos diversos projetos de obras e serviços e como as respectivas obras e serviços foram entregues como compromissos olímpicos.

Participação em Fóruns

A Diretoria de Integração auxiliou à APO, reunindo informações para participação institucional em fóruns estratégicos.

Com o objetivo de fornecer alinhamento metodológico a todo o Ciclo da Informação na APO, bem como colaborar na coleta de dados (em especial junto às estruturas de gestão de projetos dos entes consorciados e do Comitê Rio 2016, além de outras entidades que atuem no monitoramento de projetos de interesse, tais como instituições financiadoras), os servidores da Diretoria participaram, em conjunto, com os representantes das outras unidades finalísticas, dos fóruns e eventos do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Paraolímpico Internacional organizados pelo Comitê Rio 2016. Além disso, a DI assessorou a participação da APO no Geolimpíadas, no Comitê Executivo e no Comitê de Coordenação dos Jogos.

As reuniões do Comitê Executivo (COMEX) foram encerradas em dezembro de 2015. As reuniões do Comitê de Coordenação (ComCoord) foram encerradas em fevereiro de 2016. As reuniões do *Venue Integrated Group* (VIG) foram encerradas em maio de 2016.

Produtos

A área de Gestão da Informação se dedicou à configuração e elaboração de produtos com caráter de integração, como estatísticas e outras análises setoriais, para difusão e alinhamento de informações internas ou externas. A configuração desses produtos é, pela própria natureza de interação com as instituições responsáveis pela Governança, processo absolutamente dinâmico, voltados para atender as necessidades de comunicação e articulação junto aos entes, e adaptáveis ao longo do tempo.

São os principais produtos trabalhados no ano de 2016:

- Pauta Executiva: Agenda, Resumo de Imprensa, Radar de Notícias, Sumários Executivos de temas em evidência na semana;
- Painel de Temas Acompanhados: lista de temas do Sistema de Acompanhamento com indicação de sensibilidade;

- Quadro Evolutivo: consolidação de informações gerenciais estatísticas do Sistema de Acompanhamento;
- Apostila: revista eletrônica; coletânea de informações das Pautas, Quadros Evolutivos e *Videowall* em mês de referência;
- Cardápio de Informações APO: resumo das principais alterações/atualizações de dados de interesse comum dos Jogos (ao Geolimpíadas);
- Videowall: interface de sistema com resumos estratégicos de acompanhamento de temas;
- Calendário do Acompanhamento: calendário de atividades importantes para o acompanhamento finalístico;
- Relatórios de Fluxo Financeiro: dados de evolução financeira e física, orçamento, repasse aos órgãos executores e pagamento a contratadas de obras, em especial da Matriz de Responsabilidades.

Matriz de Responsabilidades

O período de janeiro a agosto de 2016 contemplou duas atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, instrumentos que integram as obrigações de cada ente para com a organização e a realização dos Jogos Rio2016 e que delegaram à APO a responsabilidade pelo monitoramento das obras e dos serviços que compõem a Carteira de Projetos Olímpicos.

A quarta atualização da Matriz de Responsabilidades, em conjunto com a Carteira de Projetos Olímpicos, evidenciou a conclusão de mais oito obras olímpicas.

No documento divulgado em 29/01/2016, todos os 47 projetos apresentavam valores e prazos definidos. Os investimentos totalizavam R\$ 7,07 bilhões, sendo a maior parte (60%) financiada pelo setor privado. Essa atualização contemplou, por exemplo, a inclusão das arquibancadas temporárias para instalações da Barra e de Deodoro e a locação de geradores de energia temporária para as arenas esportivas, com novas obrigações assumidas pelos governos municipal e federal.

A quinta atualização da Matriz de Responsabilidades (sexta versão), em conjunto com a Carteira de Projetos Olímpicos, divulgada em 15/08/2016, trouxe, logo após a abertura dos Jogos, informações de conclusão de projetos das arenas de competição e da execução de serviços públicos essenciais para a realização do evento, cujos investimentos totalizaram R\$ 7,09 bilhões.

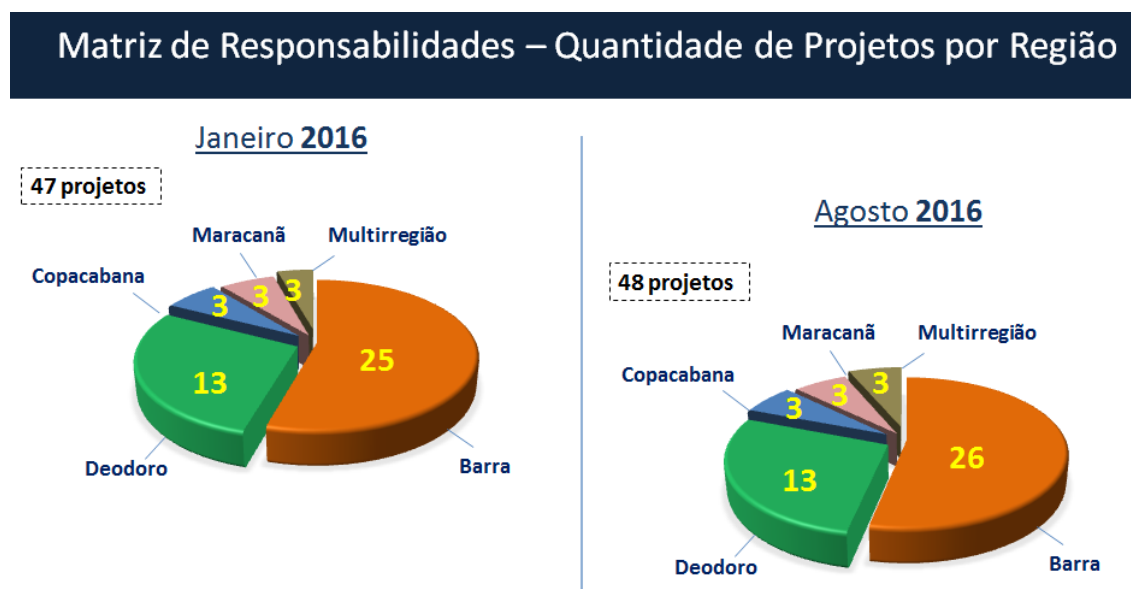
Nesta versão foi incluído um novo projeto para atendimento à demanda de energia elétrica, no valor de R\$ 29,8 milhões, financiado com recursos públicos federais.

A seguir, demonstramos dados totalizadores dos projetos:

Figura 15 - Quantidade de projetos olímpicos por região



Figura 16 - Recursos privados x recursos públicos no custeio dos projetos olímpicos



Transparência e relacionamento com os órgãos de controle

No primeiro semestre de 2016, a APO acompanhou e atendeu a demandas de órgãos de controle em 20 (vinte) processos de fiscalizações de temas relacionados com a realização dos Jogos Rio 2016.

As requisições e decisões abrangeram, em especial: obras e serviços dos projetos olímpicos, Matriz de Responsabilidades, Legado, Transparência e Governança dos Jogos.

Contribuindo com a transparência das informações ligadas ao evento esportivo, a APO, além de promover a atualização sistemática da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, manteve, em seu Portal da Internet, informações atualizadas sobre o andamento das obras com fotos, editais de licitação, contratos e aditivos, repasses de recursos federais e pagamentos às contratadas, estabelecendo links com portais do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e dos entes consorciados.

A transparência das informações relativas aos gastos com os Jogos e os principais dados de acompanhamento das obras e serviços vinculados, realizados pela APO, estão dispostas na página da Autarquia, em seções fixas: “Transparência – Instalações”; “Matriz – Matriz de Responsabilidades e Carteira de Projetos Olímpicos”; e “Legado – Plano de Políticas Públicas – União, Estado e Município”.

4.4.3 Diretoria da Região Maracanã e Deodoro

A Diretoria da Região Maracanã e Deodoro (DRMD) buscou realizar maior aproximação com os entes consorciados e com o Comitê Rio 2016, com o intuito de promover a interlocução necessária, para obtenção da sincronização das ações; verificar os problemas ocorridos nos eventos-teste, e corrigi-los para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A DRMD atuou promovendo e participando de reuniões, visando à coordenação das ações nos níveis federal, estadual e municipal; integrando fóruns de discussão; e participando e coordenando Grupos de Trabalho (GT), abordando os temas pertinentes à sua área de atuação.

Maracanã

As atividades relacionadas à região do Maracanã abrangem as arenas esportivas Estádio do Maracanã, Ginásio do Maracanãzinho, Estádio do Engenho e o Sambódromo. Os principais projetos e intervenções acompanhados foram:

Maracanã:

- Planos Operacionais para cerimônias de abertura e encerramento;
- Substituição de parte da lona da cobertura, queimada durante a partida da final da Copa do Mundo 2014;
- Instalação de novos sistemas de som e iluminação no anel da cobertura com foco para as cerimônias.

Maracanãzinho:

- Projeto e construção de estrutura provisória para 2ª quadra de aquecimento;
- Reforma do sistema elétrico;
- Reforma da cobertura;
- Revitalização (reforma, pintura, etc.) das áreas internas do ginásio.

Estádio Engenho:

- Planejamento e execução do evento-teste de Atletismo Olímpico e Paraolímpico que ocorreu entre 14 e 21/05/16;
- Obras civis de reforço da cobertura;
- Montagem das arquibancadas provisórias;
- Adaptação do estádio;
- Novos sistemas de som e iluminação e placares eletrônicos;
- Obras de adequação do entorno;
- Construção da Praça do Trem;
- Reforma da Escola da FAETEC;
- Reforma das subestações e reforço das linhas de abastecimento de energia elétrica desde a subestação da Light.

Sambódromo:

- Planejamento e acompanhamento do evento teste de Maratona, que ocorreu em 10/04/2016;
- Reforma do sistema elétrico.

Importante destacar, na Região Maracanã, que a APO também acompanhou a reforma do Parque Aquático Júlio Delamare, parte integrante do Complexo Esportivo do Maracanã, as obras do desvio do Rio Joana, voltadas para a contenção de enchentes na região e a reforma das estações de

trem de acesso ao Estádio do Engenhão (Estação Engenho de Dentro) e Estádio do Maracanã (Estação São Cristóvão).

Todos os projetos acompanhados foram entregues para os Jogos Rio 2016.

Templo do futebol mundial, o Estádio do Maracanã foi palco das Cerimônias de Abertura e Encerramento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e das semifinais e finais do Futebol Masculino e Feminino.

Reformado para a Copa do Mundo FIFA 2014, o estádio já se encontrava pronto para os Jogos. Após a assunção, o Comitê Rio 2016 executou pequenas intervenções, visando a adequá-lo para os eventos lá programados. Os principais foram:

- Reparo de parte da lona da cobertura, danificada na queima de fogos na cerimônia de encerramento da Copa do Mundo 2014;
- Colocação de novos equipamentos de som e iluminação complementar para as cerimônias na estrutura de suporte da cobertura.

As principais questões envolvendo o Maracanã foram de natureza operacional, devido à complexidade das Cerimônias de Abertura e Encerramento. A previsão da presença de mais de 40 Chefes de Estado, de toda a Família Olímpica, composta de dirigentes do Comitê Olímpico e Federações Internacionais, atletas, patrocinadores, entre outros, além do próprio público pagante, provocou detalhamento especial do planejamento das operações de transporte e segurança. Todos os eventos programados transcorreram sem incidentes.

Como informação adicional, em 16 de junho, o Consórcio Maracanã (que engloba Maracanã, Maracanãzinho e Júlio Delamare) enviou ofício ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, oficializando a desistência da concessão. O Governo do Estado contratou a Fundação Getúlio Vargas - FGV para formatar o novo modelo de concessão, dando a entender que as negociações com o atual concessionário se esgotaram e que a devolução do complexo esportivo seria questão de tempo.

Em relação ao Ginásio do Maracanãzinho, sede dos Jogos de Voleibol Masculino e Feminino, entre 06/08 e 21/08, houve necessidade de reformas para colocá-lo em condições de uso. Estas reformas tiveram como responsável por sua execução o Comitê Rio 2016. O escopo da intervenção foi a reforma da cobertura do ginásio (as mantas de impermeabilização antigas estavam secas, apodrecidas e caindo, sendo necessária sua remoção e posterior reaplicação da impermeabilização), a reforma e manutenção da quadra de aquecimento existente e a instalação da base estrutural para uma nova quadra provisória no local. Os anéis do teto receberam novos placares eletrônicos e sistema de ar

condicionado. As lonas da rampa de acesso foram trocadas. Salas administrativas, sanitários, áreas de circulação e arquibancadas, entre outros, também foram reformadas para os Jogos.

Os requerimentos de energia do COI motivaram a renovação da subestação, incluindo 11 novos transformadores e uma segunda alimentação. O Comitê Rio 2016 assumiu a operação do complexo esportivo no dia 01/03.

O Estádio João Havelange foi programado para receber as competições de Atletismo Olímpico, Paraolímpico e algumas partidas de Futebol. Para tanto, a Prefeitura do Rio assumiu perante o COI os compromissos de promover a adequação interna do Estádio e a requalificação urbana do seu entorno.

Dentro do escopo da adequação interna do Estádio, a APO monitorou as obras civis de reforço da cobertura; a substituição das pistas de prova e treinamento; a substituição do placar eletrônico, som e iluminação; a montagem das arquibancadas provisórias, *overlay* e a adaptação do Estádio.

Com relação ao escopo da requalificação urbana do entorno do Estádio, a APO monitorou a disponibilização do prédio da FAETEC, para o Comitê Rio 2016 utilizar como refeitório para a sua força de trabalho; a reforma da Estação Ferroviária de Engenho de Dentro, a urbanização do entorno imediato do Estádio composta pela melhoria de dezenas de ruas da região (Programa Bairro Maravilha) e a revitalização da Praça do Trem.

A APO, também, participou de reuniões de integração com representantes do Comitê Rio 2016, Prefeitura e Light, visando a atender à necessidade de aumento de carga do Estádio de 6MVA para 9MVA. Para tanto, a APO fez parte de uma força tarefa, composta por representantes dessas entidades, que atendeu à demanda por meio da implantação de duas linhas de alimentação para o Estádio, uma trazendo energia da subestação do bairro de Cachambi e a outra do bairro de Piedade.

Além disso, a APO participou de reuniões e visitas técnicas junto com o MME, que resultaram em soluções para as pendências de infraestrutura de energia; para a ampliação e reforço dos sistemas de transmissão de média tensão e para o fornecimento de energia temporária.

Adicionalmente, a APO monitorou o planejamento e a execução dos eventos-testes de Atletismo Olímpico e Paraolímpico realizados pelo Comitê Rio 2016. O evento Olímpico foi denominado Campeonato Ibero Americano de Atletismo e foi realizado no período de 14 a 16/05/2016. O evento Paraolímpico foi denominado de Aberto Internacional de Atletismo – CPB e aconteceu no período de 18 a 21/05/2016.

A realização dos Eventos-teste permitiu identificar os últimos ajustes nos cronogramas de obras e serviços. O Comitê assumiu gestão completa do estádio em 26/07/16.

O Sambódromo foi programado para receber a maratona atlética e as provas de tiro com arco nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Para tanto, a Prefeitura do Rio assumiu perante o COI os

compromissos de construção de novas arquibancadas e da reforma e reparos das fundações da instalação.

Por meio de parceria firmada com a iniciativa privada, a Prefeitura concluiu a construção das novas arquibancadas em 2012, cuja capacidade foi aumentada de 60.000 para 72.500 pessoas.

A APO realizou o monitoramento das demais intervenções custeadas pela Prefeitura do Rio, inclusive as obras de adequação dos sistemas elétricos e realização de serviços de reparos emergenciais.

A APO participou, também, de visita técnica junto com o MME, que auxiliaram na solução de pendências na reforma das 12 subestações existentes na Instalação.

Adicionalmente, a APO acompanhou as negociações do Comitê Rio 2016 com a Prefeitura que culminaram na cessão de áreas para estacionamento. Uma delas serviu aos equipamentos da OBS e outras três, identificadas como Terreirão do Samba, Escola Municipal Tia Ciata e Escola Municipal Raquel de Queiroz, serviram de estacionamento para a frota do Comitê Rio 2016.

A APO, também, participou como observadora do evento teste de Maratona, que ocorreu no dia 10/04/2016.

O Comitê Rio 2016 assumiu a gestão da instalação em 15/04/2016.

Deodoro

Abordando por áreas, na parte Sul do Complexo Olímpico de Deodoro, o mês de janeiro foi marcado por preocupações relacionadas ao cronograma de execução das obras, praticamente paradas, devido aos problemas operacionais das empresas inicialmente encarregadas de executá-las.

A construção da Vila dos Tratadores (VT) – instalação destinada à acomodação dos veterinários e tratadores que acompanhariam os diversos cavalos participantes das competições de hipismo – já se encontrava sob responsabilidade da empresa TENSOR, subcontratada da empresa IBEG, que empreendeu um eficiente programa de recuperação do cronograma das obras, estipulando a data limite para a entrega das instalações para o mês de junho de 2016. No entanto, a falta de repasse de recursos financeiros por parte da contratante comprometeu o prosseguimento das obras no ritmo previsto, provocando a necessidade de reajustes no calendário.

Concomitantemente, a mesma IBEG, também encarregada das reformas e construções do Centro Olímpico de Hipismo (COH), por total falta de capacidade operacional, paralisou por completo as intervenções em andamento, o que levou a Secretaria Municipal de Obras (SMO) ao rompimento unilateral do contrato com a empresa, contratando, em caráter emergencial, a construtora ZADAR para dar continuidade aos trabalhos.

Após o rompimento com a IBEG, a SMO contratou, também em caráter emergencial, a empresa TENSOR para dar continuidade às obras da Vila dos Tratadores.

Superados os impasses relatados, as obras das duas instalações, VT e COH, retornaram ao ritmo de recuperação de cronograma, com as empresas alocando grandes efetivos de operários em turnos extras, o que possibilitou a entrega das instalações ao Comitê Organizador em datas coerentes com as necessidades operacionais. Ambas compatibilizaram o calendário de obras com as necessidades do Rio 2016, estabelecendo datas para a entrega, de forma faseada, das diversas instalações.

No tocante à manutenção do estado sanitário da área do COH, a construção da cerca de biossegurança prevista para todo o perímetro da instalação foi concluída no prazo estipulado e o Plano de Controle de Vetores foi cumprido em sua plenitude, sendo adotadas as medidas de controle de acesso de veículos e pedestres, tudo de acordo com as exigências das autoridades sanitárias, o que possibilitou, a partir do dia 29 de julho, a chegada ao COH dos animais que participariam dos jogos. Cabe ressaltar que, apesar da normalização do calendário de obras do COH, o retardo na construção da infraestrutura elétrica do Centro - devido à falta de equipamentos específicos no mercado para a montagem das diversas subestações previstas e às deficiências apresentadas pela empresa contratada pelo Comitê Rio 2016 para a montagem da infraestrutura de energia temporária - acarretou significativo atraso na finalização das entregas, implicando em reclamações constantes dos organizadores dos Jogos e das autoridades responsáveis pela manutenção das condições de biossegurança das instalações. No período, a Autoridade Pública Olímpica (APO) coordenou diversas reuniões com os entes envolvidos com vistas a solucionar as pendências, disponibilizando parte da equipe do *cluster* Deodoro para o acompanhamento e elaboração de relatórios diários das questões pendentes, o que agilizou os trabalhos e possibilitou a conclusão da rede elétrica da instalação a tempo de não comprometer a ação dos organizadores.

No tocante à Área Norte, em janeiro de 2016 preocupavam a demora no início de algumas intervenções previstas na região do Domínio Comum de Deodoro (construção de duas pontes sobre o Rio Marangá, obras de contenção de margens e limpeza do referido rio, definição do projeto e construção da passarela sobre a Supervia e intervenções no estádio previsto para abrigar a Praça dos Espectadores) e o impasse com relação ao projeto do Estádio de Deodoro, a ser construído em um campo de pólo do Exército, que exigia, além do projeto de construção, o planejamento de readequação – *retrofit* – pós-jogos.

No mês de fevereiro, parte dos impasses foram solucionados, com significativa intervenção da APO, que intermediou junto ao Exército Brasileiro a construção das duas pontes provisórias citadas, as intervenções na futura Praça dos Espectadores, bem como os contatos necessários à disponibilização

de espaços junto ao Círculo Militar para que o Rio 2016 desdobrasse suas instalações de apoio no interior da agremiação; junto à Prefeitura, encaminhou a questão das intervenções no Rio Marangá, iniciadas em maio/2016.

Nas demais instalações da Área Norte, o cronograma de obras se desenvolveu de acordo com o previsto e o impasse relativo ao Estádio de Deodoro foi solucionado a tempo de o mesmo ser utilizado no evento-teste de Pentatlo Moderno - juntamente com a Arena da Juventude e o Centro Aquático de Deodoro –competição que ocorreu em março/2016.

Ainda em março, por conta de supostas irregularidades ocorridas na fase de terraplanagem das obras do Estádio de Canoagem, a Justiça determinou o bloqueio do pagamento de R\$ 128 milhões para a construtora Queiroz Galvão, líder do consórcio responsável pelas obras da Área Norte, levando a empresa a diminuir, alegando redução de fluxo de caixa, o ritmo das obras, que já se encontravam em estágio de desenvolvimento avançado, deixando pendentes projetos que seriam vitais para a entrega das instalações ao Comitê Organizador.

Diante do impasse, a SMO, em caráter emergencial e sem licitação, contratou sete empresas para conduzir os seguintes trabalhos, que inicialmente estariam sob a responsabilidade da Queiroz Galvão: iluminação dos Centros Olímpicos de Tiro, de Hóquei e do Estádio de Deodoro; recuperação e tratamento da água do tanque de provas do Estádio de Canoagem Slalom; locação de contêineres para o terceiro piso do Prédio de Apoio do Parque Radical; instalação de luminárias no Parque Radical; locação e montagem das estruturas metálicas das torres dos elevadores da Passarela da Supervia; serviço de montagem, manutenção e desmontagem da Passarela sobre a Supervia; e fornecimento de postes para a iluminação do Parque Radical.

No caso específico do Centro Olímpico de Tiro – que recebeu o evento-teste em abril/16 - a Queiroz Galvão manteve o ritmo das intervenções, priorizando o término da reforma do estande de finais, bastante utilizado na ocasião.

Em todas as instalações da Área Norte, também, houve coordenação entre as construtoras e o Rio 2016, no sentido de compatibilizar a entrega, de forma faseada e de acordo com as necessidades da organização dos jogos, o que possibilitou ao Comitê assumir as arenas com espaço de tempo necessário para ultimar a sua preparação, exceção feita ao Estádio de Deodoro, última instalação a ser entregue devido ao atraso na construção da infraestrutura elétrica da instalação, tendo a APO participação importante na resolução dessa questão.

As instalações foram entregues prontas ao Comitê Organizador dos Jogos antes do dia 31/07/2016. Durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, os encarregados da gestão das instalações não relataram problemas relacionados à infraestrutura de obras e serviços.

4.4.4. Diretoria da Região Copacabana e Barra

A APO deu continuidade no acompanhamento das entregas das obras de infraestrutura das arenas esportivas e não esportivas, nos *clusters* Barra e Copacabana, além da participação e apoio na realização de eventos-teste.

A Diretoria da Região Copacabana e Barra (DRCB) promoveu a interlocução necessária junto aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016, para obter a sincronização das ações, verificar os problemas ocorridos nos eventos-teste, e corrigi-los para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, promovendo e participando de reuniões e fóruns de discussão, visando à integração das ações nos níveis federal, estadual e municipal. Como exemplo, podem ser citadas as reuniões do *Venue Integrate Group* - VIG, a participação no Workshop Transição entre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Governos - e na apresentação do Rio 2016 dos planos para FTC, BVA e PON, GLO e LAG na região de Copacabana.

Sobre a Infraestrutura Esportiva da Região Barra e Copacabana

A APO participou de reuniões de alinhamento com o Governo Federal (Casa Civil e Ministério do Esporte); com o Comitê Olímpico Internacional (CoCom e VIG) e com o Comitê Rio 2016 (Integração, Eventos-Teste e VIG). Nestes fóruns, foram tratados assuntos inerentes aos projetos, andamento das obras, alterações de cronogramas, compatibilização de ações, estruturas temporárias (overlays), operações e comissionamento das instalações esportivas. Esse acompanhamento processado pela DRCB/APO, permitiu a detecção de eventuais “*gaps*”, interferências, necessidades de coordenação e a respectiva adoção de soluções tempestivas para a melhor preparação dos Jogos Rio 2016. Podemos citar o importante papel da APO, na coordenação de reuniões voltadas ao modelo final das operações dos eco barcos, durante o período olímpico e paraolímpico, ao promovermos entendimentos entre o Governo do Estado, o INEA, a Polícia Federal e o Comitê Rio 2016.

Sobre Infraestrutura não Esportivas da Região Barra e Copacabana

A APO acompanhou as obras de instalações não esportivas, como as construções da Vila Olímpica e Paraolímpica, do complexo de mídia para atendimento aos Jogos (*International Broadcast Center* – IBC –, *Main Press Center* – MPC – e Hotel de Mídia) e do Domínio Urbano do Parque Olímpico da Barra, participando ativamente, através de reuniões com o Consórcio Ilha Pura e CAIXA, no caso da Vila Olímpica, e com a OBS, para tratar da entrega das instalações do IBC e MPC, além de

promover interlocução com órgãos e entidades envolvidas na disponibilização de serviços, como a CEDAE.

A APO participou neste ciclo de reuniões com o COI, Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal, Comitê Rio 2016 e a empresa Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários Ltda., acompanhando as diversas tratativas e ações, que permitissem o avanço na execução das obras das instalações não esportivas. Para isso, realizou visita às obras, para acompanhar e avaliar os impactos dos planos, projetos e programas, bem como buscar soluções para as questões de maior impacto na entrega das instalações, como a execução e finalização das obras de água e esgoto da CEDAE e a questão da energia no parque interno ao complexo de condomínios da Vila Olímpica/Paraolímpica.

Sobre as Regiões Olímpicas em Copacabana e na Barra

Barra

No Parque Olímpico da Barra foram concentradas importantes instalações esportivas, cujas obras estavam sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio, por intermédio da Empresa Olímpica Municipal (EOM). O Domínio Comum do Parque Olímpico da Barra contemplou a execução de terraplenagem, pavimentação do sistema viário, paisagismo, redes de drenagem, esgoto, água, energia, gás, iluminação pública, prevenção e combate de incêndio. As redes de infraestrutura foram todas executadas dentro do planejamento inicial. O Projeto envolveu a construção das áreas comuns do Parque Olímpico para utilização do público, dos atletas e das equipes de apoio, incluindo acessos, sistema viário, parques, jardins e praças. As obras e o planejamento das operações e serviços transcorreram conforme o relatado abaixo:

Arena Carioca 1

A Arena Carioca 1, instalação permanente, construída pela Prefeitura por PPP, foi inaugurada e devidamente testada para os Jogos por meio de oito eventos teste ocorridos entre janeiro e maio de 2016.

Arena Carioca 2

Última das três Arenas a ser concluída, a Arena Carioca 2 foi inaugurada em evento teste de Basquete com dois jogos do Campeonato Brasileiro do Novo Basquete Brasil (NBB), nos dias 26 e 28 de maio.

Arena Carioca 3

A Arena foi testada no Evento Teste de esgrima, em abril de 2016, onde foi aprovada a inovadora pista de lutas ligada ao placar eletrônico, ambos funcionando através de *wireless*.

Em relação às três arenas, para que os eventos teste ocorressem com qualidade, foram realizadas reuniões prévias chamadas de TEVOP (*test event operation*) e VIG (*Venue Integration Group*) com a presença de todos os Entes envolvidos, inclusive APO. Após o evento teste, foram realizadas reuniões de *Debrief* e *Cold Debriefing*, para debater os casos de sucesso e/ou falhas, possibilitando, assim, identificar as correções necessárias.

O sistema de ar condicionado da arena foi licitado e adquirido pelo Governo Federal e instalado sob a supervisão da Prefeitura, devido à falta de carga necessária ao ar condicionado na subestação interna da *venue*. A APO participou de reuniões semanais com a Prefeitura, ME, Contratada, Fiscalização cujo objetivo era acompanhar o tema e a execução do cronograma.

Ainda em relação às três arenas, em 19 de julho, foi feito o *Lockdown*, em que foi verificado que estavam cumpridas as obrigações da candidatura, com a assunção da *venue* pelo Comitê Rio 2016 e seu fechamento para os demais Entes para execução da varredura de segurança.

Após o *Lockdown* nas três arenas, o Comitê Rio 2016 providenciou a instalação em cada *venue*, do mobiliário e dos layouts internos das salas técnicas e *lounges* com mesas, cadeiras, armários, sofás, equipamentos e demais itens de decoração e materiais, bem como o *look* das áreas internas, além da montagem das tendas temporárias, cabeamento interno da OBS, instalação dos placares, quadras e mesas dos juízes e área exclusiva para a imprensa nas arquibancadas.

Arena do Futuro

Em abril/16, ocorreram os eventos teste de Handebol e Golbol. Para garantir a qualidade dos eventos, também foram realizadas TEVOP (*test event operation*) e VIG (*Venue Integration Group*), além de *Debrief* e *Cold Debriefing*. Em julho, também foi realizado o *lockdown*. Os layouts internos, mobiliário e equipamentos foram montados e o acesso à instalação foi vedado aos demais Entes.

Centro Aquático Maria Lenk

Os eventos teste foram realizados em fevereiro e março de 2016 e um deles, o de Saltos Ornamentais, foi classificado como “*De maior envergadura*”, isto é, com todas as áreas funcionais sendo testadas. Neste evento houve a participação de grande público e imprensa.

Também foram realizadas reuniões de TEVOP (*test event operation*) e VIG (*Venue Integration Group*). Durante os eventos testes, a Arena estava em reforma com vários serviços não concluídos, sendo utilizadas as instalações elétricas e energia da Light que já atendiam a Instalação. As áreas críticas foram ligadas em geradores que, juntamente com a rede da Light, não aguentaram a demanda, causando apagões e interrupções nas competições. Após os eventos, foram realizadas reuniões de *Debrief* e *Cold Debriefing*, onde foram debatidos os casos de sucesso e as falhas ocorridas e a identificação de correções necessárias para inibir novas falhas nos Jogos. Na data prevista para o *lockdown*, as obras permaneciam sem conclusão, prejudicando a atuação do Comitê na adaptação da *venue* para os Jogos, vez que a preparação das áreas de competição foi feita simultaneamente com a execução de serviços de preparação (obras). A subestação da *venue* e o suprimento de energia pela subestação olímpica - Light, também não foi concluída antes do *lockdown*. As obras de fundações e montagem da piscina de aquecimento do *Walter Pólo* foram feitas pelo Comitê Rio 2016, e foram concluídas na véspera dos Jogos. Essa Arena abrigou três modalidades: nado sincronizado, saltos ornamentais e a primeira fase de *Walter pólo*.

Centro Olímpico de Esportes Aquáticos

Instalação temporária construída com recursos do Governo Federal. No mês de abril de 2016 esta instalação sediou os eventos teste de natação olímpica e natação paraolímpica. Mantendo a rotina estabelecida, a APO participou do TEVOP (*test event operation*), do VIG (*Venue Integration Group*), do *Debrief* e do *Cold Debriefing*. Os compromissos previstos no Dossiê de Candidatura foram cumpridos e em 19/07/2016 ocorreu o *lockdown*. Durante o decorrer da obra, os projetos sofreram alterações substanciais que reduziram a capacidade de espectadores na *venue*. No Modo Legado, em princípio, o Centro Aquático será desmontado, dividido em dois e remontado.

Velódromo

Durante o ciclo janeiro a setembro de 2016, persistiu o atraso das obras, obrigando a construtora Tecnosolo Serviços e Engenharia S/A, responsável pela execução das obras, a subcontratar a Empresa Engetécnica Serviços e Construções LTDA para dar sequência aos trabalhos. Posteriormente, a Prefeitura contratou diretamente a Empresa Engetécnica Serviços e Construções LTDA, de forma emergencial, para conclusão da obra.

A pista de madeira do Velódromo, custeada pelo Comitê Rio 2016, começou a ser instalada ainda em março de 2016, porém sofreu novo atraso, em função de um embargo do Ministério do Trabalho. Com o adiamento da entrega da pista, o evento teste, previsto inicialmente para março de

2016, não foi realizado. Para testar algumas áreas funcionais e a pista, foi realizado, entre 25 e 27 de julho, um treino aberto.

A montagem das estruturas necessárias para as competições foi realizada juntamente com o término das obras, porém, não impactaram as competições dos Jogos Rio 2016 que transcorreram conforme o planejado, não tendo sido registrado nenhum incidente, tendo a arena do velódromo atendido plenamente as condições estabelecidas no dossiê de candidatura. O *lockdown* foi realizado no dia 18 de julho. Os sistemas de energia e infraestrutura de água e saneamento atenderam as necessidades previstas. Até a data do *lockdown* a APO visitou a instalação para acompanhar a execução das obras e participou das reuniões com os Entes envolvidos. A Arena ficará de legado em condições de realizar eventos e treinamentos de alto rendimento.

Centro Olímpico de Tênis

Obra executada pela Prefeitura do Rio. A data de finalização, prevista inicialmente para agosto de 2015, foi remarcada para o primeiro semestre de 2016.

Após a realização do evento teste em dezembro de 2015, que marcou a abertura do Parque Olímpico da Barra, a obra foi paralisada. Em janeiro de 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu rescindir o contrato com o consórcio Ibeg Engenharia Ltda./Tangran/Damiani e contratada a Volume Construções e Participações LTDE, em caráter emergencial, alterando a previsão de conclusão da obra para junho de 2016. A obra foi concluída em julho de 2016, bem como a montagem das estruturas necessárias para a realização das competições que transcorreram de acordo com os planejamentos realizados.

A instalação recebeu as competições de tênis, tênis em cadeira de rodas e Futebol de 5. O centro de Tênis foi composto de 16 quadras, sendo uma arena de 10 mil lugares, uma quadra de 5 mil lugares, uma de 3 mil, sete quadras de competição com capacidade de 250 lugares e seis quadras de aquecimento. A APO acompanhou o desenvolvimento das atividades de preparação e montagem da arena para as competições e da finalização das obras. Participou também das reuniões de coordenação no Comitê Rio 2016 com os entes públicos e as empresas privadas diretamente envolvidas, bem como de visitas de inspeção no Centro Olímpico de Tênis e dos *Debriefing* e *Cold Debriefing*.

Arena Olímpica

A Arena está em operação desde 2007, quando recebeu os Jogos Pan-Americanos. A Prefeitura do Rio de Janeiro é a proprietária da instalação, que a repassou em regime de concessão para a

empresa GL Events. A concessionária construiu para os jogos as duas novas rampas externas de acesso ao público, assim como a infraestrutura que abrigou as instalações temporárias da arena durante os Jogos.

O evento teste de Ginástica ocorreu nos dias 14 e 15/04/2016 e entre 16 e 22/04/16.

Nos Jogos, esta instalação recebeu as competições de ginástica rítmica, artística e de trampolim (Olimpíadas) e basquete em cadeira de rodas (Paraolimpíada).

A APO participou ativamente dos planejamentos e preparativos para o evento-teste e para o *Games time*, comparecendo as reuniões de TEVOP (operações dos eventos teste), aos VIG (grupo de integração das *venues*), bem como em diversas visitas de inspeção ao Parque Olímpico com a finalidade de acompanhar a finalização das obras e a montagem das estruturas para os Jogos. Acompanhou também todas as atividades do evento teste, assim como os *debriefing* realizados para colher os ensinamentos dos acertos e oportunidades de melhorias para os Jogos.

Campo Olímpico de Golfe

Após a conclusão das obras, o Campo Olímpico de Golfe foi entregue para a Confederação Brasileira de Golfe (CBG) para a gestão por 10 anos. A empresa Progolf foi contratada pela Confederação Brasileira de Golfe para coordenar os trabalhos de manutenção do Campo de Golfe. A transição da operação do campo para o Comitê Rio 2016 ocorreu no mês de julho de 2016.

Nos dias 7 a 9 de março 2016, aconteceu o evento teste de golfe que foi considerado positivo, com destaque para o campo (SCO) pelos atletas e pela Federação Internacional de Golfe.

A APO trabalhou, durante o ano de 2016, em reuniões com o governo municipal e Comitê Rio 2016, com o objetivo de acompanhar o processo de homologação do campo pela Federação Internacional de Golfe. Promoveu visitas periódicas ao campo, fez contato direto com os gerentes do campo para acompanhar os marcos do calendário previsto para a entrega final, além de estar presente nas reuniões gerais com todos os agentes envolvidos nas Olimpíadas (*Venue Integration Group* - VIG, entre outras).

Vila Olímpica

APO participou de reuniões com a Casa Civil da Presidência da República e os entes consorciados bem como com o Comitê Rio 2016, com o propósito de integrar as ações com as diversas esferas de governos Federal, Estadual e Municipal, para as questões relacionadas à entrega da instalação para os Jogos Olímpicos.

Em 15 de junho, com a presença da Prefeitura do Rio de Janeiro, houve a inauguração da Vila Olímpica em cerimônia de entrega da chave para o presidente do COI. Após, iniciaram-se procedimentos de varredura de segurança, testes dos equipamentos instalados e comissionamento, com previsão de finalização de energia para 10/07/2016.

Na área de overlay (instalações provisórias) houve necessidade de jornada de trabalho extra, para a conclusão das obras/instalações. A carga de energia extra, solicitada pelo Rio 2016, para o *Main Dinning* (restaurante principal) foi fornecida por geradores.

As obras da CEDAE para atendimento a Vila dos Atletas, foram acompanhadas pela APO. Estas incluíram as obras da elevatória da subestação de esgoto da CEDAE, *Oloff Palm* (localizada na Avenida Salvador Allende), e de abastecimento de água, ambas foram concluídas e operaram regularmente durante os Jogos Olímpicos.

Foram feitas também visitas periódicas ao empreendimento, mantendo reuniões regulares com a empresa Ilha Pura, visando o acompanhamento das obras. A partir do mês de abril a APO manteve representantes na Vila Olímpica, que diariamente trabalharam em conjunto com o Rio 2016 e Ilha Pura, visando ao acompanhamento da instalação da infraestrutura necessária ao funcionamento da Vila Olímpica, com foco nas obras de suprimento de energia elétrica.

Após o *Lockdown* o Comitê Rio 2016 providenciou a instalação em cada *venue*, do mobiliário e dos *layouts* internos das salas técnicas e *lounges* com mesas, cadeiras, armários, sofás, equipamentos e demais itens de decoração e materiais bem como o *look* das áreas internas além da montagem das tendas temporárias e demais itens necessários ao funcionamento da Vila.

Complexo de Mídia – IBC, MPC e Hotel

A APO acompanhou, em conjunto com os demais entes e parceiros da sua área de atuação, o andamento das obras civis do Parque Olímpico, relativas aos prédios do Complexo de Mídia (IBC, MPC e hotel) e o domínio comum, incluindo visitas ao canteiro de obras.

A APO realizou visitas de acompanhamento ao Centro Internacional de Transmissão (*International Broadcasting Center – IBC*) e participou das consecutivas mesas periódicas de decisão, como por exemplo, a referente a questão do baixo desempenho acústico nos compartimentos, repassados para a responsabilidade do Rio 2016. Durante o 10º CoCom a Prefeitura se comprometeu a realizar os testes e a remediação acústica após o *fit out*.

A obra do IBC foi finalizada e a *Olympic Broadcasting Services (OBS)* realizou a montagem dos estúdios de transmissão de imagens. As pendências como infiltrações, problemas com desempenho acústico, comissionamento de elevadores e ligação de esgoto foram tratadas e encerradas. A instalação

das escadas rolantes, segunda alimentação de energia, energia temporária e as obras de overlay (*conference center, catering*, entre outras) também foram concluídas.

Sobre o MPC, a obra foi finalizada sem problemas significativos, todos contornados graças à sintonia entre a concessionária Lagoa Barra, Rio 2016 e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O prédio foi entregue pela Prefeitura em 11/04/2016.

No Hotel de Mídia todas as obras necessárias ao seu funcionamento foram concluídas e o mesmo começou a operar no dia 15/07/2016 em modo “*soft opening basis*”, sem pendências de serviços ou *workforce*.

Parque dos Atletas

A APO acompanhou a construção da infraestrutura instalada no local que foi ocupado com construções em overlay, com equipamentos para treinamento dos atletas que participaram das competições e que estiveram hospedados na Vila Olímpica. Os equipamentos atenderam, em especial, as modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas dos seguintes esportes: 1) Olímpicos: Basquete, Handebol, Natação, Triátlon (natação), Maratona aquática, Judô, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Trampolim, Luta Livre, *Wrestling* e Greco-Romana; 2) Paraolímpicos: Judô paraolímpico, Natação paraolímpica, Rúgbi em cadeiras de rodas, Basquete em cadeira de rodas, Goalball, Paratriatlon (Natação). As obras foram executadas dentro do prazo do cronograma. A energia utilizada foi temporária, fornecida por meio de geradores. Findado os Jogos, a previsão é de que o Parque dos Atletas permaneça como legado para a cidade, funcionando como importante área de lazer e pólo cultural.

RIOCENTRO

No ciclo janeiro a setembro de 2016, a APO participou de reuniões, seminários e visitou as instalações do RIOCENTRO, sendo que durante a participação desta APO no VIG#6 (Rio 2016 – *Venues & Infrastructure Pre-VIG #6 Site Visits (14-18 March 2016) Construction Progress Review Follow-up Report / Key Issues*), o Riocentro foi apresentado como risco médio no Relatório de Acompanhamento do COI, com atenção para alguns reparos no telhado quanto a vazamento de água e reforço da estrutura para sustentar a carga para luzes de broadcast, riscos estes, apontados nos pavilhões antigos. Todas as situações que envolviam risco foram solucionadas e equacionadas sem relatos ou registros de problemas durante os Jogos.

A APO acompanhou os serviços e as operações de todos os eventos-teste do fim do ano passado no conjunto de pavilhões (badminton, bocha, tênis de mesa e boxe), participando das reuniões

ocorridas no início deste ano de 2016, do Rio 2016 e outros agentes envolvidos, visando a melhoria e alinhamento das ações necessárias para realização dos Jogos realizados no Riocentro.

O Pavilhão 6 foi construído pela Concessionária GL Eventos para os Jogos Rio 2016 e foi entregue ao Comitê Organizador Rio 2016 no dia 11/05/2016.

Domínio Comum do Parque Olímpico

No que diz respeito ao Domínio Comum do Parque Olímpico da Barra, as obras foram concluídas dentro do cronograma planejado. Os Projetos para o sistema de segurança do Parque ficaram sob a responsabilidade dos Ministérios da Justiça e da Defesa, que assumiram a segurança das instalações em 05 julho de 2016. O cronograma de cabeamento de média tensão foi concluído, assim como as obras da segunda linha de transmissão. Durante os Jogos, a limpeza interna e a coleta de resíduos das instalações foi realizada pela COMLURB.

O paisagismo, a vegetação, a instalação dos postes de iluminação e a pavimentação na entrada do Parque Olímpico foram concluídas a tempo, assim como as vias internas principais do Parque Olímpico e as estruturas de cobertura em lona.

Pode-se destacar também o acompanhamento da APO nos diversos “Eventos teste” realizados no Parque Olímpico no primeiro trimestre, participando ativamente das reuniões de planejamento do Comitê Rio 2016, juntamente com os órgãos públicos diretamente envolvidos, tais como COR, CETRIO, Corpo de Bombeiros e etc.

Copacabana

No ciclo encerrado em setembro de 2016, a APO acompanhou as ações referentes à macrorregião de Copacabana e manteve representantes nos fóruns referentes à Arena de Copacabana, à Lagoa Rodrigo de Freitas, à Marina da Glória, ao Forte de Copacabana e ao Pontal.

Ao longo deste período, o monitoramento atingiu a fase final de preparação para os Jogos, com a entrega das instalações em condições de receber competições, atletas e espectadores, atendendo às especificações técnicas estabelecidas e adaptadas durante todo o período que englobou desde a candidatura do Rio de Janeiro a sede olímpica, em 2009, até a realização dos Jogos.

Nesta fase, a maioria dos encontros entre os agentes responsáveis ocorreram nas próprias instalações, posto que desde abril parte importante do Comitê Rio2016 e de demais responsáveis pelas intervenções começou a transferir suas rotinas de atividades para dentro de suas respectivas *venues*.

Estádio de Remo da Lagoa

As últimas ações realizadas no Estádio de Remo da Lagoa para a recepção das competições de Remo e Canoagem de Velocidade foram adequadamente realizadas. De fato, apesar de atrasos na passagem faseada das áreas da Prefeitura para o Comitê Rio 2016 e em algumas intervenções remanescentes de infraestrutura, especialmente de equipamentos para a disponibilização final de energia, os trabalhos de ajustes foram todos concluídos a tempo da entrega completa da instalação para os Jogos, no *lockdown*, no final de julho.

Com a decisão do Comitê Rio 2016 de retirar do escopo da instalação o deck flutuante de arquibancadas, devido à necessidade de contenção dos custos gerais dos Jogos, tornou-se necessária a montagem de arquibancadas provisórias adicionais, o que ocorreu sem qualquer prejuízo aos espectadores e às competições.

A qualidade das águas da Lagoa foi considerada satisfatória pela organização e pelos atletas e os possíveis problemas com o aparecimento e crescimento repentino de algas, ocorrido durante os eventos teste de 2015, foram adequadamente antecipados e prevenidos.

Marina da Glória

A Marina da Glória foi a primeira instalação olímpica a ter toda a sua infraestrutura preparada para receber os Jogos. Apesar de decisão de segunda instância da Justiça Federal estabelecendo a desconstituição do contrato de concessão da Marina da Glória, as atividades relacionadas às entregas para os Jogos se mantiveram normalmente, sem qualquer comprometimento no cronograma de entrega, sendo que a última intervenção entregue para as competições foi o molhe para contenção de eventuais ressacas, em junho.

A APO teve um papel importante no processo de licenciamento necessário à execução dessas obras no molhe, promovendo encontros entre os responsáveis pelas obras – Prefeitura e concessionária da Marina – e a Marinha, responsável pela autorização final para a empreitada, por meio da Capitania dos Portos. Além disso, e junto a Marinha do Brasil, Governo do Estado, INEA e Polícia Federal, a APO foi participante ativa na definição dos padrões de operação dos eco barcos utilizados para a manutenção das condições de navegabilidade da Baía de Guanabara durante as competições.

Essa operação, atrelada a intervenções como a conclusão do cinturão de galeria circundando a baía e desviando parte relevante da poluição recebida pelos afluentes para um caminho de tratamento até a zona Sul, em Ipanema, possibilitaram que nenhuma ocorrência negativa em relação à qualidade da água trouxesse prejuízo para as regatas durante os Jogos.

Forte de Copacabana e Arena Copacabana

A região do Forte de Copacabana foi uma das que se deparou com o maior desafio em relação às operações integradas de mobilidade urbana e *lastmile*, dado que as competições, sobretudo a de triatlo, afetaram o dia-a-dia de toda a população da Zona Sul carioca, exigindo mudanças importantes no fluxo de ruas e avenidas e até mesmo no cotidiano da cidade, com destaque para o feriado municipal estabelecido em 18 de agosto – dia da competição de triatlo.

Os acordos entre o Comando do Forte e o Comitê Rio 2016 para a entrada e a ocupação das instalações militares, transformando-as em olímpicas, foi cumprido em sua plenitude, com um comportamento bastante solícito de todas as partes envolvidas. A entrega de alguns itens finais para a disponibilização da energia para a *venue* sofreu atrasos relevantes, que chegaram a oferecer algum risco para a entrega, superado a tempo do *lockdown*, em julho.

Destaca-se o papel fundamental da APO na interlocução entre o Rio 2016 e o IPHAN, necessária por se tratar de área de competição localizada em patrimônio público tombado. Nesse sentido, para prevenir possíveis desentendimentos, a APO realizou reuniões orientando o Rio 2016 a apresentar previamente ao IPHAN suas operações em áreas tombadas da região de Copacabana, o que gerou os resultados esperados e evitou qualquer ocorrência negativa na etapa de preparação final e durante as competições.

A Arena de Copacabana foi praticamente toda construída no trimestre final de preparação para os Jogos. Os trabalhos, a despeito do prazo curto, transcorreram de modo totalmente satisfatório e a maior arena temporária já construída nas areias de uma praia foi totalmente entregue já em condições de receber os jogos no final de julho.

Vale dizer que o projeto inicial da arena foi adaptado de forma a cumprir às especificações técnicas do Comitê Olímpico Internacional e às necessidades operacionais do Comitê Rio 2016, em um processo que se mostrou exitoso e foi acompanhado de perto pela APO.

Como não houve competições paraolímpicas de vôlei de praia, não houve a necessidade de qualquer trabalho de transição na Arena. Já no Forte, todos os trabalhos necessários foram realizados de forma a atender as especificações paraolímpicas.

Pontal do Recreio

A fase final de preparação no Pontal do Recreio foi bastante atribulada, posto que o período imediatamente anterior foi de significativas mudanças no modelo de preparação da *venue* para os Jogos.

De fato, conforme o planejamento inicial haveria a contratação de um fornecedor *turn key* responsável pela montagem e adaptação da região para receber os Jogos. Tal contratação, no entanto, acabou descartada pelo Rio 2016, que optou por contratações via *delivery partner*, ou seja, contratações específicas de cada serviço com um fornecedor próprio.

Embora a mudança inesperada e há poucos meses das competições pudessem comprometer o andamento geral, o fato de a instalação ser toda formada por estruturas temporárias e de fácil montagem, numa área também sem grande fluxo populacional, colaborou para que o processo de alterações e adaptações fosse concluído a contento, sem prejuízo das competições e atendendo aos padrões operacionais exigidos.

Destaca-se, por fim, a importância do trabalho realizado tanto pela Subprefeitura da região quanto pelo Comitê junto à comunidade local, conscientizando-a da necessidade e importância de adaptações de alguns hábitos diários durante o período dos Jogos. Estes transcorreram sem qualquer ocorrência operacional negativa, incluindo a prova de Ciclismo de Estrada – e o desafio de realização de mais de 200 km de circuito de Copacabana até o Pontal – e a transição para o período paraolímpico.

Instalações de Mobilidade

A APO acompanhou a execução dos projetos de construção, ampliação e reforma de parte das instalações de mobilidade que integraram o Anel de Transporte de Alta Capacidade, nos modais nas regiões Copacabana e Barra. Estes modais passaram por implantação como nos casos da nova Linha 4 do Metrô do Rio e VLT, assim como ampliação, que é o caso do BRT Trecho Zero.

Outros compromissos que dizem respeito à infraestrutura viária acompanhados pela APO foram a construção do novo Elevado do Joá, que ampliou a capacidade do elevado existente em 33%, a construção do novo sistema viário da Barra e as obras de renovação viária da região do Porto do Rio (Projeto Porto Maravilha).

Durante o ciclo encerrado em setembro de 2016 a APO visitou frequentemente as obras em andamento e participou de reuniões e fóruns priorizando ações de interlocução e de articulação com os entes.

Sistema de metrô ampliado – Metrô linha 4

O compromisso contemplou o trecho do Anel de Transporte de Alta Capacidade com expansão do sistema de metrô, permitindo a ligação entre Ipanema e Barra da Tijuca, por meio das estações: General Osório, Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, São Conrado e Jardim Oceânico. A estação Gávea teve sua conclusão postergada para 2018. Além dessas estações de metrô,

a área de integração entre metrô e BRT, na estação Jardim Oceânico. A inauguração da linha 4 do Metrô com a integração com BRT ocorreu dia 30/07/2016, apenas com a operação olímpica, até 23 de agosto.

Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT

Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um dos Projetos Especiais do Porto Maravilha, possui uma extensão de 28 km, 4 estações, 38 paradas e 13 subestações de energia. O VLT, etapa 1 – Rodoviária Novo Rio / Aeroporto Santos Dumont -, foi inaugurado no decorrer do ciclo janeiro/agosto de 2016. Futuramente integrará o Aeroporto Santos Dumont à estação de Barcas da Praça XV e a Rodoviária ao Metrô. Uma das suas linhas já atende o entorno portuário, permitindo que os visitantes que vêm ao Rio de Janeiro em navios de cruzeiro tenham acesso a um transporte de massa de alta qualidade e integrado aos outros modais, permitindo acessar as principais regiões da cidade.

A APO realizou o acompanhamento físico-financeiro destas obras por meio das informações quanto a liberações de desembolsos disponíveis no site da Caixa Econômica Federal.

BRT Transoeste - Trecho 0

O compromisso contemplou o trecho do Anel de Transporte de Alta Capacidade a ser implementado pela construção do Sistema de BRT Transoeste, permitindo a ligação entre Barra da Tijuca (Estação Jardim Oceânico), Santa Cruz e Campo Grande. A operação do BRT teve seu início no dia 31/07/2016, no mesmo dia em que a operação olímpica do metrô teve seu início.

Duplicação do Elevado do Joá

A APO acompanhou a execução das obras por meio de visitas ao Elevado do Joá. A duplicação contemplou a ampliação da conexão entre Barra e Zona Sul, com novo viaduto em São Conrado, novo túnel do Pepino, novo elevado do Joá, novo túnel do Joá, nova ponte da Joatinga e ciclovia, além dos acessos, totalizando um trajeto de cinco quilômetros de extensão. A nova via do Elevado do Joá foi inaugurada no dia 28/05/2016, pela Prefeitura. As vias contam com fiscalização eletrônica. Para os jogos olímpicos, houve duas faixas dedicadas: uma na nova pista, sentido Barra; e outra em direção a São Conrado, no tablado inferior. A ciclovia de 3,1 km de extensão, construída sobre o elevado já existente, só será reaberta ao público após a divulgação do relatório da perícia independente contratada pela prefeitura para investigar o desabamento ocorrido no trecho da pista da Avenida Niemeyer.

Viário da Barra

Este projeto faz parte do PPP - LEGADO, cuja execução foi da Prefeitura, assim como a responsabilidade pelos recursos, aprovados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Durante o ciclo janeiro/agosto de 2016, concluiu-se a requalificação urbana das Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende, a criação de corredor BRT conectando os BRT Transoeste e Transolímpica e as construções dos Terminais BRT Centro Olímpico e Recreio, além de 07 estações BRT.

Em visitas às obras realizadas pela APO, observou-se o progresso das obras e a conclusão das mesmas antes do início dos Jogos Rio 2016. As passarelas temporárias e definitivas também foram entregues assim como as Estações e Terminais de BRT. A APO apoiou a Prefeitura, por meio de interlocução com o Ministério da Defesa, para conseguir a autorização de cessão de parte de terreno da Aeronáutica, para instalação de passarela junto a Estação BRT RIO 2.

Projeto Porto Maravilha

O Projeto integra um programa de revitalização e recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, bem como de proteção do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural do Município.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) é a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, cabendo a essa a articulação entre os demais órgãos públicos e privados.

Com as entregas da revitalizada Praça Mauá e do Museu do Amanhã, foi criado um novo espaço de lazer e entretenimento com a abertura do trecho da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde para o público no início de março. Este espaço, Boulevard Olímpico, durante os Jogos foi visitado por inúmeros cariocas e turistas.

Após três anos de negociações conduzidas pela APO, envolvendo CEDAE, Píer Mauá e Companhia Docas do Rio de Janeiro, foi inaugurada em 28/07/2016, a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos navios de cruzeiros que atracaram no Porto do Rio de Janeiro. Tal feito, tão solicitado há décadas pela sociedade mercante que vivia mercê das embarcações de abastecimento e seus preços exorbitantes, coloca o porto carioca na vanguarda para atendimento às grandes empresas internacionais.

4.4.5. Operações *games-time*

Conforme mencionado na introdução, a equipe da APO se uniu de maneira interdisciplinar e inter equipes de maneira a viabilizar suas atividades previamente planejadas para acontecerem durante os Jogos. Foram as atividades realizadas:

Rio Media Center (Centro de Mídia Rio)

O *Rio Media Center* foi um espaço instalado no Pavilhão Olímpico, no bairro da Cidade Nova, destinado à divulgação da cultura brasileira e das transformações da cidade do Rio de Janeiro estimuladas pelos Jogos Rio 2016, para jornalistas nacionais e estrangeiros que não estavam cobrindo competições esportivas. O RMC funcionou 24 horas entre os dias 27/07/2016 e 20/09/2016.

A Assessoria de Comunicação (Ascom) da APO realizou o planejamento da cessão do videowall para o RMC, acompanhou a instalação do equipamento no espaço de estações de trabalho dos jornalistas e treinou os profissionais para sua operação, com a divulgação de informações importantes sobre os Jogos Rio 2016 e a rotina do centro de mídia. Coordenou a participação do presidente da APO na cerimônia de abertura do RMC e atendeu a demandas de imprensa de diversos veículos, organizando entrevistas exclusivas para jornais nacionais, como TV Globo, SporTV, O Globo, Folha de S. Paulo e Globoesporte.com, além de estrangeiros, como o site britânico AroundtheRings, especializado em esportes e um dos mais acessados do Reino Unido, e o jornal Mainichi, considerado um dos mais importantes do Japão. Também acompanhou as principais entrevistas coletivas para manter informado o presidente da APO, seu principal porta-voz, e contribuir na divulgação de fatos relevantes em seu site institucional e redes sociais.

Além disso, realizou intenso relacionamento com a imprensa e parceiros nos eventos do RMC e colaborou na divulgação de assuntos do centro de mídia por meio de sua lista de contatos de jornalistas de todas as mídias do país. Acompanhou ainda a repercussão na mídia da divulgação da quinta atualização da Matriz de Responsabilidades, após decisão do Conselho Público Olímpico de não realizar entrevista coletiva, apenas publicação das planilhas e de release no site da APO, o que gerou demandas pontuais da imprensa sobre o assunto. Outra atividade realizada pela Ascom no período, desta vez fora do RMC, foi a colaboração na preparação da visita da governadora de Tóquio à APO para conhecer o projeto de legado dos Jogos Rio 2016. No período dos Jogos, de acordo com informações coletadas pelo serviço de clipagem da Ascom, a APO foi citada 266 vezes em publicações nacionais e estrangeiras, um espaço equivalente a R\$ 23,7 milhões, caso fosse comercialmente ocupado.

Com 130 estações de trabalho para jornalistas nacionais e estrangeiros, credenciados ou não pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), acesso gratuito à internet com banda larga ou *wi-fi*, auditórios, salas de reunião, estúdios de televisão, e equipes para atendimento em português, inglês e espanhol, o RMC ofereceu programação diversificada por meio de *briefings* de imprensa, entrevistas coletivas, exclusivas, passeios guiados pelos pontos turísticos da cidade, entre outras atividades, cumprindo sua missão de divulgar a cultura e as transformações da cidade do Rio de Janeiro. Foram 7000 jornalistas credenciados, de 103 países. Com uma equipe ampliada e integrada com os demais parceiros, a troca de informações foi constante, o que permitiu a realização de um trabalho de equipe que teve como resultado uma comunicação eficaz e eficiente.

Casa Brasil 2016

A Casa Brasil 2016 consistiu em um projeto especial da Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, que possui vasta experiência em edições anteriores da Casa Brasil, no exterior, devido à sua participação em outros grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo da África do Sul e Jogos Olímpicos de Pequim e de Londres.

Por meio da Portaria Interministerial nº 28, de 18/01/2016, que dispõe sobre a Casa Brasil nos Jogos Olímpicos 2016, ficou designada a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil) como responsável por elaborar, desenvolver, executar e operar a Casa Brasil 2016.

A Casa Brasil 2016 foi, assim, um espaço de referência do Governo Federal Brasileiro e de promoção da imagem-país, sendo utilizado para exposições permanentes, divulgação de programas governamentais, realização de ações de relacionamento, promoção de negócios, entre outros. A ideia foi a construção de um espaço para reforço dos atributos de imagem-país relacionados a atratividade de negócios, governança e qualidade; promoção de atributos de imagem já associados ao país, tais como Cultura, Turismo e Povo; promoção de produtos e empresas brasileiras e atração de investimentos para o Brasil. A Casa Brasil ficou localizada na Casa Touring e Armazéns 1 e 2 do Píer Mauá.

O período de funcionamento nas Olimpíadas e Paraolimpíadas foi:

- Preparação – de FEV/2016 a AGO/2016 (desenvolvimento e alimentação do Painel APO para a Casa Brasil);
- Pré-Jogos – de 02/08/2016 a 03/08/2016 (transporte e montagem dos equipamentos);
- Jogos Olímpicos – de 04/08/2016 a 21/08/2016, das 10h às 20h;
- Transição dos Jogos – de 22/08/2016 a 06/09/2016, das 14h às 20h;
- Jogos Paraolímpicos – de 07/09/2016 a 18/09/2016, das 10h às 20h;
- Pós-Jogos – de 19/09/2016 a 23/09/2016 (desmontagem e retorno dos equipamentos).

A APO participou em várias frentes na Casa Brasil 2016:

1) Disponibilização do equipamento de Videowall

A APO firmou um Acordo de Cooperação com a Apex-Brasil e disponibilizou um equipamento de Videowall (com respectivo equipamento servidor) para ser utilizado na Casa Brasil 2016. Nesse equipamento de Videowall, a Apex-Brasil exibiu conteúdo audiovisual produzido pela própria Agência. O referido equipamento de Videowall foi transportado e instalado por empresas especializadas contratadas pela APO.

2) Painel APO para a Casa Brasil 2016

Desenvolvimento, alimentação e disponibilização do Painel Casa Brasil, por meio do qual a APO coletou, condensou e exibiu informações sobre os principais projetos do Governo Federal nas áreas de turismo, saúde, esporte e meio ambiente, bem como as principais ações executadas pelos entes para a realização dos Jogos Rio 2016, contemplando infraestrutura olímpica, mobilidade, meteorologia, revezamento das Tochas Olímpica e Paraolímpica e Eventos-Teste.

Para desenvolvimento do Painel Casa Brasil, a APO utilizou exclusivamente recursos internos, tanto humanos (equipe de TI) quanto de hardware e software. O Painel teve por base a própria funcionalidade “Videowall” existente no módulo de Acompanhamento de Obras e Serviços do Sistema APO.

Para alimentação do Painel Casa Brasil, tomamos por base a massa de dados existente no Sistema APO, a qual foi adequada e, em seguida, traduzida para os idiomas INGLÊS e ESPANHOL por uma colaboradora da própria Autarquia. Além disso, mesmo diante de um prazo exíguo, contamos com o apoio de servidores e terceirizados de quatro Ministérios (MTur, MS, ME e MMA), que trabalharam intensamente para elaborar um vasto e rico conteúdo, também nos três idiomas, relativo aos principais projetos do Governo Federal.

Para a disponibilização do Painel, a APO utilizou equipamentos próprios: três TVs *touchscreen* (com respectivos suportes de parede) e três computadores (com respectivos dispositivos de conexão à Internet 4G). Tais equipamentos foram transportados por empresa especializada contratada pela APO e foram instalados pelos próprios colaboradores da Autarquia.

3) Conteúdo Audiovisual

Foram produzidos 2 filmes institucionais (vídeos curtos, de no máximo 1 minuto de duração). Um deles versou sobre as atribuições e funcionamento da APO.

Tais filmes foram produzidos por uma empresa contratada pela EMBRATUR, com filmagens realizadas nas instalações da APO e também com imagens cedidas pelo Comitê Rio 2016.

Esses filmes foram exibidos em totens instalados pela Apex-Brasil na Casa Brasil 2016.

4) Acompanhamento presencial dos colaboradores da APO

Conforme instruído pela APO, foi elaborada uma escala de trabalho para atuação presencial de seus colaboradores na Casa Brasil 2016. Assim, ao todo, foram escalados 22 colaboradores para essa atividade, que se revezaram em 2 turnos.

Por conta das demais atividades da Autarquia, não foi possível uma escala de trabalho visando a atuação presencial dos colaboradores da APO durante todo o horário de funcionamento da Casa Brasil 2016. Entretanto, foi possível uma escala de trabalho onde tivemos, diariamente, pelo menos um colaborador da Autarquia presente na Casa Brasil 2016 por duas horas pela manhã (de 10h as 12h) e outro colaborador presente por duas horas pela tarde (de 16h as 18h), durante os períodos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Durante o período de Transição dos Jogos, como o horário de funcionamento da Casa Brasil 2016 foi reduzido, a escala de trabalho também foi reduzida, garantindo a presença diária de um colaborador da Autarquia por duas horas à tarde (de 14h às 16h).

Pelo que foi observado no acompanhamento diário feito pela APO, atingimos plenamente os objetivos propostos, auxiliando a Casa Brasil 2016 na exposição de informações importantes sobre o “Brasil Olímpico” e seu legado de infraestrutura, bem como na promoção do esporte, cultura, turismo, tecnologia, sustentabilidade, inovação e produtos e serviços brasileiros para o público nacional e estrangeiro que esteve no local.

É fato que ocorreram alguns problemas técnicos ao longo de todo o período de funcionamento da Casa Brasil 2016. Entretanto, todos foram sempre prontamente solucionados pelos colaboradores da APO escalados, com o suporte dos técnicos indicados pela Apex-Brasil.

Main Operation Center - MOC

A organização e prontidão operacional para entrega dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 foi baseada em uma estrutura que proporcionou a sinergia e integração necessárias para que os envolvidos fossem acionados, tempestivamente, visando a resolução e comunicação assertivas de questões que envolvam o Rio 2016 e Parceiros.

Foram atividades do MOC:

- Desempenhar o papel de centro de informações e coordenação de informações;

- Monitorar o desdobramento das atividades operacionais;
- Acompanhar e facilitar resolução de problemas;
- Gerenciar incidentes e crises;
- Apoiar os parceiros externos em situações de emergência ou crise;
- Gerar relatórios e liderar reuniões com parceiro;
- Implementar políticas e procedimentos do MOC.

A Estrutura Conjunta de C3 (comando, controle e comunicação) estabeleceu os papéis e responsabilidades do Rio 2016 e Parceiros, com o objetivo de permitir tomadas de decisão eficazes com base em protocolos para a escalada de incidentes.

As principais atribuições do MOC foram: gerir e disseminar as informações, atuar na coordenação de resolução de ocorrências críticas e no reporte para as operações.

O MOC funcionou 24 horas durante os Jogos no 7º andar do edifício MPC situado no Parque Olímpico da Barra. Os parceiros governamentais (Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura e APO) montaram escritórios operacionais (ou centros de controle e comando) e foi estabelecido um fluxo de comunicação entre o MOC e tais locais.

Visão geral das estruturas de C3 dos parceiros

1) Comitê Organizador RIO 2016

O MOC foi um centro de informações, coordenação, resolução de ocorrências críticas e reporte para as operações. O MOC foi formado por um time liderado pelos Diretores do Rio 2016.

O Comitê Organizador Rio 2016 designou uma equipe composta por membros de suas Áreas Funcionais em cada uma das *venues*. Estas equipes foram suportadas pelos Centros de Coordenação Funcional (FCCs) de 35 Áreas Funcionais, incluindo de Gestão das Instalações, que por sua vez foram suportados pelo MOC, que fez a conexão com os demais níveis da governança.

- No nível das *Venues*, o *Venue General Manager* (VGM), apoiado pelos Gerentes das Áreas Funcionais e o pelo time da *venue*, foi responsável por entregar os Jogos conforme acordado no plano operacional.
- No nível das Áreas Funcionais, o Centro de Coordenação da Área Funcional (FCC) proveu apoio e coordenação central para seus representantes nas *venues*. Os FCC estavam representados no MOC através de um representante da respectiva área. Durante os Jogos, os FCC estavam localizados no Parque Olímpico da Barra, com posições definidas dentro da Sala do MOC.

- No Nível dos Centros Operacionais, o Centro Principal de Operação do Rio 2016 (MOC) foi o órgão central da estrutura de C3. Seu principal papel foi facilitar o fluxo de informação e comunicação entre os diferentes grupos envolvidos, constituindo-se no núcleo primário de informações confiáveis relacionadas aos Jogos e/ou informações que impactam as equipes das instalações, clientes e parceiros externos do Rio 2016.

O MOC se relacionou com os Centros de Operação e coordenação de cada parceiro por intermédio de um fluxo de informações operacionais que previa contato telefônico, reuniões presenciais e relatórios diários.

A Organização dos parceiros de Governo e sua relação com o MOC (RIO 2016)

1. GOVERNO FEDERAL

Para a realização dos Jogos, o Governo Federal atuou por meio de seus ministérios, entidades e agências reguladoras, de acordo com a pertinência de atuação de cada área. O monitoramento foi realizado no âmbito do GEOLIMPIADAS conjuntamente pelo Ministério do Esporte e pela Casa Civil da Presidência da República, apoiados por pontos focais dos diversos órgãos envolvidos que foram acionados presencial ou remotamente, sempre que necessário.

Os órgãos com função operacional ou regulatória/fiscalizatória que atuaram dentro das instalações esportivas, de maneira integrada e em complemento ou suporte ao Comitê Rio 2016, faziam um reporte para a Casa Civil/PR e para o Ministério do Esporte.

A atuação do Ministério do Esporte e da Casa Civil/PR foi também apoiada pelo CICC-N (Centro Integrado de Comando e Controle Nacional), Centro de Operações Conjuntas do MD (COC/EMCFA-MD), pelo CIJ (Centro de Inteligência dos Jogos), pela Sala Master dos Aeroportos, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pelo CPF (Centro de Prontidão Federal), que emitiram relatórios específicos e complementares a serem consolidados com informações de outros entes para formar o Relatório Diário dos Parceiros, remetido ao MOC durante seu período de atividade.

- CENTRO DE PRONTIDÃO FEDERAL (CPF): Trata-se do *hub* de integração dos demais órgãos federais com interface no megaevento, representados nas posições: ‘Esporte’, ‘Tempo’, ‘Doping’, ‘Energia’, ‘Telecom’, ‘Cultura & Turismo’, ‘Comunicação’, ‘Protocolo’, ‘Transporte’, ‘Logística’, ‘Social’, ‘Legal’ e ‘Finanças’.
- CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE NACIONAL (CICC-N): Constituiu-se no elemento de articulação e integração das ações de Segurança Pública e

Defesa Civil dos Jogos Rio 2016, em Brasília. Este Centro teve um backup dentro das instalações do CICC-RJ, e manteve atualizadas e disponíveis informações estratégicas para o alto escalão do Governo Federal.

- **CENTRO DE OPERAÇÕES CONJUNTAS DO EMCFA-MD (COC/EMCFA-MD):** Estrutura utilizada para coordenação e controle das ações de Defesa Nacional do Coordenador Geral de Defesa de Área RIO DE JANEIRO (CGDA-RIO), Coordenador de Defesa de Área BRASÍLIA (CDA-BSB), Coordenador de Defesa de Área BELO HORIZANTE (CDA-BH), Coordenador de Defesa de Área Manaus (CDA-MNA), Coordenador de Defesa de Área Salvador (CDA-SLV), Coordenador de Defesa de Área SÃO PAULO (CDA-SP), Centro de Coordenação de Fiscalização de Explosivo (CCFE), Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM), Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética (CCSDCiber), Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo.
- **CENTRO DE COORDENAÇÃO GERAL DE DEFESA DE ÁREA (CGDA):** Estrutura utilizada pelo Coordenador Geral de Defesa de Área (CGDA) para a coordenação e execução de operações militares conjuntas e atividades interagências na cidade do Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- **CENTROS DE COORDENAÇÃO DE DEFESA DE ÁREA (CDA):** Estrutura utilizada pelos Coordenadores de Defesa de Área para a coordenação e execução de operações militares conjuntas e atividades interagências nas cidades de São Paulo, Minas a Gerais, Salvador, Manaus e Brasília (Cidades do Futebol). **CENTROS DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES CENTRALIZADAS (CCFE, CCLM, CCSDCIBER, CCPCT E CA3):** Estruturas utilizadas para a Coordenação das Ações Centralizados Aeroespaciais, Segurança e Defesa Cibernética, Fiscalização de Explosivos, QBRN, Enfrentamento ao terrorismo, Logística e Mobilização durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- **CENTRO DE INTELIGÊNCIA DOS JOGOS (CIJ):** Respondeu pelas ações de Inteligência a serem desenvolvidas e implementadas antes, durante e após os Jogos Rio 2016. As ações abrangem diferentes áreas, estão inseridas em contexto único e requerem atuação precisa, previamente planejada e ajustada entre os órgãos federais, estaduais e municipais que o integram.
- **SALA MASTER DOS AEROPORTOS:** Responsável pela coordenação das operações integradas no âmbito aeroportuário para atender à demanda de passageiros gerada e aos

clientes dos Jogos, com representantes de órgãos do setor de Aviação Civil, Infraestrutura Aeroportuária, Aduana, Imigração e Acessibilidade.

- **OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS):** Responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, que atuará no período dos Jogos para garantir o fornecimento energético na cidade dentro dos níveis de serviço requisitados de forma confiável e segura.

2) Centro de coordenação do estado do Rio de Janeiro

A Casa Civil do Governo do Estado estabeleceu que a Subsecretaria de Projetos Especiais (SUBAPE) funcionasse como integradora das ações e serviços estaduais durante os Jogos e a mesma envolvesse a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, sempre que necessário.

Em nome do Estado do Rio de Janeiro, a Casa Civil/SUBAPE remeteu diariamente ao MOC informações relacionadas às operações de cada um destes entes durante os Jogos. Estas informações foram consolidadas com informações de outros parceiros para formar o Relatório Diário dos Parceiros, preparado pelo Comitê Rio 2016, e usado como base da agenda da Reunião Diária com os Parceiros.

3) Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro

A Prefeitura do Rio de Janeiro foi representada dentro da Estrutura de C3 Conjunta pelo Centro de Operações Rio (COR).

Em nome da cidade do Rio de Janeiro, o COR remetia diariamente ao MOC informações relacionadas às operações de cada um destes entes durante os Jogos. Estas informações eram consolidadas com informações de outros parceiros para formar o Relatório Diário dos Parceiros, preparado pelo Comitê Rio 2016, e usado como base da agenda da Reunião Diária com os Parceiros.

4) Autoridade Pública Olímpica - Escritório de Situação (ES)

A APO manteve a parceria com os Entes Consorciados e o Comitê Rio 2016 como apoiadora, interlocutora e articuladora na gestão estratégica e operacional dos Jogos Rio para colaborar com o engajamento destes entes nas diversas atividades sob sua responsabilidade e apoiá-los nas tomadas de decisão para solucionar problemas que eventualmente surgissem durante a operação. Esta participação se deu principalmente pela presença e envolvimento de servidores da APO nas rotinas de trabalho dos

principais centros de comando, coordenação e comunicação em funcionamento durante os períodos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (*Games time*).

A APO manteve uma rotina de acompanhamento da operação com servidores de plantão no Escritório de Situação que funcionou geograficamente no COR, local onde estavam também instalados os centros de controle e comando dos demais governos (CPF, EMO e Subape). A APO recebia diariamente os relatórios dos parceiros e participava de duas audioconferências que ocorriam diariamente com os parceiros governamentais (9h30 e 18h30).

Rotina diária

A rotina diária baseou-se nas ações programadas entre o Comitê Organizador e os Parceiros, que se deu no nível dos respectivos Centros Operacionais, pelo seguinte calendário:

Tabela 6 - Calendário de reuniões de rotina do MOC

Rotina	Fluxo	Hora
Relatório Diário dos Parceiros COR/EOM, SUBAPE, CPF e APO	Parceiros para MOC	23h00
Relatório Diário Consolidado	MOC para Parceiros	05h30
Reunião Diária – Nível Integração Operacional MOC, COR/EOM, SUBAPE, ES e CPF	MOC e Parceiros	09h30
Relatório/Briefing Diário Consolidado	MOC para Parceiros (ad hoc)	18h30

Reunião diária – Nível Integração Operacional

As reuniões foram conduzidas pelo(a) Gerente do MOC de plantão, via Conferência Telefônica (WEBEX). Nessa reunião era repassado o Relatório Diário Consolidado, de acordo com as orientações abaixo:

Propósito	Gerar um panorama dos Jogos, monitorar a situação das principais atividades, e apoiar a resolução das <i>issues</i> principais ou estratégicas
Conteúdo	Situação das <i>issues</i> e ações propostas que requerem o envolvimento ou conhecimento para solução por parte dos Parceiros Externos
Responsável	Comitê Rio 2016
Participantes	Diretor Executivo de Operações / Diretor Executivo de Esporte e Integração Paraolímpica Representantes do COR/EOM, SUBAPE, CPF e ES
Responsáveis	Diretor Executivo de Operações / Diretor Executivo de Esporte e Integração Paraolímpica
Periodicidade	Diária
Hora	9h30 e 18h30
Duração	15 minutos
Formato	Videoconferência ou conferência telefônica
Língua	Português

A APO atuou no apoio de resolução de vários *issues* que surgiram na rotina do “MOC com parceiros”. Citamos alguns exemplos:

- Interferência de frequência de rádio, afetando a comunicação das competições do triatlo: transmissão rádio entre navios da Marinha do Brasil que operavam na área, interferindo na frequência utilizada pela OMEGA que, por intermédios de “chips”, registrava os tempos de passagens dos atletas pelas boias delimitadoras de percurso. A APO fez a interlocução com a Marinha do Brasil e os ajustes operacionais foram feitos para a solução do problema.
- Certificação para liberação de alimento para os cavalos: houve problemas na documentação de entrada do “feno” no país. A APO atuou na integração entre o Comitê Rio 2016 e o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) pra a regularização da documentação.
- Problemas com equipamentos meteorológicos (boias) para maratona aquática: Houve problemas com boias que iriam aferir (com maior precisão) dados meteorológicos para esportes aquáticos. A APO atuou coordenando ações mitigadoras junto às instituições (CPTEC E Marinha do Brasil) e as boias foram consertadas a tempo, sem trazer nenhum prejuízo para as competições.
- Questões operacionais de energia: Em função da perda de dois transformadores da subestação olímpica motivada por manobra envolvendo a subestação de Gardênia algumas *venues* do Parque Olímpico da Barra ficaram sem energia por um período curto. Tais questões foram reportadas no MOC. A APO ajudou na mediação da solução, os responsáveis foram acionados e a questão foi corrigida.

Centro de Prontidão Federal - CPF

O objetivo dos órgãos do Governo Federal participantes do Centro de Prontidão Federal (CPF) foi acompanhar a realização dos Jogos funcionando como um *hub* de integração dos demais órgãos federais com interface no megaevento, representados nas posições: ‘Esporte’, ‘Tempo’, ‘Doping’, ‘Energia’, ‘Telecom’, ‘Cultura & Turismo’, Comunicação’, ‘Protocolo’, ‘Transporte’, ‘Logística’, ‘Social’, ‘Legal’ e ‘Finanças’.

O objetivo da APO foi cumprir o compromisso de sua criação junto ao COI, atuando como integradora e articuladora dos esforços dos próprios entes consorciados na preparação e realização dos Jogos, especialmente com a finalidade de garantir os compromissos por eles assumidos para a organização do evento.

Os órgãos participantes foram:

- Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)

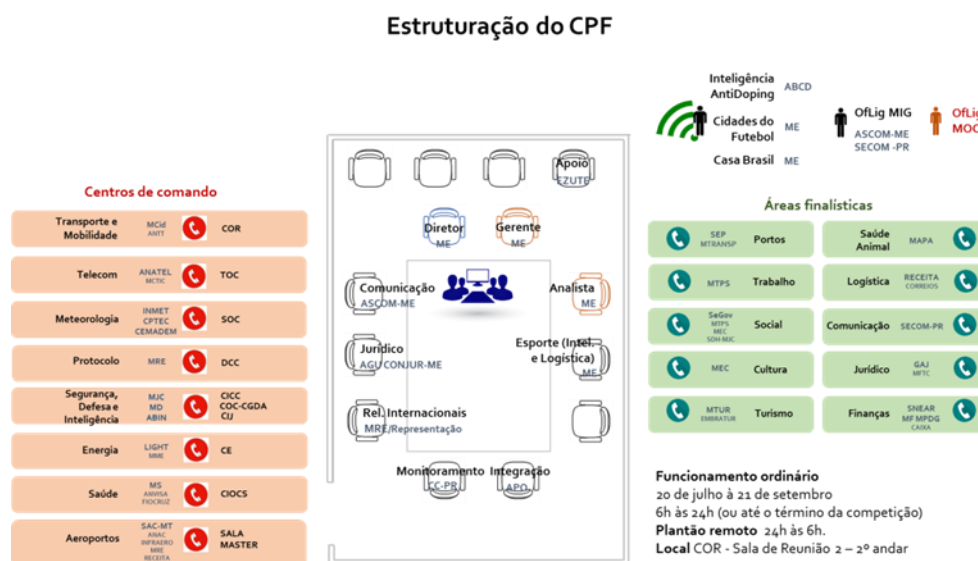
- Ministério do Esporte (ME)
- Ministério de Minas e Energia (MME)
- Autoridade Pública Olímpica (APO)
- Advocacia Geral da União (AGU)

O Centro de Prontidão Federal – CPF funcionou nas instalações do Centro de Operações Rio (COR) da Prefeitura do Rio de Janeiro, em horários distintos conforme o período dos Jogos.

- Jogos Olímpicos (05 a 21/09/2016): das 06h às 24h
- Transição (22/08 a 06/09/2016): das 08h às 19h
- Jogos Paraolímpicos (07 a 18/09/2016): das 08h às 22h

Após estudos de viabilidade e adequabilidade, decidiu-se estabelecer o Escritório de Situação (ES) da APO justaposto ao CPF, à Subsecretaria de Projetos Especiais (SUBAPE), ao Centro Integrado de Operações Conjuntas de Saúde (CIOCS) e ao Centro de Operações Rio (COR), todos localizados nas instalações do COR.

Figura 17 - Estruturação do CPF



A APO acompanhou a realização dos Jogos, contribuindo na busca de soluções de “issues” que pudessem impactar na consecução do Evento, com ênfase nas áreas de energia, meteorologia, Marinha do Brasil e Receita Federal, em face à interlocução exitosa que já havia no período de planejamento. Compôs o ES com cinco equipes, de duas pessoas cada, que se revezavam em turnos diários. As reuniões ocorriam por intermédio de videoconferência com a Casa Civil da PR às 08h e por audioconferências com o MOC às 09h30 e às 18h30.

Entre as principais questões intermediadas pela APO, pode-se destacar:

- Interferência da frequência de rádio - transmissão rádio entre navios da Marinha do Brasil que operavam na área, interferindo na frequência utilizada pela OMEGA que, por intermédios de “chips”, registrava os tempos de passagens dos atletas pelas boias delimitadoras de percurso. A APO fez a interlocução com a MB que, apesar de informar não operar na faixa de frequência apontada pela ANATEL, deixou de emitir mensagem no período da competição, permanecendo no modo “Silêncio Rádio” (não transmite, apenas recebe).
- Certificação por parte do IBAMA para liberação junto à Receita Federal do Brasil de importação de *scooters* para os Jogos – foi necessária uma ação extraordinária para garantir a agilidade na tramitação burocrática entre IBAMA e RFB. A APO atuou na mediação e todas as exigências legais foram cumpridas e a carga foi desembarcada no tempo adequado.
- Impedimento da operação de eco barcos - na fase do planejamento foram estabelecidos, pela Marinha do Brasil e Polícia Federal, todos os procedimentos e áreas de atuação dos eco barcos dentro do Field of Play (FOP). No entanto, ao iniciar os treinamentos, três fatos inopinados ocorreram ao mesmo tempo: oficiais dos eco barcos foram operar nas proximidades do Porto (área de segurança fora do FOP); a Escola Naval estabeleceu um perímetro de segurança em seu entorno, sem ter participado do planejamento; e os adesivos de identificação dos eco barcos, a serem fornecidos pelo Comitê Rio 2016, não foram prontificados. Em face de todas estas questões, a APO realizou interlocuções com os diversos atores envolvidos (1º Distrito Naval, Escola Naval, Polícia Federal, INEA e Rio 2016) e os óbices foram contornados com segurança e sem prejuízos à competição.
- Falta de autorização para atracação do Navio de Cruzeiro Gateway – todo navio ao se aproximar do Porto do Rio de Janeiro deve preencher, por intermédio de um sistema *on-line*, o formulário de permissão de atracação. Nesta requisição terá que receber o “de acordo” das instituições que legislam sobre o Porto, entre elas Capitania dos Portos, ANVISA, Polícia Federal e Companhia Docas. Ao submeter a citada requisição, o navio recebeu “sinal vermelho”, ou seja, impossibilidade de adentrar à Baía de Guanabara. A APO foi acionada e após contatos com a Capitania dos Portos tomou conhecimento que a restrição se dava pelo fato do navio não ter pago a “taxa de vistoria” da ANVISA e também não ter enviado as “informações sanitárias” de bordo. O Comitê Rio 2016 efetuou o pagamento no dia da atracação, obtendo, em confiança, a dispensa do tempo de compensação. Quanto às informações sanitárias, o navio informou que o atraso se deu por falta de sinal de internet para transmissão. Após vistoria rigorosa, houve a liberação total da embarcação e permissão de desembarque.

- Liberação de Balsa para Triatlo Paraolímpico – no dia anterior ao início dos treinamentos oficiais, o Comitê Rio 2016 apresentou à Capitania dos Portos um flutuante para operar como “balsa de partida” para os competidores do triatlo paraolímpico. Ocorre que a embarcação apresentada era licenciada e adequada apenas para transporte de carga. Desta forma, muitas foram as exigências a se cumprir, até que se obtivesse a regularização da balsa, em um espaço de tempo extremamente curto. Ao ser demandada, a APO, imediatamente, intermediou e coordenou as ações necessárias entre Capitania dos Portos, Empresa Classificadora Record, Sabahmar Serviços Marítimos Ltda. e o Comitê Rio 2016, de forma que em 48 horas todas as exigências foram cumpridas e às 05h da manhã, do último e obrigatório dia de treinamento oficial, a balsa foi posicionada para os testes oficiais de cronometragem que se iniciariam às 09h.

O Governo Federal, diariamente, expedia um relatório denominado Sistema Integrado de Monitoramento da Presidência da República (SIM-PR) a fim de subsidiar os Ministros de Estado com as informações acerca das principais áreas de interesse do Governo. Dentro deste sistema, coube à APO encaminhar as avaliações diárias sobre o tema “Qualidade da Água” baseada nos relatórios recebidos do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão responsável pela coleta e avaliação desta atividade.

Ao longo de todo o processo de elaboração da Estrutura Conjunta de Comando, Coordenação e Comunicações para os Jogos Rio 2016 foram realizados três exercícios de mesa, quando, então, foi possível ratificar e retificar procedimentos para a resolução de questões que viessem a impactar sobre o andamento dos Jogos. O tempo, com a realização dos Jogos, comprovou a assertiva do processo de tomada de decisões e o saldo foi altamente positivo no trato dos principais *issues* demandados.

Na impossibilidade de se operar dentro do MOC, como pleiteado no curso do planejamento, a decisão de se estabelecer o ES, CPF, SUBAPE e CIOCS nas instalações do COR mostrou-se correta e muito contribuiu na resolução de questões.

Ao final dos Jogos Rio 2016 entende-se que a APO cumpriu sua missão de integrar os esforços dos três níveis de governo na viabilização das obras e serviços necessários à organização e à realização dos Jogos.

Centro de Operações de Energia / *Energy Operations Center* - EOC

O Centro de Operações de Energia (EOC) foi um centro de coordenação, de controle e de comunicação para integrar rápida e efetivamente todos os agentes envolvidos nas operações de energia com o objetivo de responder ao desafio de restabelecer a energia elétrica em qualquer *venue*.

Desta forma, o EOC foi a principal estrutura de apoio tático para o fornecimento de energia aos Jogos, responsável pelo acompanhamento da entrega de energia elétrica nas *venues* e pela coordenação e integração dos parceiros e fornecedores para superar eventuais situações emergenciais.

O EOC foi supervisionado estrategicamente pelo MOC que congregou os principais agentes envolvidos na garantia da infraestrutura necessária para os Jogos, a exemplo das concessionárias Light, Furnas e ONS.

Participaram das atividades do Centro de Operações de Energia durante os Jogos Rio 2016:

- Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 – Comitê Rio 2016;
- LIGHT Distribuidora de Energia Elétrica do Rio de Janeiro (áreas de competição);
- Provedores de Energia Temporária: LIGHT/A Geradora e Tecnogera;
- Provedor de UPS - Uninterruptible Power Supply: GE – General Electric;
- Autoridade Pública Olímpica.

O funcionamento do EOC ocorreu nos seguintes períodos:

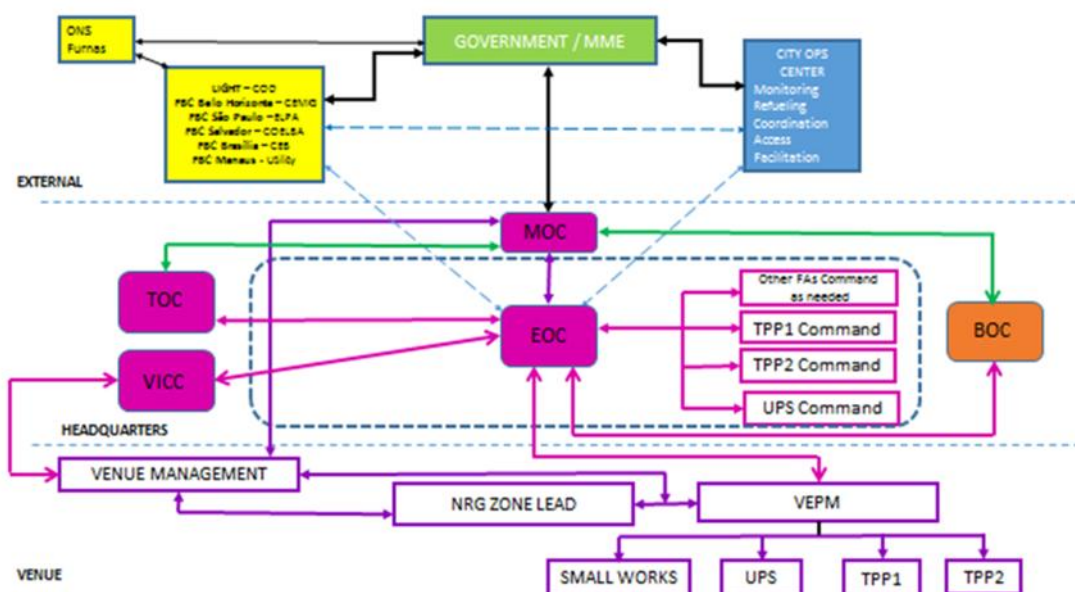
- Jogos Olímpicos Rio 2016: 03/08/2016 a 21/08/2016 (24 horas por dia);
- Período de transição: 22/08/2016 a 04/09/2016 (plantão local: 08h às 18h, demais por telefone);
- Jogos Paraolímpicos: 05/09/2016 a 18/09/2016 (plantão local: 08h às 18h, demais por telefone).

Deve-se considerar que a *venue* era um local complexo, atendido por mais de 40 áreas funcionais, que interagiam entre si e que todas dependiam do fornecimento regular de energia, em maior ou menor escala.

Nas *venues* os serviços de energia eram coordenados pelos *Venue Energy Project Manager* (VEPM), que contavam com o suporte das equipes de manutenção de “legado”, fornecidas pelo proprietário da *venue*, das equipes dos provedores de energia temporária (Temporary Power Provider – TPP - no caso A Geradora e Tecnogera), e das áreas de tecnologia, UPS (GE) e broadcast. Contavam ainda com os serviços de *callcenter* e *smallworks*.

A figura a seguir apresenta o organograma funcional e de comunicação do EOC com as *venues* de competição:

Figura18 - EOC = Energy Operations Center, MOC = Main Operations Centre, BOC = Broadcast Operations Centre, TOC = Tecnology Operations Centre



O EOC recebia informações sobre as *venues* por meio dos VEPM, do VICC ou de qualquer área funcional afetada, ou ainda se disponível, de sistemas BMS de monitoramento dos serviços de energia e de monitoramento (TPP, principalmente) e informações do setor de energia vinculado ao Governo Federal a partir de agentes (ONS, FURNAS, LIGHT) transmitindo as orientações e/ou informações, quando necessário, para os VEPM e outros centros de controle conforme apropriado (VICC, TOC, BOC, MOC).

Todas as informações do EOC eram processadas concomitantemente com o andamento das atividades de operação em curso e as ações eram decididas em conjunto com os parceiros dentro do EOC e comunicadas à VEPM, VICC e se necessário, para outros centros de controle (TOC, BOC, MOC). Após decisão, as informações eram transmitidas podendo conter recomendações para ações a serem tomadas (ativação de geradores de backup, ou estimativas de impacto, ou seja, quando as falhas de alimentadores seriam reparadas, etc.)

O EOC fazia o controle das ações transmitidas verificando se foram suficientes, ou se seriam necessários recursos adicionais para acelerar o restabelecimento dos serviços falhados.

Abaixo, segue a classificação das ocorrências em função da gravidade e das ações determinadas para os VEPM:

AVALIAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Gravidade 1 (máxima)

- Segurança de vida?
- Risco ao evento esportivo?
- Ameaça à reputação Rio 2016?
- Risco financeiro?
- Interrupção de energia superior a 40 minutos durante a competição.
- Interrupção superior a 8 horas, impedindo a continuação do evento no período seguinte.
- Interrupção de energia de longa duração e abrangência no sistema da Light afetando a área dos Jogos.

AÇÃO: TORNAR A ÁREA SEGURA E REPORTAR AO EOC E MOC

Gravidade 2

- Interrupção de energia durante a competição de 3 min. a 40 min.
- Interrupção fora da competição superior a 3 horas.
- Interrupção superior a 3 horas sem continuação da competição.

AÇÃO: TORNAR A ÁREA SEGURA E REPORTAR AO EOC E MOC

Gravidade 3

- Erro recorrente (terceira visita para mesmo problema).
- Interrupção durante a competição com menos de 3 minutos.
- Interrupção fora da competição maior que 3 minutos e menos de 3 horas.

AÇÃO: REPORTAR AO EOC E INCLUIR NO RELATÓRIO DIÁRIO

Gravidade 4

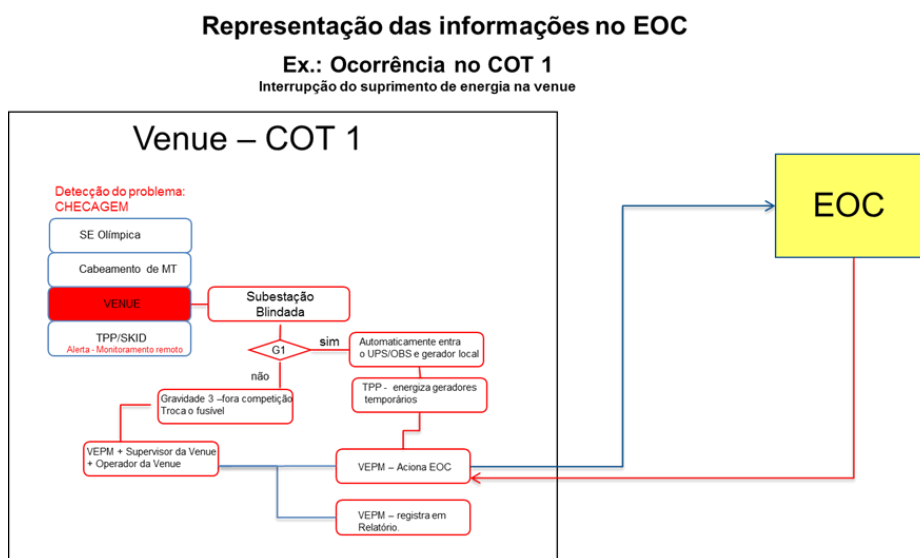
- Erro do usuário (sobrecarga do circuito/ equipamentos inadequados).
- Pedidos de urgência para extensões, tomadas, aumento de potência.
- Outras questões operacionais não críticas (proteção a cabo, acrescentar ligações).

AÇÃO: INCLUIR NO RELATORIO DIÁRIO

PRIORIDADES PARA ATUAÇÃO VEPM

- 1: Eliminação de riscos à vida.
- 2: Broadcast – OBS.
- 3: Continuidade dos Jogos, aspecto crítico: Tecnologia.
- 4: Controle acessos e suprimento às *venues*.
- 5: Imprensa / Família Olímpica.
- 6: Restauração, Limpeza e Resíduos.
- 7: Compostos Operacionais.

Figura 19 - Representação das ações do EOC



Inicialmente o planejado foi que representantes da APO responsáveis pelo tema de energia estariam diariamente acompanhando o EOC em três turnos, no entanto, após o sucesso da cerimônia de abertura e o acompanhamento nos dois primeiros dias sem ocorrências relevantes que exigissem atuação do EOC, pois eram conforme planejado solucionados no âmbito da *venue*, o acompanhamento da APO foi acordado para ocorrer interações por acionamentos e nos *Briefings* (06h) e *Debriefings* (23h) quando da existência de atividade específica.

Esta atuação foi viável, pois paralelamente foram criados grupos no *Whatsapp* por instalação de competição e conforme monitoramento estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia, a toda ocorrência, relevante ou não, a equipe da APO de Energia recebia uma mensagem de texto no momento da ocorrência e da solução e, posteriormente, um relatório detalhado por e-mail. Desta forma,

os dois pontos principais de sensibilidade (*venue* e rede de distribuição de energia) ficaram com informações tempestivas sendo repassadas aos responsáveis pelo suprimento de energia de todas as instalações olímpicas.

Especificamente quanto à atuação no setor elétrico, o Operador Nacional do Sistema de Energia Elétrica (ONS) conforme estabelecido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico/MME – Ministério de Minas e Energia (CMSE) encaminhou diariamente relatório sobre a situação do fornecimento de energia na cidade do Rio de Janeiro e cidades do futebol e, seguindo a definição do Comitê Rio 2016, somente seria necessária a reunião de todos os representantes dos entes responsáveis pelo provimento de energia, onde o MME e o ONS também participariam em caso de ocorrência grave e diante da necessidade de acionamento do MOC.

Além do acompanhamento diretamente por meio do EOC, também fez parte do trabalho apoio ao Comitê Rio 2016 nas *venues* de competição, ou seja, em alguns dias do evento, por amostragem os técnicos estiveram presentes nas *venues* para verificar os processos de operação e entender as pequenas ocorrências que estavam sendo tratadas pelo VEPM, a exemplo, como ocorreu no 2º dia dos Jogos Olímpicos, no Parque Olímpico da Barra, o proprietário de um quiosque instalou equipamentos adicionais ao informado ao Comitê Rio 2016, nas régua de filtro de linha ocasionando a interrupção momentânea do suprimento de energia no local, solucionado no âmbito do VEPM, sem interferência do EOC.

Consideramos bem sucedido todo o processo de suprimento de energia com participação da APO, pois se comprovou a estatística apresentada pelo Comitê Rio 2016 conforme verificado em versões anteriores dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos:

- 95% das interrupções de energia ocorrem na baixa tensão e são devidas a:
 - ✓ Sobrecargas causadas por deficiência de projeto e ligações não autorizadas de carga.
 - ✓ Danos acidentais aos cabos
 - ✓ Falhas de equipamentos e conexões
 - ✓ Erros de manobras e falhas na automação (ATS)
- 3% das interrupções são registradas nos sistemas de média tensão e são decorrentes de:
 - ✓ Ajustes incorretos dos equipamentos de proteção
 - ✓ Falhas ou danos em cabos e equipamentos
 - ✓ Sobreensões
- 2% das interrupções são no sistema de alta tensão e decorrem de:
 - ✓ Condições atmosféricas adversas

- ✓ Manutenção insuficiente
- ✓ Não obediência ao período de paralisação de intervenções na rede.

Assim, pode-se concluir que todo o planejamento efetuado no GT Operacional de Energia, seja quanto à disponibilização de infraestrutura de energia ou ao planejamento da operação, ocorreu conforme previsto e sob controle, tendo sido a atuação da APO reconhecida e elogiada pelo Comitê Olímpico Internacional.

Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde - CIOCS

De acordo com a Portaria MS nº 1.139, de 10/06/2013, o Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde (CIOCS) foi uma unidade operacional de trabalho de caráter extraordinário e temporário, com arquitetura integrada para a gestão das ações do setor saúde, nos âmbitos da vigilância e assistência, que visa ao compartilhamento de informações em saúde; para apoiar as decisões durante os eventos de massa e monitorar os incidentes relacionados à saúde. O CIOCS possui três eixos de atuação: 1) Monitoramento – é realizado o monitoramento, em articulação com os setores técnicos especializados, as emergências em saúde pública (ESP); 2) Relatoria - elabora instrumentos de comunicação padronizados baseados nas informações repassadas pelo monitoramento, e3) Resposta Rápida – unidade acionada para coordenar a resposta frente uma ESP.

O objetivo geral do CIOCS é o compartilhamento de informações em saúde para apoiar as decisões durante os eventos de massa e monitorar os incidentes relacionados à saúde.

O papel do CIOCS nos Jogos Rio 2016 foi monitorar os agravos de interesse de saúde pública junto às unidades de referência de urgência e emergência (Hospitais, Coordenações de Emergência Regional-CER e Unidades de Pronto Atendimento - UPA), bem como os atendimentos médicos de responsabilidade do Comitê Rio 2016 realizados nos postos médicos das instalações de competição, de não competição e de treinamento dos Jogos e na Policlínica dos Atletas.

Esta sala de situação foi especialmente preparada para a gestão exclusiva das ações de saúde com objetivo de monitorar as principais ameaças para o setor saúde sendo elas: acidentes e traumas, doenças transmissíveis, problemas sanitários, desastres naturais, atos intencionais, manifestações populares e ainda a dificuldade de encontrar os casos de doenças infecciosas para ações de vigilância e controle.

O CIOCS funcionou nas instalações do Centro de Operações Rio (COR) da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Os órgãos participantes foram:

- Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro-SMS (Coordenação);
- Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro-SES/RJ;
- Ministério da Saúde-MS;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA.

Os objetivos específicos foram:

- Monitorar e detectar oportunamente os Eventos de Saúde Pública (ESP) relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos;
- Consolidar e avaliar diariamente os dados recebidos pelas unidades e serviços de saúde;
- Classificar os ESP conforme análise de risco;
- Elaborar os instrumentos de comunicação padronizados para os gestores;
- Responder, no âmbito de sua competência, às demandas técnicas, de imprensa, administrativas, e as potenciais Emergências em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

O foco do monitoramento abrangeu os seguintes componentes:

- Atenção à saúde
- Regulação das vagas para remoção hospitalar
- Atendimento de urgência/emergência pré-hospitalar e hospitalar
- Oferta/demanda dos serviços de saúde
- Vigilância epidemiológica
- Doenças e agravos de notificação compulsória
- Risco/ameaça dos eventos internacionais
- Vigilância em saúde ambiental
- Qualidade da água para consumo humano
- Vetores, animais sinantrópicos e peçonhentos
- Agentes químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos
- Vigilância sanitária
- Serviços de alimentação
- Serviços de saúde
- Saúde do viajante e bagagem acompanhada

Durante os Jogos o CIOCS teve diferentes fases da ativação operacional, as quais variaram de acordo com o fluxo e a concentração de pessoas no tempo e no espaço e a consequente mudança no foco principal do monitoramento, visando o planejamento da estrutura e da composição presencial e/ou virtual do CIOCS.

Pré-Jogos

- De 05/07/2016 a 28/07/2016 (nível de ativação 0), funcionou virtualmente, ainda sem instalação de sala. Foram desenvolvidas, pelos órgãos de saúde, atividades de monitoramento conjunto da chegada das delegações olímpicas, da imprensa e dos turistas, com o objetivo de identificar e responder emergências que pudessem estar relacionadas ao trânsito de viajantes;
- De 29/07/2016 a 04/08/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala e funcionamento com equipes presenciais dos três entes das 9h às 18h. Continuidade das atividades de monitoramento da chegada das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, além do monitoramento das competições nas Cidades do Futebol e do público presente nos eventos culturais em áreas de aglomeração de pessoas pela cidade;

Jogos Olímpicos

- De 05/08/2016 a 21/08/2016 (nível de ativação 2), com instalação de sala e funcionamento com equipes de saúde presenciais dos três entes durante 24h, em turnos. Monitoramento das chegadas e partidas das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, do público presente nos eventos culturais pela cidade (Live Sites, Casas dos Países etc.), dos atendimentos realizados nos hospitais de referência e, nos locais de competição, treinamento e não-competição, sob responsabilidade do Comitê Rio 2016;

Transição dos Jogos

- De 22/08/2016 a 26/08/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala e funcionamento com equipes presenciais dos três entes das 9h às 18h. Monitoramento da partida das delegações olímpicas e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras;
- De 27/08/2016 a 05/09/2016 (nível de ativação 0), sem instalação de sala. Foram desenvolvidas atividades de monitoramento conjunto da chegada das delegações paraolímpicas, da imprensa e dos turistas, com o objetivo de identificar e responder emergências que pudessem estar relacionadas ao trânsito de viajantes;

Jogos Paraolímpicos

•De 06/09/2016 a 18/09/2016 (nível de ativação 2), com instalação de sala e funcionamento com equipes de saúde presenciais dos três entes das 8h às 20h. Monitoramento das chegadas e partidas das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, do público presente nos eventos culturais pela cidade (*Live Sites*, Casas dos Países etc.), dos atendimentos realizados nos hospitais de referência e, nos locais de competição, treinamento e não-competição, sob responsabilidade do Comitê Rio 2016;

Pós-Jogos

•De 19/09/2016 a 20/09/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala tripartite e funcionamento com equipes presenciais das 9h às 18h. Monitoramento das partidas das delegações paraolímpicas, imprensa e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras.

O horário de funcionamento com equipes presenciais durante os Jogos Paraolímpicos se justificou pela menor dimensão deste evento em comparação com os Jogos Olímpicos. No caso das Paraolimpíadas, todas as competições foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro e o fluxo de turistas de outros países foi reduzido, o que implicou num risco menor para a saúde pública como um todo, tendo sido observada uma redução no quantitativo de atendimentos. Cabe destacar, ainda, que a presença de maior envergadura de brasileiros entre o público presente, minimizou o risco epidemiológico.

A APO participou do planejamento do funcionamento do CIOCS, cuja estrutura tem as funções de detecção, monitoramento e resposta a eventos de importância de saúde pública durante o período dos Jogos Rio 2016. O planejamento resultou na elaboração do Plano de Ação do Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que tem por objetivo sistematizar os processos e atividades de monitoramento no CIOCS Tripartite, exclusivamente neste período.

A rotina do CIOCS durante os Jogos previu assentos apenas para os órgãos de saúde, os quais eram responsáveis por fazer a compilação de todas as informações e notificações recebidas pelos pontos focais estabelecidos, analisar e descrever o perfil dos atendimentos médicos realizados e as ocorrências relacionadas à prestação de serviços de saúde e alimentação, além dos rumores nacionais e internacionais e elaborar e discutir um relatório diário sobre o perfil de atendimento, prestação de serviços de saúde e de alimentação, para divulgação aos gestores.

A elaboração do relatório consolidado diário com as informações resumidas das principais ocorrências, os destaques do dia e outras informações julgadas relevantes, era responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, coordenadora do CIOCS, a qual fazia a divulgação do mesmo a todos os gestores interessados.

Durante todo o período em que o CIOCS funcionou com equipes presenciais (nível de ativação 2), a APO recebeu os relatórios diários para conhecimento do andamento da operação e dos pontos preocupantes que poderiam suscitar ajustes no planejamento operacional e necessidade de novas pactuações entre os entes e o Comitê Rio 2016 no decorrer dos Jogos. Coube à APO o papel de atuar na articulação com o Comitê Rio 2016, mediante demanda dos entes governamentais das três esferas e vice-versa, sempre que necessário.

Cabe esclarecer que o CIOCS não se constitui numa iniciativa nova, já tendo sido implementado com sucesso em outros grandes eventos sediados recentemente no Brasil. Entretanto, foram necessários alguns ajustes no modelo para os Jogos Rio 2016, considerando a simultaneidade e a complexidade dos diversos eventos e a concentração de pessoas na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 2015 ocorreram diversas reuniões para pactuação com os novos atores envolvidos na organização dos Jogos Rio 2016 e na preparação da cidade para sediá-los. Considerando o que estava planejado, podemos dizer que os órgãos de saúde pública não apenas cumpriram o seu papel como o extrapolaram, na medida em que tiveram que suprir deficiências na atuação do Comitê Organizador Rio 2016.

A seguir, destacamos os principais problemas acompanhados pela APO e como foram solucionados:

- Recursos Humanos para os Serviços Médicos do Rio 2016: Desde o início das competições olímpicas, o Rio 2016 solicitou a cessão de profissionais de saúde para recompor as equipes de serviços médicos nas instalações esportivas, considerando que os médicos voluntários compareceram em quantitativo abaixo da expectativa inicial. SES/RJ e SMS supriram a demanda apresentada para as Olimpíadas. No período de transição, o Rio 2016 apresentou uma demanda maior para os Jogos Paraolímpicos e após análise dos entes governamentais, foi definida a colaboração de cada um por *cluster*. O Rio 2016 concentrou os seus esforços no atendimento da Policlínica e nos postos de atendimento aos atletas nas instalações. A Secretaria Municipal de Saúde apoiou o atendimento na Policlínica durante o período noturno e assumiu os postos de atendimento aos espectadores nos *Common Domain* do *cluster* Barra (Parque Olímpico e no Riocentro), além da continuidade do atendimento na Odontoclínica e do apoio da clínica da família no *cluster* Deodoro. A Secretaria de Estado de Saúde assumiu os postos de

atendimento aos espectadores no *cluster* Maracanã (Engenhão, Sambódromo e Maracanã). O Exército manteve durante as Paraolimpíadas o apoio dado nas Olimpíadas nos postos de atendimento aos espectadores do *cluster* Deodoro. A Força Nacional do SUS assumiu o *cluster* Copacabana (Forte de Copacabana, Lagoa e Marina da Glória) em dias de competições.

- Fluxo de informações para o CIOCS: Às vésperas do início dos Jogos Olímpicos, os entes governamentais foram surpreendidos com a indisponibilidade de informações provenientes do sistema de prontuário eletrônico, no qual deveriam ser inseridas as informações referentes aos atendimentos médicos realizados dentro das instalações do Rio 2016. Houve atraso no envio das informações dos atendimentos médicos pelo Rio 2016 ao CIOCS (fichas de atendimento médico, planilhas, etc.), além de ausência de dados importantes para que os órgãos de saúde pública pudessem traçar o perfil epidemiológico e identificar os casos suspeitos de notificação compulsória, devido ao mau preenchimento dos instrumentos de informação. Essas dificuldades foram contornadas pelos representantes da Vigilância Epidemiológica dos três entes, que repactuaram com o Rio 2016 em 11/08/2016 a forma de repasse das informações a fim de garantir a atuação da vigilância epidemiológica no evento. Foi acordada uma força-tarefa formada por profissionais da SMS, da SES/RJ e do MS para inserção das informações dos atendimentos médicos do Rio 2016 na plataforma da SMS (originalmente construída apenas para inserção dos atendimentos da rede municipal), garantindo aos governos o registro unificado dos eventos ocorridos.

- Atuação da vigilância sanitária: Funcionou o fluxo de informações das equipes de vigilância sanitária para o CIOCS, sobretudo, na fiscalização dos serviços de alimentação, permitindo o monitoramento dos surtos alimentares ocorridos. Foram verificadas diversas irregularidades nos serviços de alimentação. Entretanto, tanto a equipe de fiscalização da vigilância sanitária, como a equipe de segurança alimentar do Rio 2016, se mostraram interessadas em corrigir as irregularidades verificadas e garantir a qualidade dos alimentos oferecidos aos diversos grupos de clientes dos Jogos.

O modelo de monitoramento planejado dependia enormemente do cumprimento do fluxo de informações entre todos os atores envolvidos nas atividades de saúde. A despeito dos múltiplos esforços empreendidos pelos representantes do Rio 2016 e pelos governos que os auxiliaram com a cessão de mão-de-obra, desde o início das Olimpíadas até o término das Paraolimpíadas, foram

identificadas muitas falhas no repasse das informações dos atendimentos médicos prestados dentro das áreas credenciadas pelo Rio 2016 para o CIOCS, o que prejudicou principalmente a atuação do serviço de vigilância epidemiológica, comprometendo a capacidade de resposta dos órgãos de saúde pública frente a eventuais surtos e emergências médicas. No entanto, o fato de não ter ocorrido evento de maior magnitude, contribuiu para o sucesso dos serviços de saúde durante os Jogos.

Cabe ressaltar, ainda, dois impactos positivos da contribuição direta dos profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS na operação do Rio 2016: o estreitamento dos laços entre os diversos profissionais do SUS e os representantes do Rio 2016 nos *clusters* em que atuaram e a observação direta dos eventos de interesse da saúde pública dentro das instalações olímpicas e paraolímpicas por profissionais que também atuam no CIOCS, potencializando a parceria Rio 2016-CIOCS.

A APO acompanhou a identificação dos problemas relacionados à área de saúde durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e a evolução das tratativas para solucioná-los, através da interação regular com os representantes dos órgãos de saúde, da governança dos Jogos e do Comitê Organizador Rio 2016, não apenas pela relatoria do CIOCS, mas também pela sua participação no Centro de Prontidão Federal (CPF) e nas reuniões do MOC.

Dados Meteorológicos

Em abril de 2012, a APO recebeu do Comitê Rio2016 o Ofício nº 160/2012 (Ref. Coleta e Monitoramento de Dados Climáticos), o qual solicitava que a APO ajudasse reunir e integrar as diferentes instituições que tratavam do tema, pois seriam necessárias à entrega dos Jogos. Desde então, a APO veio trabalhando estrategicamente na integração dos entes e na articulação junto aos governos e ao comitê para que os requisitos fossem plenamente atendidos.

Tendo em vista que, no Brasil, os serviços meteorológicos são descentralizados e prestados por diversas agências governamentais com diferentes especialidades, foi instituído um Grupo de Discussão de Dados Meteorológicos em 1/08/2013, coordenado pela Autoridade Pública Olímpica, com a finalidade de atender a demanda do Comitê Rio 2016 no fornecimento de dados e na prestação dos serviços meteorológicos. O Grupo foi formado pelo Comitê Rio 2016 e pelas seguintes instituições governamentais:

- INMET
- CPTEC/INPE
- CEMADEN/MCTI
- CHM
- INEA

- SIMCosta
- Alerta Rio
- SMAC
- DECEA
- Rio 2016

Destas instituições, o INMET ficou responsável pela integração dos dados coletados pelos outros órgãos e a coordenação operacional dos escritórios de meteorologia, denominados Serviço Meteorológico Esportivo, durante o *Games time*. O INMET, o CPTEC, o CEMADEN, o CHM e o INEA cederam recursos humanos para os escritórios de meteorologia.

Como meio de formalizar o processo e demandar incumbências, em 25/03/2015 foi firmado um Memorando de Entendimento entre os entes participantes dos serviços de meteorologia, nele estando contida uma matriz de responsabilidades. A elaboração do documento veio devido à falta de formalização até aquele momento de quais instituições poderiam realizar a coleta, integração e fornecimento dos dados meteorológicos. A APO atuou na confecção do documento e nas ações pertinentes ao encaminhamento e assinatura do memorando por cada uma das entidades necessárias à prestação dos serviços meteorológicos.

Os dados meteorológicos para os Jogos Rio 2016 foram produzidos pelos Escritórios de Meteorologia estruturados especificamente com esta finalidade em três locais: MOC; Marina da Glória e Estádio da Lagoa.

O cronograma de trabalho deu-se conforme a seguir:

- Treinamento e ajustes finais: 03 de junho a 20 de julho;
- Escritório do MOC – Olimpíadas: 21 de julho a 21 de agosto;
- Escritório do Estádio da Lagoa – Olimpíadas: 01 a 21 de agosto;
- Escritório da Marina da Glória – Olimpíadas: 03 a 19 de agosto;
- Escritório do MOC – Paraolimpíadas: 28 de agosto a 18 de setembro;
- Escritório do Estádio da Lagoa – Paraolimpíadas: 03 a 15 de setembro;
- Escritório da Marina da Glória – Paraolimpíadas: 07 a 17 de setembro.

Durante o *Games time*, a APO atuou como facilitadora, realizando a interlocução entre o Comitê Rio 2016 e os governos a fim de garantir o cumprimento de tudo que foi pactuado como entrega para o período. Além disso, a APO alocou um colaborador para coordenar a operação dos escritórios, acompanhar as entregas e articular a solução das questões que se apresentaram durante o *Games time* e que poderiam atrapalhar e/ou inviabilizar as entregas.

O objetivo da APO na coordenação desta iniciativa foi garantir que todas as incumbências pactuadas no Memorando de Entendimento de Dados Meteorológicos fossem cumpridas por todos os entes, a fim de assegurar que as previsões meteorológicas e os avisos, com observações das condições meteorológicas, informações sobre o tempo e avisos das questões meteorológicas atendessem às necessidades de todos os participantes, funcionários e espectadores dos Jogos, a fim de executar competições justas e seguras, proteger as vidas e a propriedade, além de promover o funcionamento eficaz dos Jogos.

A operação de Dados Meteorológicos iniciou com a abertura do MOC no dia 21 de julho. Ao longo do período algumas situações ocorreram, mas todas foram resolvidas e não comprometeram o desempenho da equipe e a entrega do serviço. A APO acompanhou o trabalho da meteorologia nas instalações e atuou ativamente na interlocução junto aos envolvidos. Dentre as principais situações em que houve atuação da APO, destacando-se:

- Realizou articulações envolvendo a Casa Civil da Presidência da República, o MAPA e o MCTI tendo como objetivo a liberação de recursos para o reparo de uma das boias meteoceanográficas, que havia sofrido danos por abalroamento; a implementação da modelagem numérica de alta resolução, realizada pelo CPTEC; o uso do supercomputador para os cálculos dos programas que auxiliaram os previsores e o pagamento de diárias dos meteorologistas.
- Verificou que nem todos os requisitos de tecnologia para os escritórios haviam sido atendidos pelo Comitê, realizando a interlocução junto ao mesmo para que a infraestrutura requerida e acertada previamente (computadores desktop, dois monitores, internet de alta velocidade e telefones) fosse atendida.
- No dia 26 de julho, fomos informados que a boia meteoceanográfica RJ-01, instalada na saída da Baía de Guanabara, havia sido abalroada e seu sistema de flutuabilidade teria sido atingido. Devido à importância do equipamento para a operação, foi necessário realizar uma vistoria no equipamento que poderia resultar na sua retirada e na realocação de outra boia. Para isso, foi necessário que a APO articulasse junto à Marinha do Brasil o empréstimo de uma embarcação e junto à Capitania dos Portos, a liberação da navegação no horário de restrição. A vistoria foi adiada algumas vezes por conta das condições meteorológicas e, no dia 08 de agosto, foi realizada uma manutenção nas três boias e optou-se por deixar as três boias operando até o final dos Jogos.
- O Escritório do Estádio da Lagoa deveria iniciar sua operação no dia 01 de agosto e seria mobiliado por meteorologistas do INEA. No entanto, no final do mês de junho fomos

informados pelo INEA que o contrato com os profissionais terceirizados havia sido descontinuado e, com isso, a instituição teria apenas dois meteorologistas no seu quadro para realizar todo o trabalho da instituição. Desta forma, o INEA disponibilizaria apenas um meteorologista para os Jogos, mesmo assim em regime não dedicado. Foi necessário que a APO interviesse junto ao Governo do Estado para solicitar que os dois meteorologistas fossem cedidos. Paralelamente, a APO articulou junto ao Comitê a contratação de outros dois meteorologistas para completar a escala do escritório, que começou a funcionar no dia 03 de agosto, sem prejuízo para as competições.

- Desde a avaliação da operação de meteorologia durante os eventos-teste, havia sido verificada a necessidade de aumentar a precisão dos dados coletados na Lagoa Rodrigo de Freitas, já que o Remo e a Canoagem são esportes muito sensíveis ao vento. Para isso, o comitê deveria fazer a instalação de algumas estações meteorológicas móveis (de sua propriedade) nas torres da Lagoa. Contudo, até o início dos Jogos, as estações não haviam sido instaladas por falta de notebooks para fazer a transmissão dos dados. Diante disso, houve necessidade da atuação da APO no sentido de conscientizar o comitê a respeito da importância da coleta de dados a partir da lagoa, tendo em vista que as estações fixas instaladas em outros pontos não representavam perfeitamente o comportamento do vento no local. A questão tornou-se prioritária e as estações foram instaladas.

- No período Paraolímpico, os meteorologistas do escritório do MOC foram transferidos para um hotel no Flamengo. A mudança gerou insatisfação no grupo de meteorologistas, tendo em vista o tempo de deslocamento entre o hotel e o MOC, as instalações não apropriadas para a divisão dos quartos, a indisponibilidade do hotel em servir o café da manhã/lanche por volta das 4h/4h30 (horário da saída do hotel para o MOC), entre outros problemas. A APO interveio junto ao Comitê no sentido de explicar as dificuldades e o sentimento da equipe. Como solução para a questão de conforto, os meteorologistas foram transferidos para um hotel no Centro. A dificuldade do deslocamento foi contornada com a flexibilização do horário de expediente, passando o início do expediente das 6h para as 8h e o término das 22h para às 20h.

- Pouco antes do início do período Paraolímpico, a boia meteoceanográfica RJ-01 sofreu um ato de vandalismo, no qual o anemômetro foi retirado e as aferições de vento foram prejudicadas. Para o reparo, o SIMCOSTA solicitou o apoio da APO apenas em relação a liberação para a navegação em horário de restrição junto à Capitania dos Portos. A boia teve o anemômetro substituído no dia do início das competições de Vela, contudo não houve prejuízo para as previsões.

Diariamente, os escritórios de meteorologia emitiam previsões, boletins e alertas a fim de subsidiar a tomada de decisão em relação ao esporte e às instalações. Durante o período olímpico, cerca de três competições foram atrasadas, duas adiadas, duas suspensas, uma modificada e uma antecipada devido a condições meteorológicas. Durante o período Paraolímpico, duas competições foram atrasadas.

O trabalho da meteorologia foi realizado de acordo com o requerido pelo COI, inclusive para a Paraolimpíada, atingindo plenamente os seus objetivos e sendo bastante elogiado pelo Comitê Rio 2016.

Sala Master de Comando e Controle

A Sala Master de Comando e Controle, instalada no Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), Organização Militar subordinada ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), foi uma parte operacional do planejamento do setor de aviação civil para os Jogos Rio 2016, conduzido pelo Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE) da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Na Sala Master foram compartilhadas informações sobre o deslocamento de atletas, animais e equipamentos utilizados nas competições, bem como sobre os voos de chefes de Estado, dignitários e autoridades governamentais.

O trabalho na Sala Master foi baseado no processo de decisão colaborativa (CDM, do inglês Collaborative Decision Making), metodologia adotada no CGNA, na qual diferentes órgãos participaram da avaliação e escolha dos procedimentos na gestão de uma determinada situação no gerenciamento do fluxo de tráfego aéreo.

Os órgãos participantes foram:

- Secretaria de Aviação Civil (Órgão Coordenador);
- Autoridade Pública Olímpica;
- Comitê Rio 2016;
- Comando da Aeronáutica;
- Agência Nacional de Aviação Civil;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Receita Federal do Brasil;
- Polícia Federal;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

- Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional;
- Petrobrás;
- Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- RIOgaleão; e
- Representante dos operadores aeroportuários privados (XNG).

A Sala Master foi constituída para agregar e integrar os órgãos do governo e os atores envolvidos na operação do setor de aviação civil para agilizar o fluxo de informação e a tomada de decisão colaborativa.

A integração dos órgãos e empresas, em um ambiente de atividade ininterrupta, propiciou não só a rápida resposta em momentos de contingência, como garantiu a qualidade de todas as ações executadas por conta da presença de representantes de cada setor.

Figura 20 - Sala Master



A Sala Master foi ativada no dia 20/07/2016 e operou, ininterruptamente, até o dia 21/09/2016.

Foram designados para representar a APO na Sala Master os servidores que participaram das reuniões do CTOE e, por conseguinte, acompanharam e atuaram no processo de planejamento do setor.

Como instituição integrante do CTOE, a APO atuou na Sala Master estabelecendo, principalmente, a conexão entre os órgãos governamentais ali representados e as demandas que envolviam não só as operações aeroportuárias como também aquelas tocantes à cidade.

Devido ao planejamento e à integração dos diversos órgãos governamentais e demais atores envolvidos, as operações do setor de aviação civil puderam ser executadas com resultados bastante

positivos, que foram atestados por meio de dados significativos, divulgados pela SAC, tais como o índice de pontualidade de 94,8% no período Olímpico e 95,3% no Paraolímpico, ambos superiores aos índices atingidos nos Jogos de Londres 2012, e à pesquisa de satisfação aplicada nos aeroportos envolvidos diretamente nos Jogos, que alcançou o melhor resultado, desde 2013, quando foi implementada pelo SAC.

A equipe da APO presente à Sala Master atuou, dentre outras, nas seguintes questões:

- Greve da Petrobrás, que impactou o abastecimento no aeroporto de Salvador;
- Autorização de sobrevoo de servidores da Prefeitura em áreas restritas sobre a Vila e Parque Olímpico;
- Solicitação de apoio da INFRAERO para disponibilizar meteorologistas no aeródromo de Jacarepaguá no período de 24 horas;
- Interlocução com o Centro de Prontidão Federal (CPF) para a liberação de alimentação animal;
- Anuência do IBAMA para a liberação de motocicletas para a operação nos Jogos Equestres;
- Conexão entre o Aeroporto de Guarulhos e o Comitê Rio 2016 relativo à falta de informações sobre o grande número de chegadas de atletas cujos voos não estavam sendo previstos no Sistema de Chegadas e Partidas (ADS);
- Conexão entre a Casa Civil do Governo do Estado e a INFRAERO visando a reforçar o contingente de policiais militares na segurança do Aeroporto Santos Dumont durante evento com torcedores de futebol em dia de pico de operação de partidas paraolímpicas;
- Interlocução entre MME, RIOgaleão e SindiTelebrasil para a instalação de equipamentos e ativação de cobertura de SMP (Serviço Móvel Pessoal) no Píer Sul do Aeroporto Galeão;
- Solicitação de reforço de equipe Rio 2016 na área de Credenciamento do Aeroporto do Galeão para atendimento dos voos na madrugada;
- Interlocução com os fóruns competentes para reforço na segurança à via de acesso ao hangar da Líder Táxi Aéreo; e
- Apoio ao Comitê Rio 2016 nas operações do Check In Remoto na Vila dos Atletas nos períodos Olímpico e Paraolímpico.

A Sala Master foi a culminância do planejamento de longo prazo do Setor de Aviação Civil, que acompanhou o ciclo dos grandes eventos sediados no País, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

Acompanhamento das atividades de segurança

Participaram das atividades de segurança durante os Jogos Rio 2016, representantes de todas as instituições de Segurança Pública, Defesa Nacional, Defesa Civil, Inteligência e o Comitê Organizador Rio 2016 integrantes dos centros de comando e controle de segurança. A coordenação dos diversos centros se deu por intermédio da participação colaborativa de todos os integrantes ou, conforme o caso, pela liderança situacional.

O objetivo de todos os centros de comando e controle responsáveis pela segurança dos Jogos foi a coordenação de suas atividades por intermédio da interoperabilidade das agências envolvidas, em todos os quatro eixos de planejamento e emprego – Segurança Pública, Defesa Civil, Defesa Nacional e Inteligência.

Todos os centros abaixo listados permaneceram abertos durante todo o período de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, incluindo a fase de transição entre ambos:

- Comitê Executivo de Segurança Integrada, nível nacional – CESI
- Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional – CESIR
- Centro Integrado de Comando e Controle Regional – CICCRR
- Comando Geral de Defesa de Área – CGDA
- Centro de Inteligência dos Jogos – CIJ
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCIS / Comando de Defesa Setorial – CDS - BARRA
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCIS / Comando de Defesa Setorial – CDS – COPACABANA
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCIS / Comando de Defesa Setorial – CDS – DEODORO
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCIS / Comando de Defesa Setorial – CDS – MARACANÃ
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / BARRA (15)
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / COPACABANA (04)
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / DEODORO (10)
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / MARACANÃ (05)

O acompanhamento das atividades de segurança pela APO visou verificar se tudo o que foi planejado foi sendo bem realizado, se as ocorrências receberam o tratamento adequado, se a estrutura

de comando e controle exerceu o seu papel com eficácia e eficiência, se os altos dirigentes dos entes envolvidos receberam as informações relevantes tempestivamente e se não havia questões críticas a serem tratadas com a colaboração da APO.

Além do funcionamento dos diversos centros citados, durante a realização dos Jogos, a equipe da APO fez o acompanhamento de eventos de grande envergadura, como as cerimônias de abertura e encerramento e os eventos públicos com grande participação popular e outros com possíveis impactos na segurança. Foram realizadas, também, visitas a estruturas e instalações diretamente relacionadas com a operação dos Jogos, como as principais artérias de mobilidade da cidade, instalações de coordenação da infraestrutura estratégica, porto, aeroportos, entre outras.

A Autoridade Pública Olímpica entende que a missão de garantir um grande evento seguro com comemorações pacíficas foi bem cumprida. Planejar e coordenar a atividade de segurança dos Jogos foi um desafio vencido com empenho e determinação por todas as instituições e agências, dos três níveis de governo.

Os demais grandes eventos já sediados no país não apresentaram complexidade similar a que foi enfrentada nos Jogos Rio 2016. Apesar da assimetria e da independência operacional e logística dos envolvidos, nos quatro diferentes eixos de interesse, foi verificado o emprego de instituições capacitadas e preparadas, com seus integrantes motivados e conscientes de seus papéis no contexto dos Jogos.

Os incidentes que ocorreram foram tratados com oportunidade e eficiência, sendo equacionados nos Centros de Comando e Controle de nível adequado.

Centro de Comando e Controle do Complexo Olímpico de Deodoro

O Centro de Operações Interagências de Deodoro teve como objetivo coordenar as ações de segurança, de forma integrada, no *cluster* Deodoro, por meio do trabalho conjunto entre o CDS e o CICC.

As seguintes instituições integraram o Centro: Exército Brasileiro, SESGE/MJ, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Saúde/RJ, Guarda Municipal do Rio de Janeiro, Companhia de Engenharia de Tráfego/Rio e Rio 2016.

A composição final da estrutura do Centro de Operações Interagências de Deodoro resultou de um processo de aproximação entre vários órgãos, conduzido pelo Comando da 1ª Divisão de Exército, que culminou com a criação de um fórum, composto por integrantes dessas instituições e que teriam

como área de atuação a Região de Deodoro, e o estabelecimento de um calendário de reuniões periódicas para a apresentação e debate dos diversos temas que envolviam a preparação com vistas à execução dos Jogos. O Fórum Deodoro foi o órgão embrionário do Centro Interagências, considerado um marco e copiado por outros *clusters*. O Centro funcionou de 11/07 a 20/09/2016.

A Autoridade Pública Olímpica, por meio da Superintendência de Deodoro, teve assento permanente no Centro de Operações Interagências de Deodoro, desde o período imediato que antecedeu a abertura dos Jogos até à desmobilização total ocorrida após os Jogos Paraolímpicos, participando das discussões que envolveram as soluções das diversas ocorrências surgidas e informando aos órgãos de acompanhamento e responsáveis por decisões sobre fatos relevantes que poderiam impactar o bom andamento das competições.

O permanente acompanhamento em conjunto das diversas etapas que envolveram a preparação do *cluster* Deodoro tornou-se possível graças à criação do Fórum Deodoro, iniciativa que possibilitou uma perfeita integração e parceria entre as agências responsáveis por organizar e prover a segurança do evento. As diversas reuniões de coordenação, os exercícios práticos e os eventos preparatórios, sempre acompanhados e posteriormente avaliados, permitiram a criação de um ambiente mútuo de cooperação que em muito facilitou a condução dos trabalhos de todos os envolvidos. A APO esteve presente em todas as etapas de preparação e, por meio de intervenções oportunas, pôde contribuir para o êxito de toda a operação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

4.4.6. Sustentabilidade e Legado

De acordo com a Lei 12.396/2011, cabe à APO em relação ao legado “o planejamento referente ao uso do legado dos Jogos, com proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental” (Cláusula Quarta, inciso V).

Com a reestruturação da APO, ocorrida no início do ano de 2014, foi criada a Superintendência de Sustentabilidade e Legado – SUSEL que passou a tratar os temas apresentados, inicialmente em uma ótica operacional e posteriormente, por se tratar de assunto transversal que transita em todas as áreas, passou a fazer parte da Diretoria Executiva desta Autarquia.

Desta forma, a SUSEL acompanhou as definições para o uso do Legado dos equipamentos construídos para as Olimpíadas com base nas informações disponibilizadas pelos diversos entes responsáveis, tais como o Ministério do Esporte, Exército Brasileiro e Prefeitura do Rio de Janeiro.

Inicialmente, em 2015, foi elaborado um primeiro relatório situacional contendo a metodologia utilizada, designado PUL R1. Em julho de 2016 foi entregue aos entes um relatório também situacional, demonstrando uma atualização e o estado das definições sobre o legado naquele momento.

Na versão final do Planejamento de Uso de Legado, apresentado em agosto de 2016, foram então consolidadas as informações oficiais contidas no Plano de Legado Olímpico, disponibilizado pelo Ministério do Esporte em 01/08/2016, o Plano de Gestão de Legado das instalações olímpicas de Deodoro publicado pelo Exército Brasileiro na Portaria N° 233-EME de 21/06/2016, e os diversos editais de Licitação da Prefeitura para a gestão, operação, manutenção e adequação dos equipamentos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca.

A SUSEL monitorou a realização das readequações *retrofit* nas Instalações Olímpicas do Complexo Esportivo de Deodoro e do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e realizou reuniões para alinhamento dos trabalhos sobre Legado com o ME, bem como participou de eventos/seminários sobre o Legado das Olimpíadas, que ocorreram após a realização dos Jogos Rio 2016.

Com relação ao tema de Sustentabilidade, também sob a responsabilidade da superintendência, a SUSEL coordenou a elaboração e o lançamento da atualização do Plano de Gestão de Sustentabilidade – PGS, documento previsto no dossiê de candidatura, inicialmente disponibilizado pelo Comitê Rio 2016 em agosto de 2013. A SUSEL coordenou a atualização deste documento, consolidando as informações atualizadas dos entes governamentais envolvidos, bem como do Comitê Rio 2016 para a estratégia de sustentabilidade dos Jogos, que foi disponibilizada em 01/07/2016.

Adicionalmente, a SUSEL acompanhou e colaborou no lançamento do Programa de Reciclagem Inclusiva, que possibilitou a inserção de catadores nos Jogos. Estas ações contaram com a participação dos entes governamentais e das demais entidades envolvidas nos Jogos.

A SUSEL acompanhou ainda os trabalhos de elaboração dos relatórios de impactos dos Jogos OGI, sob a responsabilidade do Comitê Rio 2016, atuando junto aos envolvidos de governo para o repasse das informações necessárias. O Rio 2016 contratou o instituto SAGE/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro para recolhimento dos dados para subsidiar os estudos que foram usados para elaborar tais relatórios. Por fim, a SUSEL finalizou as atividades no sistema APO (TAs), arquivos e de formatação de relatórios para atualização das informações e encerramento dos temas, para posterior envio pela área responsável ao Arquivo Nacional. Também tem fornecido informações para auditorias dos órgãos de controle que demandam dados sobre as questões relacionadas à Sustentabilidade, ao Legado e ao Planejamento do Uso do Legado.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Descrição das estruturas de governança

A APO foi concebida para ser uma unidade integradora dos três níveis de governo. Por ter sido a entidade responsável por garantir a entrega dos compromissos ao COI, o ambiente de governança da instituição foi complexo e está representado na figura abaixo.

Figura 21 - Representação gráfica da Estrutura de governança (até 05/12/2016)

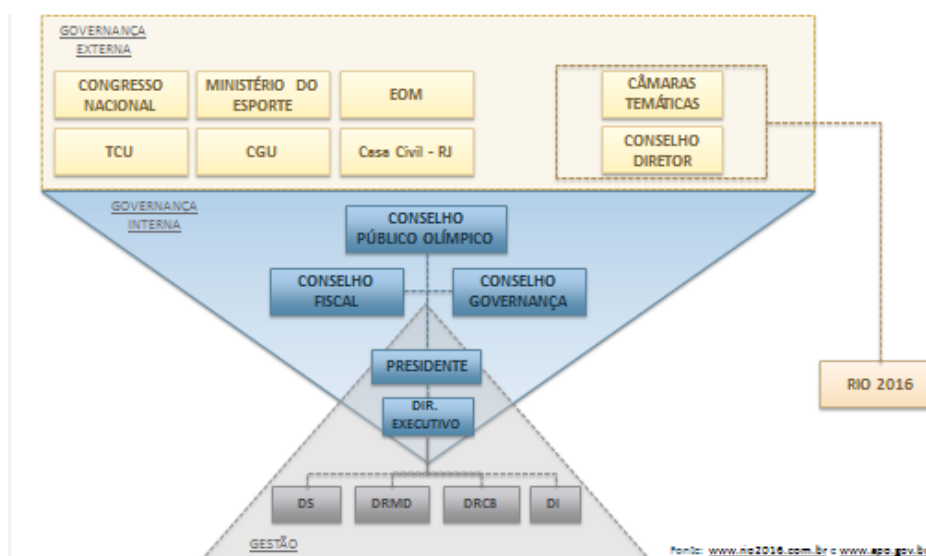
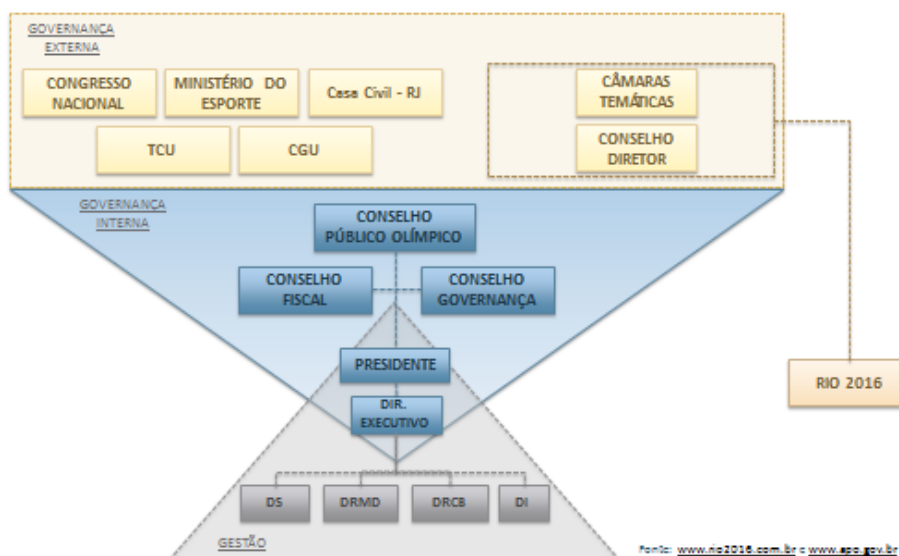


Figura 22 - Representação gráfica da Estrutura de governança (após 05/12/2016)



A atuação da Autoridade Pública Olímpica se deu na esfera estratégica dos Jogos por meio da atuação integradora, facilitadora e mediadora entre as partes relacionadas do projeto olímpico. Tal projeto foi constituído de uma estrutura de governança complexa, composta de diferentes entes públicos e privados, nacionais e internacionais, com interesses, nível de autoridade e responsabilidades diversas na condução dos trabalhos.

Apesar de o projeto olímpico ter tido como principal data o dia 05/08/2016 – abertura dos Jogos – as atividades em prol dos Jogos ainda se estenderam no pós-jogos, período que envolveu os processos de desmobilização, destinações das instalações olímpicas, prestação de contas e desativação da própria autarquia especial, tendo em vista a publicação da Resolução nº 23/2016, do Conselho Público Olímpico.

Os principais parceiros da APO na consolidação do projeto olímpico foram os entes governamentais (União, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro) e o Comitê Rio 2016, sendo o Município oficialmente parceiro governamental e ente consorciado até o dia 05/12/2016, quando a Lei 6.107 de 05/12/2016, publicada pelo Diário Oficial do Município/RJ nº 175, de 06/12/2016, determinou sua saída do consórcio público APO. Apesar das diferentes responsabilidades, todos atuaram a fim de garantir a entrega dos compromissos assumidos com o COI e IPC, tendo sido esta entrega a missão da APO, estabelecida em seu planejamento estratégico institucional.

Para entregar os compromissos a APO teve como proposta de valor nesse ambiente:

- Relacionamento institucional focado nas necessidades de cada cliente;
- Qualidade no monitoramento estratégico de obras e serviços;
- Proposição sustentável do uso do legado para as futuras gerações;
- Transparência nos processos dos entes na organização dos Jogos;

Essa tarefa dada por lei trouxe desafios que a instituição empreendeu esforços para superar, como a consolidação do atendimento aos entes, melhoria de seus processos internos, fortalecimento do planejamento do uso do legado, garantia de transparência das informações e atualização constante da Matriz de Responsabilidades e Carteira de Projetos.

Os entes consorciados e o Comitê Rio 2016 possuíam seus próprios instrumentos de acompanhamento, fiscalização e controle dos projetos olímpicos sob suas respectivas responsabilidades. Os modelos de financiamento, contratação e acompanhamento da maioria dos projetos, principalmente de infraestrutura, estavam organizados e os executores forneciam as informações necessárias a cada um dos entes ou parceiros, por meio de modelos próprios.

Neste contexto, considerando que isso se aplicou aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016, foi de suma importância a presença de um agente integrador e moderador, para análises no nível estratégico das informações tratadas por eles, para conciliação de visões acerca da execução dos projetos para os Jogos.

A APO, então, atuou como macrointegradora de informações, convivendo com uma multiplicidade de metodologias e estruturando-se para: conhecer o todo, identificar e colaborar no tratamento das interfaces críticas dos projetos e planos; identificar e colaborar no tratamento de riscos estratégicos; propor soluções para facilitar encaminhamentos e decisões dos entes consorciados e dos demais parceiros.

Logo, a articulação e a integração dos entes sempre estiveram no cerne das atividades desenvolvidas pela Instituição, com embasamento em elementos técnicos que lhe garantiram contribuir decisivamente para o sucesso da empreitada compartilhada pelos níveis de governo e por entidades privadas.

O ambiente de Governança Interna da APO era composto por cinco unidades: o Conselho Público Olímpico, o Conselho Fiscal, o Conselho de Governança, a Presidência da APO e a Diretoria Executiva, sendo as duas últimas também unidades do ambiente de gestão da instituição. Já o ambiente de Governança Externa era composto por seis instituições e quatro fóruns de decisão compartilhados com o Comitê Rio 2016: o Congresso Nacional, o TCU, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, o Ministério do Esporte, a Empresa Olímpica Municipal e a Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro, que absorveu os projetos oriundos do extinto Escritório de Gestão de Projetos – EGP, ressaltando que a Lei 6.107 de 05/12/2016, publicada no DOM-RJ, de 06/12/2016, determinou a retirada do Município do Rio de Janeiro do Consórcio APO.

5.1.1. Informações sobre os dirigentes e colegiados

5.1.1.1. Dirigentes

GOVERNANÇA INTERNA

Conselho Público Olímpico (CPO)

Representantes: do Governo. Federal: Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (Presidente); do Governo Estado RJ: Leonardo da Cunha e Silva Espíndola Dias, e do Município do RJ: Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto(até 19/07/2016) e Fernando dos Santos Dionísio (até a saída da prefeitura do consórcio).A partir da publicação da Lei Municipal nº 6107, de 05/12/2016, publicada no

DOM-RJ, de 06/12/2016, a prefeitura não faz mais parte do consórcio público APO e, consequentemente, não faz mais parte desse conselho.

Conselho de Governança

Representantes: Marcelo Pedroso – Presidente Substituto da APO (Membro nato) – preside o Conselho; Ari Matos Cardoso– Diretor Executivo Substituto da APO (Membro nato); Lígia Neves Aziz Lucindo– Diretor Executivo Substituto da APO (Membro nato); Raimundo Célio Augusto Macêdo – Diretor Executivo Substituto da APO (Membro nato); Sérgio José Pereira – Diretor Executivo Substituto da APO (Membro nato); Carlos Antonio Lopes de Araújo– representante do governo federal(Casa Civil da Presidência da República); Ian Ramalho Guerreiro; Joaquim Francisco M. de Carvalho Neto - representante da Prefeitura do município do Rio de Janeiro; Maria do Socorro Mendes Gomes – Casa Civil da Presidência da República; Pedro Maciel Capeluppi– representante do Governo Federal(Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão); Antonio Glauter Teófilo Rocha– Diretor da EOM; Rodrigo Goulart de Oliveira Vieira – representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Manoel Felix Cintra Neto – representante da sociedade civil, indicado pelo CPO; Sidney Levy – representante do Comitê Rio 2016 e Humberto Eustáquio César Mota Filho – representante do governo federal(BNDES).

Conselho Fiscal

Representantes: Frederico Schettini Batista, titular – preside o Conselho; Rodrigo Parentes Vives, suplente; Leonel Carvalho Pereira, titular; Francisco Pereira Iglesias, suplente; Mônica do Nascimento Simone, titular; e Marco Aurélio Santos Cardoso, suplente.

A partir da publicação da Lei Municipal nº 6.107 de 05/12/2016 no DOM-RJ de 06/12/2016, a Prefeitura não fez mais parte do consórcio público APO e, consequentemente, desse conselho. No entanto, neste em específico, o Presidente da APO, Marcelo Pedroso, indicou, conforme determina o estatuto da APO, a recondução da Conselheira Mônica do Nascimento Simone, outrora representante da Prefeitura, visando à continuidade dos trabalhos e considerando a atuação desta conselheira na análise dos processos e procedimentos no decorrer do exercício de 2016. Assim, seguindo sua prerrogativa legal, o presidente indicou a participação da Sra. Mônica no Conselho, o que foi ratificado pelo CPO por meio da Resolução nº 22, de 13/12/2016.

Presidência

Representante: Marcelo Pedroso

Principais linhas de atuação em 2016: A gradual conclusão e o bom andamento da preparação dos espaços que receberam as competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, provocou a mudança do foco para a organização das atividades e dos serviços que foram realizados durante os Jogos, o que obrigou a APO a direcionar seus esforços de atuação para acompanhar o Comitê Rio 2016 e demais entes, voltando todas as atenções para a etapa de operação dos Jogos.

Algumas ações tiveram continuidade conforme planejado, como a atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, já apontando um elevado estágio de conclusão das obras e para a necessidade de inclusão de alguns serviços nos respectivos documentos.

Resultados obtidos: a atuação da APO no papel de mediador e integrador das ações desenvolvidas ao longo de 2016 resultou em definições de temas estratégicos, como por exemplo, o fornecimento de energia elétrica para os Jogos. Ao longo de 2016 a presidência da APO atuou fortemente no apoio à estruturação dos processos operacionais dos Jogos.

Diretoria Executiva

Representante: Sérgio José Pereira

Principais linhas de atuação em 2016: A atuação da Diretoria Executiva na esfera de governança focou na gestão de temas do cotidiano da instituição relacionadas com as atividades finalísticas.

Em 2016, a APO teve três Diretores Executivos Substitutos: Sr. Ari Matos Cardoso, falecido em junho; a diretora de Integração Lígia Neves Aziz Lucindo que acumulou o cargo até setembro, quando foi exonerada da APO e, por fim, o Diretor da Região Maracanã e Deodoro, Sr. Sérgio José Pereira.

Neste período, foram conduzidas tanto ações de organização interna quanto externas, de forma a viabilizar a realização dos Jogos. Dentre elas: a reformulação do Regimento Interno da Autarquia; a mensuração e acompanhamento dos indicadores de gestão; a viabilização de parcerias junto aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016 de forma a auxiliá-los na realização dos Jogos; a definição das ações a serem realizadas pela APO durante os Jogos; respostas às solicitações de auditoria internas, dentre outras.

Resultados obtidos: implementação de ações do Planejamento Estratégico, solução de entraves de articulação referentes ao fornecimento de energia para os Jogos, formalização de parcerias necessárias à realização dos Jogos.

GOVERNANÇA EXTERNA

Congresso Nacional

A APO reportou-se diretamente ao Congresso Nacional por meio do envio semestral do Relatório de Atividades e do Calendário de Ações, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo COI e IPC.

Tribunal de Contas da União (TCU)

A APO teve estreita relação com o Tribunal de Contas da União, buscando sempre fornecer as informações solicitadas e atender aos apontamentos do Controle Externo em busca da garantia da conformidade com as diretrizes por este determinadas.

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (MTFC)

A APO prestou toda informação solicitada pelo MTFC, com o pronto atendimento às suas demandas, inclusive no acompanhamento do Plano de Providências Permanente (PPP), relativas às recomendações resultantes das auditorias anuais de contas, com a atualização do Sistema Monitor.

Ministério do Esporte (ME)

A APO é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Esporte, no âmbito do Governo Federal. Neste Ministério, as intervenções relacionadas aos Jogos estavam vinculadas, principalmente, à Secretaria Executiva – SE, à Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento (SNEAR) e à ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem). O Ministério era o coordenador do Geolimpíadas, fórum de articulação de ações relacionadas ao Governo Federal. Nessa condição, atuou, junto com a APO e os outros entes consorciados, na elaboração da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos.

Empresa Olímpica Municipal (EOM)

A Empresa Olímpica Municipal foi um ente da Prefeitura do Rio de Janeiro que coordenou a execução dos projetos e atividades municipais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A EOM atuou, junto com a APO e os outros entes consorciados, na elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpico. A partir da publicação da Lei

Municipal nº 6.107 de 05/12/2016, a Prefeitura, por meio da EOM, não foi mais ente vinculado ao Consórcio APO.

Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro

A Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro foi o principal articulador das ações e dos projetos estaduais junto à governança dos Jogos Rio 2016, passando a fazê-lo diretamente no ano de 2015 (em lugar do Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro - EGP-Rio). Atuou, também, junto com a APO e os outros entes consorciados, na elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projeto Olímpicos.

5.1.1.2. Papéis e funcionamento dos colegiados

GOVERNANÇA INTERNA

Conselho Público Olímpico

Finalidade: O Conselho Público Olímpico é a instância máxima da APO, formado paritariamente por representantes dos Governos federal, estadual e municipal, tendo por finalidades: a aprovação ou modificação do estatuto e do orçamento da APO; a aprovação da Carteira de Projetos Olímpicos; a nomeação dos membros do Conselho de Governança e do Conselho Fiscal, bem como a aprovação da Matriz de Responsabilidades.

Principais decisões em 2016: Resolução nº 01, de 26/01/2016 – Nomear representante da sociedade civil no Conselho de Governança da APO; Resolução nº 02, de 26 de janeiro 2016 - Nomeação de membros do Conselho Fiscal; Resolução nº 03, de 26 de janeiro 2016 - Atualizar e revisar a Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos dos Jogos Rio 2016; Resolução nº 05, de 01/02/2016–Correção de erro formal em resolução; Resolução nº 06, de 15/02/2016–Correção de equívoco em numeração de ATA; Resolução nº 07, de 23/03/2016–Determinação de critérios para seleção dos projetos que integram a carteira de projetos olímpicos; Resolução nº 08, de 21/07/2016–Exonerar membro do Conselho de Governança, representante do Município do Rio de Janeiro; Resolução nº 09, de 21/07/2016–Nomear membro do Conselho de Governança, representante do Município do Rio de Janeiro; Resolução nº 10, de 21/07/2016–Exonerar membro do Conselho de Governança, representante do Ministério da Fazenda; Resolução nº 11, de 21/07/2016–Exonerar membro do Conselho de Governança, representante da Casa Civil da Presidência da República; Resolução nº 12, de 21/07/2016–Nomear membro do Conselho de Governança, representante do Ministério do Esporte; Resolução nº 13, de 21/07/2016–Nomear

membro do Conselho de Governança, representante do Ministério do Esporte; Resolução nº 14, de 21/07/2016–Exonerar membro do Conselho de Governança, representante do Ministério do Planejamento; Resolução nº 15, de 21/07/2016–Nomear membro do Conselho de Governança, representante da Casa Civil da Presidência da República; Resolução nº 17, de 12/08/2016–Atualizar e revisar a Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; Resolução nº 18, de 21/09/2016–Autorizar movimentação e empenho de recursos previstos no orçamento da Autoridade Pública Olímpica; Resolução nº 19, de 13/12/2016 – Exonerar membro do Conselho de Governança, representante do Município do Rio de Janeiro; Resolução nº 20, de 13/12/2016 – Exonerar membro suplente do Conselho Fiscal, representante do Município do Rio de Janeiro; Resolução nº 21, de 13/12/2016 – Exonerar membro do Conselho Fiscal, representante do Município do Rio de Janeiro; Resolução nº 22, de 13/12/2016 – Nomear membro do Conselho Fiscal, representante indicado pelo Presidente da APO; Resolução nº 23, de 19/12/2016 – Determinar a data de extinção da APO.

Conselho de Governança

Finalidade: opinar, antes de seu encaminhamento ao Conselho Público Olímpico, sobre as diretrizes fundamentais de organização administrativa da APO; opinar sobre o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário da APO e apreciar a prestação de contas da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal.

Principais decisões em 2016: Resolução COG 01 2016 – Aprova a prestação de contas da Diretoria Executiva, exercício de 2015; Resolução COG 02 2016 – Opina favoravelmente à proposta de alteração do Estatuto da APO; Resolução COG 03 2016 – Opina favoravelmente à proposta de orçamento da APO para 2017.

Conselho Fiscal

Finalidade: fiscalizar os atos dos dirigentes da APO e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela APO; pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Governança ou pela Diretoria Colegiada; acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária; opinar sobre as propostas a serem submetidas ao Conselho Público Olímpico e à Diretoria Executiva, relativas a matérias orçamentárias, financeiras e patrimoniais, bem como sobre o relatório anual de administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva, indicados pelo Presidente da APO e eleitos pelo CPO.

Principais avaliações em 2016: Exame das atas e resoluções disponíveis das reuniões da Diretoria Executiva, da Diretoria Colegiada, do Conselho de Governança e do Conselho Público Olímpico visando a acompanhar assuntos que tenham interação com a área fiscal; Análise dos processos licitatórios, especialmente os realizados por dispensa ou inexigibilidade (arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93); Análise dos demonstrativos contábeis e financeiros, comparando-os com os anteriores; Atualizações sobre solicitações e atendimento aos órgãos de controle como Tribunal de Contas da União, MTFC e outros; Acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT; Emissão de parecer sobre a proposta de orçamento para 2017; Acompanhamento da situação das certidões e certificado de regularidade junto ao INSS.

GOVERNANÇA EXTERNA

Comitê de Coordenação

Representante: Marcelo Pedroso

Relação da APO com o Comitê de Coordenação: Houve apenas uma reunião em 2016, na qual foi aprovada a adoção de uma mecânica de trabalho, que suprimiu a realização das reuniões quinzenais, para potencializar as atividades que ocorriam a nível mais operacional, nas reuniões semanais do MOC Governos, fórum que reúne representantes da Diretoria de Operações do Comitê e representantes de todos os níveis de Governos. Ficou definido que em caso de necessidade de decisão deste fórum, sobre algum tema relacionado com os jogos Olímpicos e Paraolímpicos, seriam convocadas reuniões extraordinárias.

Comitê Executivo

Representante: Marcelo Pedroso / Ari Mattos / Ligia Lucindo

Relação da APO com o Comitê Executivo: A última reunião foi realizada em 10/12/2015. Não houve atividades em 2016. Da mesma forma que o Comitê de Coordenação, o Comex suspendeu suas atividades rotineiras para potencializar os trabalhos no âmbito do MOC Governos.

Grupos de Trabalho/Câmaras Temáticas

Representantes: Diversos colaboradores APO (listados abaixo)

Relação da APO com os Grupos de Trabalho: A APO participou dos Grupos de Trabalho compostos por representantes dos entes e das áreas funcionais do Comitê Rio 2016, os quais se reuniram para garantir que as especificações relativas à realização dos Jogos fossem cumpridas por todos envolvidos na sua preparação.

Tabela 7 - Grupos de Trabalho/Câmaras Temáticas ativas ao longo de 2016

	Câmaras Temáticas	Foco	Site
1	Comunicação	Comunicação dos jogos	www.rio2016.com
2	Cultura, Turismo e Imagem do Brasil	Programa de cultura dos jogos	www.cultura.gov.br
3	Energia	Fornecimento de energia elétrica para os jogos	www.apo.gov.br
4	Legado Estratégico	Memória dos Jogos	www.esporte.gov.br
5	Meteorologia e Oceanografia	Dados meteorológicos e oceanográficos	
6	Políticas Sociais	Políticas sociais	
7	Sustentabilidade	Compromisso: jogos sustentáveis	www.apo.gov.br

A Resolução nº 2, de 7/12/2015, da Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte alterou a forma de atuação dos Grupos de Trabalho, sendo todos transformados em Câmaras Temáticas vinculadas ao Geolimpíadas.

5.1.1.3. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

Na estrutura organizacional da APO consta o Conselho Público Olímpico, o Conselho de Governança e o Conselho Fiscal, conforme Organograma disposto no Item 3.5 deste Relatório.

De acordo com o Protocolo de Intenções, está prevista a remuneração aos Conselheiros por participação em cada reunião do Colegiado, conforme identificado a seguir:

Parágrafo Sexto da Cláusula Décima Terceira - define que os membros do Conselho de Governança, exceto o Presidente e o Diretor Executivo, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, receberão o valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), devido somente nos meses em que ocorrer reunião do colegiado.

Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quarta - define que os membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, receberão o valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), devido somente nos meses em que ocorrer reunião do colegiado.

Tabela 8 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Governança				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Antonio Glauter Teófilo Rocha	03/08/2016	31/03/2017	2.200,00	2.200,00
Ari Matos Cardoso	07/08/2015	02/06/2016	0,00	0,00
Carlos Antonio Lopes de Araújo	03/08/2016	31/03/2017	2.200,00	2.200,00
Humberto Eustáquio César Mota Filho	22/07/2016	21/07/2018	0,00	0,00
Ian Ramalho Guerreiro	08/12/2015	07/12/2017	2.200,00	4.400,00
Joaquim Francisco M. de Carvalho Neto	25/07/2014	24/07/2016	2.200,00	4.400,00
Lígia Neves Aziz Lucindo	03/06/2016	31/08/2016	0,00	0,00
Manoel Felix Cintra Neto	26/01/2016	26/01/2018	0,00	0,00
Marcelo Pedroso	07/02/2015	31/03/2017	0,00	0,00
Maria do Socorro Mendes Gomes	25/06/2015	24/06/2017	2.200,00	2.200,00
Pedro Maciel Capellupi	03/08/2016	31/03/2017	2.200,00	2.200,00
Raimundo Célio Augusto Macêdo	01/09/2016	28/09/2016	0,00	0,00
Rodrigo Goulart de Oliveira Vieira	16/06/2015	15/06/2017	0,00	0,00
Sérgio José Pereira	29/09/2016	31/12/2016	0,00	0,00
Sidney Levy	17/12/2015	16/12/2017	0,00	0,00
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Frederico Schettini Batista	23/01/2015	22/01/2017	2.200,00	28.600,00
Leonel Carvalho Pereira	23/01/2015	22/01/2017	2.200,00	28.600,00
Mônica do Nascimento Simone	23/01/2015	31/03/2017	2.200,00	28.600,00

5.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

As atividades de auditoria interna da Autoridade Pública Olímpica (APO) foram exercidas por sua Controladoria Geral, cujas competências estatutárias estão elencadas no art. 20 do Estatuto, disponível no sítio: <http://www.apo.gov.br/index.php/estatuto/>.

O Regimento Interno da APO, aprovado pela Resolução nº 07, de 15/07/2015, da Diretoria Colegiada, publicado no Diário Oficial da União nº 134, de 16/07/2015, definiu que as ações de auditoria estão inseridas nas competências regimentais da Controladoria Geral, sendo a unidade orgânica de auditoria, controle e correição, diretamente subordinada ao Presidente, conforme art. 9º do Regimento Interno (redação dada pela Resolução nº 04, de 15/3/2016, da Diretoria Colegiada, publicada no Diário Oficial da União nº 51, de 16/3/2016), e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, de acordo com o art. 15 do Decreto n.º 3.591, de 06/9/2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25/10/2002.

A metodologia de trabalho guardou consonância com a adotada na esfera da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, em conformidade com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC nº 01, de 06/4/2001 e da IN CGU nº 24/2015.

A independência e objetividade da Controladoria fica evidenciada na vinculação hierárquica direta ao dirigente máximo (§ 4º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 06/9/2000), na elaboração e aprovação, sem restrições, do seu planejamento anual, e também pelo acesso irrestrito aos documentos e sistemas da APO durante a realização das auditorias. Nesse sentido, destaca-se o Manual de Auditoria Interna da APO, aprovado pela Portaria Presidencial nº 30, de 2/2/2015, publicada no Boletim de Serviço Especial nº 3, de 4/2/2015, que trata, dentre outros assuntos, das orientações necessárias à realização e condução dos trabalhos, fonte de consulta, quando necessário.

A escolha do titular responsável pela Auditoria Interna foi submetida à Controladoria Geral da União pelo dirigente máximo da Unidade, após aprovação pelo Conselho Fiscal, conforme previsto no art. 1º da Portaria CGU nº 915, de 29/4/2014. A nomeação da responsável pela Auditoria Interna da APO foi realizada por meio da Portaria nº 24, de 13/01/2015, publicada no DOU nº 9, de 14/1/2015, que permaneceu até 3/11/2016, quando se deu sua exoneração, a pedido. Em 09/12/2016, houve a nomeação (interina), da Superintendente da Controladoria-Geral.

Para a realização das ações de auditoria do exercício 2016, a Controladoria Geral contou, até 31/08/2016, com 3 (três) servidores, sendo uma cedida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização

e Controladoria Geral da União e dois nomeados, um supervisor e uma assessora da Controladoria Geral. Após essa data, o efetivo ficou reduzido a 2 (dois) servidores.

Todas as 10(dez) ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT/2016) foram realizadas.

Destacam-se nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2016 a emissão de relatórios preliminares de auditorias realizadas nas áreas de licitações e contratos, finalística, avaliação dos controles internos, acompanhamento dos Jogos Rio 2016, logística e recursos humanos. Após manifestação dos setores auditados, foram emitidos 5 (cinco) relatórios finais de auditoria. Esta prática permitiu que a Unidade adotasse as medidas para solucionar as inconsistências apontadas nos relatórios.

Merecem destaque, ainda, a análise das demonstrações contábeis, elaboração do parecer de auditoria e da prestação de contas do exercício de 2015, com o exame do relatório de gestão quanto à execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos resultados em relação à economicidade, eficiência e regularidade dos atos de gestão.

Ressalta-se que a APO não apresentou suas contas no exercício de 2015, para fins de julgamento, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.443/92, apresentando apenas o Relatório de Gestão pelo sistema e-Contas (Decisão Normativa TCU nº 146/2015).

Em virtude da vinculação direta e imediata à Presidência (inciso III, art. 5º, do Estatuto), todos os documentos (relatórios de auditoria, notas de auditoria, notas técnicas, entre outros) que continham recomendações inerentes aos trabalhos de auditoria foram encaminhados à alta administração da Autarquia, para conhecimento e providências julgadas cabíveis.

Em relação ao Conselho Fiscal, a Controladoria Geral encaminhou seus relatórios de auditoria por meio de memorando ou eletronicamente, em atendimento ao previsto no art.13 da IN CGU nº 24/2015, bem como participou das reuniões mensais, prestando as informações solicitadas pelos Conselheiros e o assessoramento à Administração nos esclarecimentos necessários, em especial, quanto ao acompanhamento das providências adotadas em relação às recomendações da própria Auditoria Interna, do Tribunal de Contas da União e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, de acordo com o estabelecido no art. 17 da IN CGU nº 24/2015.

5.3. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

As atividades de correição da Autoridade Pública Olímpica – APO foram exercidas por sua Controladoria Geral, cujas competências estão relacionadas no art. 21 do Estatuto, disponível no sítio: <http://www.apo.gov.br/index.php/estatuto/>.

Não houve nenhum Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância no exercício de 2016.

A Controladoria Geral atuou junto ao MTFC nas ações de observância à Lei nº 12.813, de 16/5/2013, que dispõe sobre o “Conflito de Interesses” no exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, a saber:

- Ações junto à Supervisão de Recursos Humanos para divulgação dos informes do MTFC sobre situações que configurassem Conflito de Interesses; e
- Providências, quando solicitadas, relativas às consultas formuladas à Alta Administração sobre o assunto.

5.4. Gestão de Riscos e Controles Internos

Para cumprimento da missão explicitada no *caput* da Cláusula Quarta do Contrato de Consórcio Público (Lei 12.396/2011 e congêneres municipal e estadual), a APO organizou-se para integrar e facilitar a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro, entes governamentais consorciados, na preparação e realização dos Jogos Rio 2016, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo País perante o Comitê Olímpico Internacional.

Foram estabelecidas como macro ações estratégicas finalísticas: 1) estabelecer um sistema integrado de gerenciamento capaz de possibilitar o acompanhamento dos projetos e planos operacionais e 2) elaborar um sistema de informação institucional que apoie a gestão das atividades da organização.

O Sistema APO estruturou-se para organizar e sistematizar as atividades de produção de conhecimento da Autarquia, que se realizou sobre os planos e projetos dos entes consorciados para a consecução dos Jogos e foi usado como ambiente de difusão e interface de informações, acessível a todos os atuantes na seara finalística. A APO, além de não ser a gestora nem a executora destes projetos, não detinha instrumentos legais que garantissem a transferência de informações sobre os mesmos. Por sua vez, existiu a necessidade de que, para o cumprimento de sua missão institucional, a APO atuasse, no campo estratégico, colaborando com os entes na solução de eventuais entraves

Neste contexto, as informações coletadas e analisadas pelos colaboradores da atividade finalística provinham de fontes variadas, tanto formais quanto informais (desde notícias veiculadas pela imprensa até informações publicadas em portais e sistemas institucionais). Ao mesmo tempo, esse processo de coleta de informações implicou em riscos que precisavam ser gerenciados e mitigados com vistas à produção qualificada de conhecimento, pois fontes variadas poderiam gerar informações com nível de confiabilidade também variável.

Para minimizar eventuais impactos desses riscos, as análises que foram efetuadas pelos técnicos diretamente envolvidos no acompanhamento e processamento das informações, inclusive pelo corpo diretivo da APO, pautaram-se na necessidade de checar e avaliar a origem, as condições de coleta e a veracidade dessas informações. Diante das interdependências das temáticas envolvidas na preparação para os Jogos, o trabalho do corpo de colaboradores da APO se valeu de estratégias de integração. Além disso, foram realizadas, rotineiramente, reuniões de integração entre unidades e equipes multidisciplinares, para alinhamentos que permitissem avançar na qualidade das informações e das análises. Preocupou-se, ainda, com a produção de análises de informações amparadas por fontes diversificadas, que permitissem a confrontação de dados e a valoração da qualidade dos trabalhos.

No tocante ao funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para mitigar riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e regulamentos que a regem a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano, vale destacar que a APO empregou a legislação em vigor sobre licitações e contratos e utilizou os principais sistemas da Administração Pública Federal, dentre outros:

a) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal;

b) Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG): utilizado para facilitar e agilizar os processos de compra e aquisição de materiais e serviços do Governo Federal. Sua finalidade é integrar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

c) Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE): sistema de abrangência nacional criado com a missão de integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos, além de ser responsável pela produção das folhas de pagamento dos mais de 200 órgãos federais.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

A APO, desde sua implantação nos termos da Lei nº 12.396, de 21/03/2011, não efetuou contratação de pessoal por tempo determinado, na forma da Lei nº 8.745, de 09/12/1993.

A Autoridade Pública Olímpica optou por exercer suas atividades com pessoal cedido de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados. Além disso, pôde, também, requisitar servidores dos entes consorciados para nela terem exercício, não excedendo a vinte por cento de seu quantitativo total de servidores.

A força de trabalho da APO é composta por profissionais qualificados e com experiência nas suas áreas de atuação. Ao final do exercício de 2016, o quadro de servidores era composto por 8 servidores detentores do Título de Doutorado; 7 servidores com Título de Mestre; 3 servidores com Título de Especialista; 30 servidores com curso Superior; 5 servidores com ensino médio. Essa constituição heterogênea e altamente técnica foi suficiente para o cumprimento das missão institucional da Autarquia.

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 9 – Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		27	06	57
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		27	06	57
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		26	06	55
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		26	15	43
4. Total de Servidores (1+2+3)		53	21	100

Fonte: SURH/SGC/DE/APO – 31/12/2016

Tabela 10 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	16	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	16	10
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	26	
4. Total de Servidores (1+2+3)	42	11

Fonte: SURH/SGC/DE/APO - 31/12/2016

Tabela 11 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	91	36	17	62
1.1. Cargos Natureza Especial	1			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	90			
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		10	02	20
1.2.4. Sem Vínculo		26	15	42
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	90	17	04	38
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		16	04	38
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	181	53	21	100

Fonte: SURH/SGC/DE/APO - 31/12/2016

6.1.1.2. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Durante o exercício de 2016, a APO concentrou esforços nas diretorias finalísticas, com o intuito de dotar as respectivas áreas, com a adequada quantidade/qualidade de servidores para atuarem

nas diferentes ações/atividades relativas aos eventos-teste, que tiveram início em 2015 e, ao longo do primeiro semestre, bem como no período da realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Quanto à capacitação de pessoal, durante o exercício de 2016, foram mantidas a participação de servidores em eventos destinados à atualização dos métodos e técnicas e suas ferramentas de trabalho em especial, às relacionadas aos sistemas de controles, financeiros e orçamentários, dentre outros.

Não foi detectada nenhuma irregularidade no exercício de 2016 relativa a pessoal, especialmente no que tange à acumulação de cargos e empregos públicos, assim como na contratação de mão-de-obra por terceirização, para atendimento das necessidades relacionadas às atividades finalísticas da Autarquia.

Após a realização dos Jogos, a APO deu início ao planejamento do processo de desmobilização de pessoal, em cumprimento à Resolução nº 23, do Conselho Pública Olímpico - publicada no DOU de 20/12/2016 – o que resultou num total de 100 (cem) servidores egressos ao final do exercício, em sua maioria das áreas finalísticas.

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 12 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas		Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Pessoal Requisitado de outros Órgãos	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Exercícios	2016	1.699.080,60	0,00	14.382.848,69	2.279.513,61	884.055,02	0,00	86.368,29	225.417,97	4.003.519,63	23.560.803,81
	2015	1.877.780,47	0,00	13.938.656,01	2.031.365,58	1.769.811,54	0,00	47.378,21	0,00	3.906.379,18	23.571.370,99

Fonte: SURH/SGC/DE/APO

6.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A Autoridade Pública Olímpica ocupou três instalações no decorrer de 2016, descritas a seguir:

a) A Sede da APO situou-se no prédio da Caixa da Econômica Federal (CEF), na Av. Rio Branco, nº 174, 20º andar, Centro do Rio de Janeiro, RJ.

b) O Escritório de Representação da APO, em Brasília, /DF, localizava-se no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), na SCES, Trecho 02, Lote 22, 2º andar, Brasília, Distrito Federal. CEP 70.200-002 e foi ocupado somente no mês de janeiro e no Ministério do Esporte, SIG quadra 04, Lote 83, Bloco C, a partir de fevereiro.

Quanto à Sede da APO no Rio de Janeiro, vale destacar que o Contrato de Comodato possuía caráter gratuito, cabendo a CEF o pagamento de todas as despesas de adaptação, manutenção, conservação, impostos, taxas e tarifas de água e energia que incidiram sobre o imóvel durante o período de comodato, não compreendiam despesas relacionadas à telefonia e telecomunicações, bem como serviços de apoio.

Em relação às instalações em Brasília, ambas não representaram custos, tendo sido cedido espaço não oneroso.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1. Principais sistemas de informações

a) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócios e criticidade para a unidade:

1. Sistemas de apoio à área finalística da APO

- **Sistema de Acompanhamento de Obras e Serviços**, com consolidação de informações e provimento de visão gerencial e estratégica das ações de planejamento e preparação para os Jogos em desenvolvimento – Demanda Corporativa – Diretorias;

Principais funcionalidades: Gestão dos temas e questões estratégicas existentes na preparação dos Jogos; Gestão de sumários; Gestão de riscos; Georreferenciamento das modalidades, *venues* e demais obras e serviços; Gestão de memórias da informação; Cronogramas e Linhas do Tempo;

Responsável TI: Erick Wilson Pires Elias (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Herval Forny (DI)

Criticidade para a unidade: Altamente crítico para a atividade finalística da APO

- **Sistema de Governança**, banco de dados com informações sobre pessoas e equipes internas e externas, com repositório de documentos – Demanda Corporativa – Diretorias;

Principais funcionalidades: Gestão de pessoas, colaboradores e usuários; Gestão de fóruns; Gestão de memórias da informação dos fóruns;

Responsável TI: Anderson Campista Barbosa (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Lúcia Galvão (DI/GI)

Criticidade para a unidade: Sistema importante para acompanhamento das Pessoas e Fóruns.

- **Sistema de Legado**, informações sobre os indicadores e fatos geradores de legados sociais, econômicos, ambientais e aspectos relacionados à sustentabilidade e acessibilidade;

Principais funcionalidades: Gestão de informações para a elaboração de Plano de Uso do Legado;

Responsável TI: Glauce Rosa Oliveira (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Luiz Pedro de Melo César (DE/SUSEL)

Criticidade para a unidade: importante para o gerenciamento de informações relativas à entrega da APO para a governança dos Jogos.

- **Sistema de Informes de Operação**, consolidação de informações sobre operações em andamento;

Principais funcionalidades: Acompanhamento da gestão operacional do Evento-Teste de Vela;

Responsável TI: Erick Wilson Pires Elias (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Juliana da Silva Pinto Carneiro (DS)

Criticidade para a unidade: Uso em ocasião específica.

- **Sistema de Integração Operacional**, informações sobre o acompanhamento das ações de planejamento de diversos aspectos das operações e serviços necessários para a realização dos Jogos – Demanda Corporativa – Diretorias;

Principais funcionalidades: Acompanhamento do planejamento e da gestão integrada das operações dos Jogos, subdividindo e organização informação em temas, entregas, atividades e marcos;

Responsável TI: Anderson Campista Barbosa (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Herval Forny (DI)

Criticidade para a unidade: Altamente crítico, principalmente para acompanhamento das etapas de planejamento da operação para os Jogos.

- **Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos**, para armazenamento e recuperação de documentos gerados ou manipulados pela APO, possibilitando a geração de base para o futuro legado documental, com inclusão do controle de protocolo.

Principais funcionalidades: Gestão de documentos e processos produzidos pela unidade;

Responsável TI: Anderson Campista Barbosa (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Carolina de Oliveira (DE)

Criticidade para a unidade: Sistema Importante para a área documental e para a gestão da rotina administrativa.

2. Sistemas de apoio às áreas de assessoramento, administrativa e gerencial

- **Sistema de apoio à prestação de informações ao cidadão e aos órgãos de controle e-SIC** (para incremento às ações de transparência) – Demanda atendida com a migração de sistema da Prefeitura de Natal/RN disponibilizado via Portal do *Software* Público, customizado pela equipe própria de desenvolvimento de sistemas;

Principais funcionalidades: Gestão das solicitações;

Responsável TI: Glauce Rosa Oliveira (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Carolina de Oliveira (DE)

Criticidade para a unidade: Para interface com requerentes de pedidos amparados na Lei de Acesso à Informação, para acompanhamento e processamento desses pedidos.

- **Sistema de Controle de Demandas Externas (SCDE)** – Demanda atendida com a migração de sistema do Ministério do Turismo, customizado pela equipe própria de desenvolvimento de sistemas.

Principais funcionalidades: Controle das demandas dos órgãos de controle; Acompanhamento dos prazos de vencimento de demandas;

Responsável TI: Erick Wilson Pires Elias (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Maurício Antônio do Amaral Carvalho (Controladoria Geral)

Criticidade para a unidade: Importante para apoio à Controladoria.

- **Videowall Casa Brasil** – com informações sobre os jogos Rio 2016, sobre o Rio de Janeiro e sobre os Ministérios do Meio Ambiente, do Turismo, da Saúde e do Esporte, foi implementado para ser exibido em telas interativas na Casa Brasil – Demanda Corporativa – Diretoria de Integração;

Principais funcionalidades: Exibição de informações em mapa georreferenciado; Abertura de imagens de alta resolução; Abertura de vídeos;

Responsável TI: Erick Wilson Pires Elias (DI/TI)

Responsável Área de Negócio: Herval Forny (DI)

Criticidade para a unidade: Não crítico.

A APO será extinta em 31/03/2017 e, portanto, quaisquer informações relativas a estes sistemas deverão ser submetidas ao seu sucessor.

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação(PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI)

a) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas:

Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público que institui a Autoridade Pública Olímpica, a Diretoria Executiva é órgão de natureza colegiada, com representação de todas as suas diretorias (Diretor Executivo e os quatro Diretores Técnicos), com competências que incluem a gestão e administração destinados ao cumprimento da missão institucional da Autarquia.

Nesse contexto, observadas as referidas peculiaridades da gestão do Consórcio e considerando o papel a ser exercido por um Comitê Gestor de TI no âmbito organizacional segundo as boas práticas de TI difundidas, entende-se que a Diretoria Executiva exerça esta função no âmbito da entidade, aprovando os produtos e desempenhando as demais tarefas que lhe são próprias, devidamente assessorada pelos técnicos da área, que compõem o quadro de funcionários da Superintendência de Tecnologia da Informação da Diretoria de Integração, conforme previsto no despacho nº 177/2014-DE/APO.

Desta maneira, a Diretoria Executiva apreciou e aprovou todos os documentos necessários à formalização e à atualização do PDTI, na qualidade de Comitê de TI.

b) Descrição sucinta do Plano de TI, apontando o alinhamento com Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, cuja Versão 1.0 foi aprovada em setembro/2014, foi construído em harmonia com o Planejamento Estratégico da APO 2014-2017, aprovado em outubro/2014.

Os principais resultados alcançados e as previsões das metas remanescentes nesse plano estão descritos na Versão 2.0 do documento, aprovada em dezembro/2015 e que se constitui de uma revisão global do planejamento após o seu primeiro ano de aplicação.

Em seu planejamento estratégico, a APO definiu como ações estratégicas:

- Estabelecer um sistema integrado de gerenciamento capaz de potencializar o acompanhamento dos projetos e planos operacionais.
- Elaborar um sistema de informação institucional que apoie a gestão das atividades da organização.
- Elaborar estratégia orientada à excelência e transparência em comunicação institucional com as partes relacionadas.
- Fortalecer e equipar o time de colaboradores.

Das ações estratégicas elencadas, percebe-se que as duas primeiras estão diretamente relacionadas a aspectos de tecnologia da informação. Por isso, no PDTI, em sua página 5, é informado que: “O Plano foi construído em harmonia com o Planejamento Estratégico da APO 2014-2017 e compreende todas as ações de tecnologia da informação (TI) indispensáveis para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos”.

Considerando que a vigência da versão 2.0 do PDTI se encerra em 31/12/2016, para os três primeiros meses de 2017, em que ocorrerá o processo de liquidação da Autarquia, foi editado novo PDTI, sendo aprovado em reunião da Diretoria Colegiada, realizada em 21/12/2016, balizando assim, todas as necessidades e conseqüentes contratações de TI em alinhamento aos normativos federais que baseiam estas contratações, em especial a Instrução Normativa nº 04/2014 do Ministério do Planejamento.

c) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica, a Diretoria Executiva é órgão de natureza colegiada, com representação de todas as suas

diretorias (Diretor Executivo e os quatro Diretores Técnicos), com competências que incluem a gestão e administração destinados ao cumprimento da missão institucional da Autarquia.

Nesse contexto, observadas as referidas peculiaridades da gestão do Consórcio e considerando o papel a ser exercido por um Comitê Gestor de TI no âmbito organizacional segundo as boas práticas de TI difundidas, entende-se que a Diretoria Executiva exerça esta função no âmbito da entidade, aprovando os produtos e desempenhando as demais tarefas que lhe são próprias, devidamente assessorada pelos técnicos da área, que compõem o quadro de funcionários da Superintendência de Tecnologia da Informação da Diretoria de Integração, conforme determinado no Despacho nº 177-2014-DE/APO.

Desta maneira, a Diretoria Executiva apreciou e aprovou todos os documentos necessários à formalização e à atualização do PDTI, na qualidade de Comitê de TI, incluindo as renovações de contratos e normativos necessários.

d) Descrição do Plano de Capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

As ações previstas de capacitação técnica dos recursos humanos da APO foram focadas, inicialmente no ano de 2015, visando ao aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos. Tal diretriz está consubstanciada, aliás, na Norma Interna nº 08/2015, aprovada em novembro/2015, que institui, no âmbito da APO, critérios, procedimentos e responsabilidades para participação de servidores em eventos de capacitação. Não foram realizados treinamentos/capacitações no ano de 2016.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários:

Tabela 13 - Força de Trabalho de TI

Nome	Enos Josué Rose
Origem	Servidor da APO (Comissionado sem vínculo)
Formação	Economista Analista de Sistemas Pós-graduado em Sistemas de Informação
Experiência profissional	Ministério do Interior, como Analista de Sistemas; Presidência da República, como Administrador de dados e Coordenador da Divisão de

	Desenvolvimento de Sistemas Ministério das Cidades, como Gerente Sistema Nacional de Informações das Cidades
Função	Superintendente TI, no período de 01/01/2016 à 09/09/2016

Nome	Margarida Maria Marrocos de Araújo
Origem	Tenente-Coronel do Exército Brasileiro (Comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Bacharelado em Administração de Empresas Pós-Graduação em Internet
Experiência profissional	Diretoria de Informática do Exército, como Adjunto da Seção de Informática Escola de Comunicação do Exército, como Instrutora do Curso de Formação de Auxiliar de Informática Comando Militar do Leste, como Adjunto da Seção de Informática da 2ª Seção/CML e Chefe da Seção de Informática e do Centro de Comunicação Arquivo Histórico do Exército, como Chefe da Seção de Informática
Função	Governança de TI, no período de 01/2016 à 08/09/2016 e Superintendente TI substituta, no período de 09/09/2016 à 26/12/2016
Nome	Fagner da Silva de Jesus
Origem	Servidor da APO (Comissionado sem vínculo)
Formação	MBA em Serviços de Telecomunicações pela UFF; Especialista em gestão da Segurança da Informação e Comunicações pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Projetos e Gestão de Redes de Computadores, pela UniverCidade; Certificação Cisco Certified Network Associate (CCNA) – Routing&Switching. Certificação Cisco Certified Design Associate (CCDA). Certificação ITIL Foundations V3
Experiência profissional	Oficial do Exército na área de Tecnologia da Informação e Segurança das Comunicações, responsável por projetos e coordenação de diversas equipes de comunicação, bem como a operacionalização dos centros de coordenação e controle durante os grandes eventos acontecidos no Rio de Janeiro, tais como: a pacificação dos complexos da Penha e do Alemão (2010), a visita do presidente americano Barack Obama (2011), Conferência Rio+20 (2012) e durante a Jornada Mundial da Juventude (2013)
Função	Gerência Infraestrutura de TI
Nome	Joserlan de Pina Malta
Origem	Sargento do Exército Brasileiro (comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Cursos de Manipulação de Imagens, Redes TCP/IP, Segurança da Informação e Squid Proxy pelo 3º Centro de Telemática de Área do Exército Brasileiro na modalidade EAD. Curso de montagem e manutenção de computadores pela Faculdade Castelo Branco.
Experiência profissional	Suporte ao usuário de microinformática
Função	Técnico de rede e suporte a microinformática, no período de 01/2016 à 03/10/2016
Nome	Nilson da Silva Peçanha
Origem	SubTenente do Exército Brasileiro (comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Técnico em Informática
Experiência profissional	Auxiliar administrativo
Função	Técnico de rede e suporte a microinformática
Nome	Lucas Pereira Pessoa
Origem	Cabo do Exército Brasileiro (comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Técnico em Informática

Experiência profissional	Auxiliar administrativo
Função	Técnico de rede e suporte a microinformática
Nome	Carlos Henrique Santos de Sousa
Origem	Soldado do Exército Brasileiro (comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Técnico em Informática
Experiência profissional	*Auxiliar administrativo *Estafeta
Função	Técnico de rede e suporte a microinformática
Nome	Erick Wilson Pires Elias
Origem	Servidor da APO (comissionado sem vínculo)
Formação	Graduado em Tecnologia da Informação
Experiência profissional	Exército Brasileiro como Analista e Desenvolvedor de Sistemas World Control Technology como Desenvolvedor de Sistemas
Função	Gerência de Sistemas
Nome	Anderson Barbosa Campista
Origem	Servidor da APO (comissionado sem vínculo)
Formação	Graduação em Tecnologia de Informática MBA em Gerenciamento de Projetos MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Tecnologia da Informação
Experiência profissional	Exército Brasileiro, como Líder de Projetos Rio + 20, como Consultor de Projetos MD4, como Programador
Função	Desenvolvedor de Sistemas
Nome	José Eduardo Fonseca
Origem	Exército Brasileiro (comissionado, com vínculo com o Exército Brasileiro)
Formação	Engenheiro de Computação
Experiência profissional	Exército Brasileiro como Analista e Desenvolvedor de Sistemas
Função	Desenvolvedor de Sistemas
Nome	Glauce Rose Oliveira
Origem	Servidor da APO (comissionado sem vínculo)
Formação	Engenheira Elétrica
Experiência profissional	NET Rio e Exército Brasileiro como Analista e Desenvolvedor de Sistemas
Função	Desenvolvedora de Sistemas

f) Descrição dos processos de gerenciamentos de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Podem ser divididos em duas categorias principais:

- **Desenvolvimento de Sistemas:** Foi adotada, neste segmento, a metodologia SCRUM – metodologia de gerenciamento de projetos de desenvolvimento de sistemas que realiza entregas de curto prazo por meio de processos ágeis. Nesta metodologia, é dada ênfase ao projeto funcional e de dados, passando para uma imediata implementação da interface com a participação do usuário, priorizando pequenas entregas que agregam valor ao negócio e

fazendo com que os produtos sejam entregues com baixo índice de retrabalho. A medição de esforço das demandas é realizada por ferramentas SCRUM, bem como o controle das entregas, os prazos e a alocação de recursos humanos.

- **Infraestrutura de TI:** Buscando aprimorar os serviços prestados pela TI/DI e visando continuar com a qualidade e a gestão eficiente dos recursos, foi consolidada a Central de Serviços de TI, baseada em uma ferramenta totalmente disponibilizada como software livre (GLPI - <http://glpi-project.org>) para a gestão de seus serviços. Tal metodologia mostrou-se oportuna para a solicitação de serviços, já sendo internalizada pela instituição e seus colaboradores, otimizando recursos e as capacidades de resolução de incidentes e requisições.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

As informações abaixo lançadas encontram detalhamento no PDTI – Versão 2.0. Alguns dos projetos abaixo descritos se referem a aquisições iniciadas e efetivadas no ano de 2015, com instalação de equipamentos e realização de serviços consolidados no ano de 2016.

Tabela 14 - Contratações previstas no PDTI e realizadas em 2016

Contratação	Valor contratado (período de 12 meses)	Data de término
Locação de microcomputadores e notebooks	R\$323.880,00 (valor estimado)	23/jan/2017
Serviço de impressão, cópia e digitalização	R\$ 48.843,00 (valor estimado)	31/12/2016
Licença Enterprise Server MySQL	R\$17.473,00	12/abr/2017
Serviço de acesso à internet	R\$359.311,98 (valor estimado)	30/jun/2017 (encerrado em 27/01/2017)
01 (um) certificado digital	R\$875,00	06/jul/2017
Serviço de banco de dados de <i>mailing</i>	R\$8.160,00	24/fev/2017

h) Desenvolvimento de Sistemas:

Durante o ano de 2016, a Supervisão de Sistemas implementou 02 (dois) novos sistemas e realizou diversas manutenções evolutivas e corretivas.

• Manutenções corretivas/evolutivas realizadas no primeiro trimestre de 2016: Otimização da funcionalidade de mapeamento dos marcos acompanhados (MAP), melhoria nas regras de contágio e

criação de modal (pop-up) com informações dinâmicas; desenvolvimento de módulo de georreferenciamento dinâmico; e desenvolvimento de módulos para criação de perímetros e de linhas georreferenciadas. Todas estas ações foram realizadas no SIOp.

•Manutenções corretivas/evolutivas realizadas no segundo trimestre de 2016: Desenvolvimento do Vídeo Wall do SIOp; criação de relatórios para composição do projeto legado e implementação de funcionalidades para compactação de arquivos de memórias no Sistema de Acompanhamento; criação do mecanismo de notificações e correções no relatório operacional no SIOp.

i) Aquisição de Softwares de Apoio:

A APO segue a diretriz da Administração Pública Federal de priorizar o uso de softwares livres e gratuitos. Em caso de requisitos técnicos específicos não atendidos por softwares livres, por desenvolvimento interno ou para incorporação de sistemas já existentes, foram adquiridos softwares de prateleira.

Durante o período, foi renovada apenas 01 (uma) licença de 12 meses do Banco de Dados Enterprise Server MySQL.

j) Apoio aos entes consorciados:

Durante a realização dos Jogos, a APO apoiou os entes consorciados em atividades nos Centros de Comando, Coordenação e Comunicação dos Jogos com o empréstimo, configuração e transferência de conhecimento quanto ao uso do equipamento de videoconferência desta APO para uso no Centro de Prontidão Federal (CPF), montado pelo Ministério do Esporte para o acompanhamento dos Jogos.

Além da estruturação do Videowall para a Casa Brasil, foram instalados na Casa Brasil um equipamento de videowall e três televisores *touchscreen*, estes para interação direta do público com as funcionalidades do sistema.

Outra parceria firmada foi com o *Rio Media Center*, centro aberto de mídia estruturado pela Prefeitura do Rio, no qual colaboraram servidores da área de comunicação da APO e onde foi instalado o outro equipamento de videowall de propriedade da instituição, para composição do espaço e apoio às atividades.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de Acesso do Cidadão

O sítio institucional da APO (www.apo.gov.br) foi o principal veículo disponibilizado para proporcionar ao cidadão as informações procuradas, bem como para dar transparência aos processos e procedimentos conduzidos pela Autarquia.

As informações sobre a atuação da APO, sua composição, portarias e resoluções, além do detalhamento da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos e respectivas metodologias, foram organizadas por áreas olímpicas e instalações, constando ainda de canais de contato com a instituição e do detalhamento do procedimento utilizado para pedidos de informações com base no previsto na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527, de 18/11/2011).

Coerente com o princípio da transparência, foram intensificadas e ampliadas a interação com o cidadão por meio das mídias sociais, tendo sido aumentado o monitoramento sobre as demandas visando ao seu pronto atendimento.

No tocante ao relacionamento com a mídia, buscou-se uma ampla divulgação e contato com diversos órgãos nacionais e estrangeiros. A Assessoria de Comunicação da APO iniciou o ano de 2016 mobilizada para a divulgação da quarta atualização da Matriz de Responsabilidades, realizada no dia 29 de janeiro de 2016. A imprensa nacional e estrangeira foi convocada para a APO apresentar os dados do documento que indicou os responsáveis pelos recursos e pela execução de cada projeto olímpico exclusivo dos Jogos Rio 2016.

Ao longo do ano, o presidente da APO, Marcelo Pedroso, porta-voz da instituição, concedeu uma série de entrevistas para fazer balanços gerais da preparação e contribuir com a transparência do processo de organização do evento. A ASCOM recebeu na sede da Autarquia jornalistas dos mais importantes veículos de imprensa nacionais, como também internacionais, entre os quais se destacam New York Times (EUA), Al Jazeera (Catar), CBC (Canadá) e NHK (Japão). Faltando 200 dias para o início dos Jogos Olímpicos, a ASCOM programou uma entrevista especial para a TV NBR.

A equipe de comunicação também acompanhou o presidente da APO na entrega das instalações esportivas ao Comitê Rio 2016, como o Centro Aquático no Complexo Esportivo de Deodoro, o Estádio Aquático, o Media Press Center e o Live Site no Parque Olímpico da Barra.

O serviço meteorológico dos Jogos participou da pauta de entes parceiros, cuja integração dos institutos que forneceram as informações foi coordenada pela APO. Jornalistas do site Brasil 2016 e da TV NBR, acompanhados pela equipe de Comunicação da APO, conheceram as boias meteorológicas

situadas na Baía de Guanabara e fizeram matérias para divulgar o tema. Em entrevista, Marcelo Pedroso ressaltou a importância da criação de uma plataforma unificada, que permite a integração dos dados fornecidos por diferentes órgãos. Esse banco de dados ficou como legado dos Jogos para o país.

A agenda de abril foi especialmente intensa com ampla divulgação de assuntos relacionados aos Jogos na mídia. No mês da última reunião do Comitê de Coordenação antes dos Jogos, o Comitê Olímpico Internacional (COI) declarou à imprensa confiança na entrega dos compromissos assumidos pelo Brasil para a realização do megaevento.

O mês de abril marcou ainda os 100 dias para os Jogos, data em que a tocha olímpica foi acesa na cidade grega de Olímpia. Em Atenas, o fogo sagrado foi entregue oficialmente aos brasileiros, dando início ao revezamento da tocha em território brasileiro no início de maio. As cerimônias na Grécia foram acompanhadas pela APO, que representou o Brasil ao lado de integrantes do governo brasileiro e do Comitê Rio 2016.

A ASCOM assessorou o presidente da APO no atendimento a jornalistas estrangeiros na Grécia, contribuindo para divulgar os Jogos Rio 2016 no exterior. Houve ainda a produção de pautas com grandes veículos de comunicação como TV Globo, SporTV, ESPN, Folha de S. Paulo e para o site americano AroundtheRings, além de vasta produção de material institucional para o site (www.apo.gov.br) e redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram).

O presidente da APO também acompanhou a chegada da tocha a Brasília, em cerimônia no Palácio do Planalto, acompanhado pela assessoria de imprensa. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff passou a tocha para a capitã da seleção brasileira de vôlei, Fabiana Claudino, que foi a primeira condutora no país.

A APO foi representada na condução da tocha por cinco servidores, em Curvelo (MG), em Governador Valadares (MG), em Campo Grande (MS) e em Porto Velho (RO). Dois servidores foram acompanhados pela assessoria de imprensa, que produziu material institucional para os sites e redes sociais.

Na primeira metade do ano, o presidente da APO assinou dois artigos elaborados pela equipe de Comunicação na editoria de Opinião do Jornal O Globo sobre os desafios e o legado dos Jogos Paraolímpicos e os preparativos a 100 dias para os Jogos Olímpicos.

Ao longo dos meses, a equipe de Comunicação continuou com elaboração de material de divulgação para o site e redes sociais, divulgando os eventos-teste, acompanhados pela APO, e manteve contato direto e frequente com jornalistas para esclarecimentos pontuais relacionados à organização dos Jogos Rio 2016, contribuindo para a divulgação dos esforços dos entes

governamentais e para a geração de expectativa positiva em relação à primeira Olimpíada da América do Sul.

7.2. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

O sítio da APO apresenta recursos de acessibilidade, norteado pela Lei 10.098/2000 e pelo Decreto 5296/2004 e normas da ABNT. Adaptável a tablets e celulares, tem cores claras e destaque para fotos e manchetes. As fotos possuem texto alternativo para os programas de navegação para deficientes visuais. Foram incluídas também as opções de alto contraste e escala de cinza, além da funcionalidade de aumentar fonte.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi implementado em junho de 2013, em consonância com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011). Além disso, a Autarquia conta com um sistema eletrônico para recebimento e gerenciamento dos pedidos de acesso à informação (e-SIC), disponível no site da APO. Com a adoção do e-SIC, o cidadão passou a contar com mais um canal para obtenção de informações de seu interesse, além de poder solicitá-las presencialmente, por telefone ou por correio postal.

Na página da APO, considerando os princípios da transparência ativa, no âmbito de suas competências, estão disponibilizadas informações, em observância ao § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Além disso, em atendimento à Portaria CGU nº 572/2010, eram encaminhadas, mensalmente, planilhas relativas aos contratos da APO para a publicação no Portal dos Jogos Rio 2016.

A APO será extinta em 31/03/2017 e, portanto, quaisquer solicitações de informações posteriores a esta data, deverão ser submetidas ao seu sucessor ou pesquisadas no acervo documental da APO, que estará disponível no Arquivo Nacional, conforme previsto no art. 10 da Resolução do CPO nº 23 de 19/12/2016, a saber: “Art. 10 Eventuais obrigações remanescentes decorrentes da extinção do consórcio público ficarão sob responsabilidade da União.”

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Desempenho Financeiro no Exercício

A autarquia utiliza o Sistema Integrado de Administração Federal do Governo Federal – SIAFI para sua execução orçamentária, financeira e contábil. Não obstante a utilização do SIAFI, a Autoridade Pública Olímpica – APO, por ser um consórcio de Direito Público, está sujeita a todos os princípios que norteiam a administração pública, devendo seguir as orientações e normativos da Secretaria de Tesouro Nacional, bem como o disposto na Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e Portaria STN/MF nº 72/2012, entre outros, sendo esta última aplicada, obrigatoriamente, a partir de 2013.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

8.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Autoridade Pública Olímpica – APO adota os critérios e procedimentos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão sugerida pela macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo das quotas de depreciação utilizado foi o método linear ou quotas constantes, ou seja, método que contabiliza, como despesa ou custo, uma parcela constante do valor do bem em cada período, aplicado uniformemente. O controle dos bens e cálculo da depreciação é realizado via planilha eletrônica própria, tendo em vista a pequena quantidade de bens a serem controlados.

8.3. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Os procedimentos executados pela Setorial Contábil são orientados pelos Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público, dentre elas citamos:

- Lei nº 4.320 de 17/03/1964 - Lei das Normas Gerais de Direito Financeiro;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas do Setor Público (NBC T 16);
- Lei nº 10.180 de 06/02/2001 – Do Sistema de Contabilidade Federal;
- Decreto 6.976 de 01/10/2009; e
- Macro funções STN 020315, 020318, 020319, 020330, 021006 e 021003.

A Setorial Contábil realiza acompanhamento diário nas “Equações de Auditor de Rotina Contábil” transação disponível no SIAFI, referente à rotina da Conformidade Contábil, a fim de evitar inconsistências contábeis no Balanço, visando prevenir a ocorrência de impropriedades e irregularidades.

Quando encontrada alguma inconsistência, as áreas são informadas ou inquiridas por meio de Notas Técnicas ou mensagens eletrônicas, solicitando e orientando os procedimentos para regularização.

Para realização e registro da Conformidade Contábil, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos registros, dos saldos das contas e dos demonstrativos, feita mensalmente;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras; e
- A análise dos documentos de suporte realizada pelo responsável e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

8.4. Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Remanejamento das demonstrações para a seção de APÊNDICES E ANEXOS

Anexo I - Demonstrações contábeis, Notas Explicativas e Declaração do Contador

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Controladoria Geral da APO, no desempenho das ações de controle e auditoria, tem em suas competências regimentais, o atendimento e formulação de respostas aos órgãos de auditoria dos Governos Federal, Estadual e Municipal e do Tribunal de Contas da União e a interação com os controles internos e externos da Administração Pública, exercendo a interface institucional com entidades externas de controle e atuando no provimento de informações, conforme consta dos incisos IV e IX, dos artigos 19 e 20, respectivamente, do Estatuto.

Concomitantemente, subordinada à Diretoria de Integração, a APO possui a Superintendência de Atendimento a Demandas (SAD), unidade orgânica de direção e supervisão, que tem em sua área de atuação, dentre outras atribuições, a consolidação de informações para atendimento a demandas externas, conforme artigo 36-A do Regimento Interno (incluído pela Resolução nº4, de 15/3/2016, da Diretoria Colegiada).

Para o pronto atendimento às requisições e aos acórdãos do TCU, além do controle realizado pelos servidores, visando ao cumprimento dos prazos, a APO conta com um sistema informatizado, denominado “Sistema de Controle Demandas Externas - SCDE”. Nele foram inseridos todos os ofícios de requisições, as solicitações de auditoria, os ofícios de respostas, assim como os acórdãos e os relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, proporcionando um controle mais efetivo das demandas solicitadas.

Numa visão geral, foram realizadas as seguintes deliberações em acórdãos do exercício de 2016:

Acórdão nº 2265/2016 - Plenário– Pedido de Reexame interposto pela APO relativo ao subitem 9.3 do Acórdão nº 1856/2015-Plenário - Processo TC 007.973/2015-2 - Consolidação de Fiscalizações sobre a Estrutura de Governança, a Gestão e a Execução dos Projetos relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Quantitativo de determinações: 01(uma) determinação.

Determinação do Acórdão nº 1856/2015 - Plenário:

9.4. determinar à Autoridade Pública Olímpica (APO), com fundamento no art. 43, inciso I c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de sessenta dias da prolação deste

acórdão, disponibilize em seu sítio eletrônico as informações constantes do subitem 9.3 acima, exceto as que forem consideradas sigilosas.

Breve histórico: O pedido de reexame realizado pela APO foi encaminhado em 9/9/2015, referente ao subitem 9.3 Acórdão nº 1856/2015 -TCU - Plenário. Foi julgado em 31/8/2016, reconhecido pelo TCU, que lhe negou provimento (Acórdão nº 2265/2016-Plenário). Esta Autarquia foi notificada do teor do Acórdão nº 2265/2016 – Plenário por meio do Ofício 0033/2016-TCU/Coinfra, de 26/9/2016.

Providências adotadas: Respondido pelo Ofício nº 219/2016/PRESI-APO, de 09/11/2016.

Acórdão nº 1088/2016- Plenário –Processo TC 004.185/2014-5 -Pedido de Reexame interposto pela Autoridade Pública Olímpica dos itens 9.7.2, 9.7.3, 9.7.4 e 9.7.5 do Acórdão nº 1.784/2015-Plenário- Nível de aderência da Matriz de Responsabilidades à Legislação.

Quantitativo de determinações: 02(duas) determinações.

Determinações:

9.2. em substituição às determinações contidas nos itens 9.7.2 e 9.7.3 do Acórdão 1.784/2015-TCU - Plenário, determinar à Autoridade Pública Olímpica, com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. no prazo máximo de 90 (noventa) dias, altere a Metodologia para Elaboração da Matriz de Responsabilidades e publique nova atualização do documento, de modo que sejam apresentados todos os valores e datas previstos para os projetos dos Jogos, incluindo aqueles ainda não licitados, independentemente do nível de maturidade, inclusive em relação às informações das possíveis transferências de responsabilidades do Comitê Organizador dos Jogos aos entes públicos, conforme estabelece o inciso IV, Cláusula Terceira do Contrato de Consórcio, referendado pelas Leis Federal 12.396/2011, Estadual 5.949/2011 e Municipal 5.260/2011, e determina o princípio da publicidade, contido no art. 37 da Constituição Federal, respeitada a possibilidade de orçamentos sigilosos para as licitações conduzidas segundo os procedimentos do Regime Diferenciado de Contratações, na forma prevista na Lei 12.462/2011, com amplo acesso aos órgãos de controle;

9.2.2. no prazo máximo de 90 (noventa) dias, altere os critérios para a seleção dos projetos que integram a Carteira de Projetos Olímpicos e publique nova atualização do documento, de modo que sejam apresentados todos os valores e datas previstos para as obras e serviços essenciais para a realização dos Jogos, incluindo aqueles projetos ainda não licitados, independentemente do nível de maturidade, bem como aqueles a cargo do Comitê Rio 2016, conforme estabelece o subitem 4 do documento que disciplina os critérios estabelecidos pela APO para seleção dos projetos a serem

monitorados, o inciso VII, Cláusula Terceira, do Contrato de Consórcio, referendado pelas Leis Federal 12.396/2011, Estadual 5.949/2011 e Municipal 5.260/2011, e determina o princípio da publicidade, contido no art. 37 da Constituição Federal, respeitada a possibilidade de orçamentos sigilosos para as licitações conduzidas segundo os procedimentos do Regime Diferenciado de Contratações, na forma prevista na Lei 12.462/2011, com amplo acesso aos órgãos de controle;

Breve histórico: O Pedido de Reexame foi encaminhado ao TCU, em 2015, relativo aos subitens 9.7.2., 9.7.3., 9.7.4. e 9.7.5 do Acórdão nº 1.784/2015. Foi julgado em 04/5/2016, pelo Acórdão nº 1088/2016 – TCU- Plenário.

Providências adotadas: Em resposta, foram encaminhados os Ofícios nº114/2016/PRESI/APO, de 15/6/2016; Ofício nº 144/2016/PRESI/APO, de 15/7/2016 e Ofício nº 179/2016/PRESI/APO, de 16/8/2016.

Ressalta-se que todas as determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União durante o exercício de 2016 foram atendidas.

9.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2016, não houve Auditoria de Contas realizada pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.

Todavia, das 08 (oito) recomendações que permaneceram em monitoramento relativas ao exercício de 2015, restou apenas 01 (uma) recomendação em monitoramento referente ao planejamento da desmobilização da APO.

Anexo I -

Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Declaração do Contador



AGUARDAR PÉTIMA CUBA PELA

Balanco Financeiro

91214 - Autoridade Pública Olímpica

Diretoria Executiva

Exercício: 2016

Mês: Dezembro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS			Em R\$
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	
Receitas Orçamentárias	7.640.475,44	10.257.988,03	Despesas Orçamentárias	28.594.759,99	29.026.956,43	
Ordinárias	0,00	0,00	Ordinárias	0,00	0,00	
Vinculadas	7.640.485,73	10.257.988,03	Vinculadas	28.594.759,99	29.026.956,43	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.620.852,24	10.257.988,03	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.230.411,06	29.026.956,43	
Demais Recursos	19.633,49	0,00	Demais Recursos	20.364.348,93	0,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-10,29	0,00				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00	
Resultantes da Execução Orçamentária	0,00	0,00	Resultantes da Execução Orçamentária	0,00	0,00	
Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00	
Aporte ao RPPS	0,00	0,00	Aporte ao RPPS	0,00	0,00	
Aporte ao RGPS	0,00	0,00	Aporte ao RGPS	0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários	732.290,36	1.640.267,19	Despesas Extraorçamentárias	1.352.782,18	1.992.837,74	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	0,00	3.955,23	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.177,80	0,00	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	710.684,21	1.630.567,94	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.328.998,23	1.987.093,72	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	21.606,15	5.744,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	21.606,15	5.744,02	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00	
Passivos Transferidos	0,00	0,00				
Saldo do Exercício Anterior	70.926.754,71	90.048.293,66	Saldo para o Exercício Seguinte	49.351.978,34	70.926.754,71	
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.926.754,71	90.048.293,66	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.351.978,34	70.926.754,71	
TOTAL	79.299.520,51	101.946.548,88	TOTAL	79.299.520,51	101.946.548,88	

Fonte: SIAFI 2016

Jorge Lucio G. Marques

Contador CRCO,00RJ 087505/O7



Balanco Orçamentário
91214 - Autoridade Pública Olímpica
Diretoria Executiva
Exercício: 2016
Mês: Dezembro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
RECEITAS CORRENTES	19.617.743,00	19.617.743,00	7.640.475,44	-11.977.267,56
Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	7.620.852,24	7.620.852,24
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	7.620.852,24	7.620.852,24
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	19.617.743,00	19.617.743,00	1.000,00	-19.616.743,00
Transferências Intergovernamentais	19.617.743,00	19.617.743,00	1.000,00	-19.616.743,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	18.623,20	18.623,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	10,29	10,29
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	18.612,91	18.612,91
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANT.	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	19.617.743,00	19.617.743,00	7.640.475,44	-11.977.267,56
REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19.617.743,00	19.617.743,00	7.640.475,44	-11.977.267,56
DÉFICIT	0,00	0,00	20.954.284,55	20.954.284,55
TOTAL	19.617.743,00	19.617.743,00	28.594.759,99	8.977.016,99
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	0,00	10.382.257,00	10.382.257,00	0,00
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	0,00	10.382.257,00	10.382.257,00	0,00

FONTE: SIAT 2016



Balanco Orçamentário
91214 - Autoridade Pública Olímpica
Diretoria Executiva
Exercício: 2016
Mês: Dezembro

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	19.617.743,00	30.000.000,00	28.594.759,99	27.884.075,78	27.884.075,78	1.405.240,01
Pessoal e Encargos Sociais	15.526.743,00	24.491.673,54	23.091.672,84	22.720.518,59	22.720.518,59	1.400.000,70
Outras Despesas Correntes	4.091.000,00	5.508.326,46	5.503.087,15	5.163.557,19	5.163.557,19	5.239,31
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.617.743,00	30.000.000,00	28.594.759,99	27.884.075,78	27.884.075,78	1.405.240,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19.617.743,00	30.000.000,00	28.594.759,99	27.884.075,78	27.884.075,78	1.405.240,01
TOTAL	19.617.743,00	30.000.000,00	28.594.759,99	27.884.075,78	27.884.075,78	1.405.240,01

ANEXO 1 - Demonstrativos de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	71.439,74	1.581.499,58	1.327.039,63	1.327.039,63	265.592,40	60.307,29
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	557.924,34	557.009,31	557.009,31	915,03	0,00
Outras Despesas Correntes	71.439,74	1.023.575,24	770.030,32	770.030,32	264.677,37	60.307,29
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	49.068,36	1.958,60	1.958,60	47.109,76	0,00
Investimentos	0,00	49.068,36	1.958,60	1.958,60	47.109,76	0,00
TOTAL	71.439,74	1.630.567,94	1.328.998,23	1.328.998,23	312.702,16	60.307,29



Balanco Orçamentário
91214 - Autoridade Pública Olímpica
Diretoria Executiva
Exercício: 2016
Mês: Dezembro

ANEXO 2 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	0,00	3.955,23	2.177,80	0,00	1.777,43
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3.955,23	2.177,80	0,00	1.777,43
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.955,23	2.177,80	0,00	1.777,43

FUNTE: SIAFI 2016


Jorge Lucio G. Marques

Contador CRC RJ 087505/07



Balanco Patrimonial

91214 - Autoridade Pública Olímpica

Diretoria Executiva

Exercício: 2016

Mês: Dezembro

ATIVO		PASSIVO				Em R\$
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		49.510.668,66	70.965.173,20	PASSIVO CIRCULANTE	1.777,43	3.955,23
Caixa e Equivalentes de Caixa		49.351.978,34	70.926.754,71	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		137.253,37	7.583,33	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	2.177,80
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques		21.436,95	30.835,16	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
VPDs Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00
				Demais Obrigações a Curto Prazo	1.777,43	1.777,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE		867.054,09	1.019.301,95	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag de Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Imobilizado		867.054,09	1.019.301,95	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
				Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Bens Móveis				Provisões de Longo Prazo	0,00	0,00
Bens Móveis				Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis		1.166.518,73	1.164.560,13	Resultado Diferido	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-299.464,64	-145.258,18	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.777,43	3.955,23
		0,00	0,00			
Bens Imóveis				ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis				Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		0,00	0,00	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		0,00	0,00	Reservas de Capital	0,00	0,00
		0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
		0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
		0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
		0,00	0,00	Resultados Acumulados	50.375.945,32	71.980.519,92
		0,00	0,00	Resultado do Exercício	-21.596.975,47	-17.261.989,05
		0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	71.980.519,92	89.256.787,64
		0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-7.599,13	-14.278,67
		0,00	0,00	(0,00) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.375.945,32	71.980.519,92
TOTAL DO ATIVO		50.377.722,75	71.984.475,15	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.377.722,75	71.984.475,15



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Balanco Patrimonial

91214 - Autoridade Pública Olímpica

Diretoria Executiva

Exercício: 2016

Mês: Dezembro

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO		49.351.978,34	70.926.754,71	PASSIVO FINANCEIRO	772.768,93
ATIVO PERMANENTE		1.025.744,41	1.057.720,44	PASSIVO PERMANENTE	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	49.604.953,82
					70.278.512,24


Quadro de Compensações

ATIVO		2016	2015	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		182.794,16	182.794,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	5.087.505,61
Execução dos Atos Potenciais Ativos		182.794,16	182.794,16	Execução dos Atos Potenciais Passivos	5.087.505,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		182.794,16	182.794,16	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00
Direitos Contratuais a Executar		0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	5.968.978,56
TOTAL		182.794,16	182.794,16	TOTAL	5.968.978,56

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	0,00
Recursos Vinculados	48.579.209,41
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	28.053.783,80
Demais Recursos	20.525.425,61
TOTAL	48.579.209,41

Fonte: SIAFI 2016


Jorge Lúcio G. Marques
Contador CRC RJ 087505/O7

**Fluxo de Caixa**

91214 - Autoridade Pública Olímpica

Diretoria Executiva

Exercício: 2016

Mês: Dezembro

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
	-21.572.817,77	-18.178.562,28
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias	7.662.081,59	10.263.732,05
Remuneração das Disponibilidades	7.639.475,44	10.257.988,03
Outras Receitas Derivadas e Originárias	7.620.852,24	10.257.988,03
Transferências Correntes Recebidas	18.623,20	0,00
Intergovernamentais	1.000,00	0,00
Dos Municípios	1.000,00	0,00
Outros Ingressos das Operações	1.000,00	0,00
Ingressos Extraorçamentários	21.606,15	5.744,02
Transferências Financeiras Recebidas	21.606,15	5.744,02
	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas	-29.234.899,36	-28.442.294,33
Desporto e Lazer	-29.213.293,21	-28.436.550,31
Juros e Encargos da Dívida	-29.213.293,21	-28.436.550,31
Transferências Concedidas	0,00	0,00
Outros Desembolsos das Operações	0,00	0,00
Dispêndios Extraorçamentários	-21.606,15	-5.744,02
Dispêndios Extraorçamentários	-21.606,15	-5.744,02
	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.958,60	-942.976,67
INGRESSOS		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.958,60	-942.976,67
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.958,60	-942.976,67
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS		
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-21.574.776,37	-19.121.538,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	70.926.754,71	90.048.293,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	49.351.978,34	70.926.754,71

Fonte: SIAFI 2016

Jorge Lucio G. Marques

Contador CRC RJ 087505/O7

**Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP**

91214 - Autoridade Pública Olímpica

Diretoria Executiva

Exercício: 2016

Mês: Dezembro

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			Em R\$
	2016	2015	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.640.475,44	10.889.963,55	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	
Contribuições	0,00	0,00	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.620.852,24	10.257.988,03	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.620.852,24	10.257.988,03	
Transferências e Delegações Recebidas	1.000,00	0,00	
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	
Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	631.975,52	
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	325.580,00	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	306.395,52	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	18.623,20	0,00	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18.623,20	0,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	29.237.450,91	28.151.952,60	
Pessoal e Encargos	25.137.990,09	22.205.550,87	
Remuneração a Pessoal	16.081.929,29	15.856.231,36	
Encargos Patronais	2.279.513,61	2.031.365,58	
Benefícios a Pessoal	1.997.715,56	411.574,75	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.778.831,63	3.906.379,18	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.215.395,51	3.812.755,26	
Uso de Material de Consumo	52.629,39	61.374,11	
Serviços	3.008.575,46	3.628.194,68	
Depreciação, Amortização e Exaustão	154.190,66	123.186,47	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10,29	0,00	
Juros e Encargos de Mora	10,29	0,00	
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00	
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	253.011,66	
Desincorporação de Ativos	0,00	253.011,66	
Tributárias	0,00	0,00	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	884.055,02	1.880.634,81	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	884.055,02	1.880.634,81	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-21.596.975,47	-17.261.989,05	

VARIAÇÃO PATRIMONIAL QUALITATIVA		
	2016	2015

Fonte: SIAFI 2016

Jorge Lúcio G. Marques

Contador CRC RJ 087505/07

APO

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DENOMINADO AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA – APO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Autoridade Pública Olímpica é uma Autarquia em regime especial constituída sob a forma de Consórcio Público pela Lei 12.396 de 21 de março de 2011, e regulamentada pelos Decretos nº 7.560 de 08 de setembro de 2011 e nº 7.615 de 17 de novembro de 2011 e, conforme Cláusula quarta do anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o COI para esses fins.

A APO é o primeiro Consórcio Público do país formado por entes de diferentes esferas da Federação, sendo eles: Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o que caracteriza a APO como um Órgão único, com especificidades próprias em sua execução.

O Consórcio Público APO *não integra* Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e Estatal da União. Por decisão de gestão, utiliza o Sistema Integrado de Administração Federal do Governo Federal – SIAFI para sua execução orçamentária, financeira e contábil, trabalhando na limitação dos prazos de fechamento mensal e de encerramento do ano civil, conforme determinações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Com a promulgação da Lei municipal nº 6.107, de 05 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro nº 175, de 06 de dezembro de 2016, o ente Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, retirou-se do Consórcio Público.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Não obstante a utilização do SIAFI para sua execução orçamentária, financeira e contábil, a Autoridade Pública Olímpica – APO, por ser um consórcio de Direito Público, está sujeita a todos os princípios que norteiam a administração pública, devendo seguir as orientações e normativos da Secretaria de Tesouro Nacional, bem como o disposto na Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e Portaria STN/MF nº 72/2012, entre outros.

APO

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, o Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional - integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, bem como as Instruções e Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 – Critérios na Elaboração das Demonstrações Contábeis e informações complementares

3.1 - Das Receitas e Despesas

O orçamento do Consórcio Público APO é um instrumento *não legislativo* e obedece às normas gerais de direito financeiro aplicável às entidades públicas. Os registros contábeis, no aspecto orçamentário, abrangeram as etapas de previsão e execução das receitas e das despesas, nas respectivas classificações orçamentárias codificadas de acordo com a Portaria STN/SOF nº 163 de 04/05/2011, bem como o disposto no art. 35 da Lei 4.320/64, considerando como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

A Cláusula Vigésima do anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que trata das relações financeiras com os consorciados, especifica em seu Parágrafo Primeiro que as despesas da Autarquia serão custeadas pelos três entes consorciados, conforme Contrato de Rateio firmado, anualmente. O repasse dos recursos financeiros pelos entes consorciados ao Consórcio deve ocorrer durante a vigência do instrumento contratual – 31 de dezembro do ano de assinatura do contrato.

No exercício de 2016 não foi firmado Contrato de Rateio entre os entes, não havendo, assim, arrecadação de receitas oriundas dessa natureza financeira. Os recursos executados em 2016 foram àqueles apurados no superávit havido em 2015 que foi de R\$ 69.220.791,80 e atenderam ao objeto de sua vinculação.

A Lei 4.320/1964 dispõe que a disponibilidade de recursos do exercício anterior é fonte para abertura de crédito adicional. Desta forma, novas despesas podem ser incluídas ao orçamento anual sem que haja novas receitas no exercício, mas, com a utilização de uma parte dos recursos financeiros não comprometidos com restos a pagar, apurados em 31 de dezembro do ano anterior que se constituem, igualmente, fonte para essas novas despesas. A utilização da disponibilidade de recursos de exercícios anteriores é particularmente necessária para o caso da Autoridade Pública Olímpica para que a autarquia possa executar as suas despesas ao longo do próximo exercício.

Prezando pela boa e regular execução dos recursos públicos a autarquia, autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, mantém a aplicação de seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional, auferindo rendimentos de mercado que a cada exercício são incorporados às suas receitas para utilização em caso de necessidade.

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Os recursos auferidos, frutos dos rendimentos dessas aplicações financeiras, foram utilizados pela primeira vez, desde o início da aplicação na Conta Única do Tesouro, para custear despesas com pessoal, a partir domês de agosto.

3.2 – Das Contas do Balanço

As demonstrações contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, elaboradas segundo as regras contidas na 6ª edição do MCASP, aprovado pela Portaria STN nº 700/2014.

O *Superávit* do exercício apurado no Balanço Patrimonial é de R\$ 48.579.209,41 e representa a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

Os Restos a Pagar no montante de R\$772.768,93 atenderam ao disciplinado nas normas exaradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - Macrofunção SIAFI 02.03.18 – Encerramento do Exercício.

O valor de R\$ 1.777,43 de Restos a Pagar Processado, inscritos no exercício de 2015, não tiveram seus impedimentos operacionais resolvidos até o final do exercício em questão e refere-se à retenção, parcial, de valor devido a prestador de serviço - contrato administrativo de serviços de locação de veículos para a cidade de Brasília -, para a quitação de pendência de verba rescisória trabalhistas. Este saldo está representado no Balanço Patrimonial na rubrica Demais Obrigações à Curto Prazo.

O valor de R\$ 710.684,21 foi classificado como Restos a Pagar não Processados a Liquidar e se refere às despesas realizadas que, no momento da sua inscrição, não estavam liquidadas, sendo sua inscrição condicionada à indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora. Ainda, foram reinscritos no exercício o montante de R\$ 60.307,29.

Em R\$

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR	VALOR
Restos a Pagar Processados	1.777,43
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	710.684,21
Restos a Pagar Não processados a Liquidar Reinscritos	60.307,29
TOTAL	772.768,93

3.2.1 –Do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP;

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais;

Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); e,

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – *Disponibilidade por Destinação de Recurso*, segregado por Fonte / Destinação de Recursos.

3.2.1.1 – Gestão Patrimonial

A realidade patrimonial da autarquia encontra-se comprometida, tendo em vista que não foi realizado o procedimento de Inventário Anual dos Bens Móveis – Almojarifado e Imobilizado. Nos dias 07/12/2016 e 30/12/2016 foram publicadas no Diário Oficial da União as resoluções nº 06 e nº 07, respectivamente, que tratam das doações dos bens patrimoniais registrados na rubrica 12.311.00.00 – *Bens Móveis*, sem o respectivo registro de movimentação de baixa, junto ao SIAFI, até o encerramento do exercício.

3.2.1.2 – Créditos a Curto Prazo

A rubrica Demais Créditos e Valores a Curto Prazo se refere a Adiantamentos Concedidos a Pessoal no montante de R\$137.253,37 e representa as apropriações realizadas em dezembro/16. Tais adiantamentos estão compostos por:

DESCRIÇÃO		Em R\$ VALOR
1.1.3.1.1.01.01	13º Salário	44.533,29
1.1.3.1.1.01.02	1/3 Férias	80.372,08
1.1.3.1.1.01.05	Salários e Ordenados	12.348,00
Total		137.253,37

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

3.2.1.3 – Direitos a Receber

Ausência de registro de direitos a receber na rubrica 11.381.06.01 -*Valores a Recuperar por Devolução de Despesas Estornadas* -, referente às despesas com diárias pagas, a mais, no montante de R\$ 2.678,12, reconhecida nos processos de controle e prestação de contas. Após tratativas administrativas parte deste montante – R\$ 2.443,38 -, foi recolhida no início do exercício subsequente.

3.2.1.4 – Estoques

No estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da autarquia, registrados pelo valor de aquisição, sendo o saldo composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		Em R\$ 2016
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de Consumo	1.745,32
1.1.5.6.1.02.00	Gêneros Alimentícios	700,71
1.1.5.6.1.04.00	Material de Telecomunicação	0,00
1.1.5.6.1.07.00	Material Gráfico	339,92
1.1.5.6.1.08.00	Material de Expediente	18.651,00
Total		21.436,95

3.2.1.5 – Imobilizado

O saldo de 867.054,09 representa o saldo do Ativo Imobilizado e corresponde aos direitos que tenham por objeto, bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da autarquia.

3.2.1.5.1 – Depreciação

A Depreciação é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Os procedimentos contábeis para controle de imobilizado e respectiva mensuração da depreciação atendem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando-se o método linear baseado em percentuais que consideram a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado para o exercício está descrito abaixo, conforme sugere a Macrofunção SIAFI 02.03.30:

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

DESCRIÇÃO		VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
12.311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
12.311.01.05	Equipamento Proteção, Segurança e Socorro.	10	10%
12.311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
12.311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos.	10	10%
12.311.02.01	Equipamento Processamentos de Dados	05	10%
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
12.311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10%
12.311.04.05	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto.	10	10%

A variação no saldo da depreciação do ativo imobilizado, entre os exercícios de 2015 e 2016, foi de R\$ 154.206,46.

A informação em Nota Explicativa sobre o não registro da Depreciação, no exercício de 2015, dos 10 Rádios Motorola TALK ABOUT foram ajustados dentro do exercício vigente, no montante de R\$ 15,80 fazendo lastro no grupo de contas Ajuste de exercício Anteriores do patrimônio líquido. O valor da depreciação referente ao exercício de 2016, foi mensurado e registrado integralmente.

3.2.1.6 – Patrimônio Líquido

3.2.1.6.1 – Resultado do Exercício

O saldo de R\$ 21.596.975,47 representa a apuração de um resultado deficitário, considerando que o montante de R\$ 7.640.475,44 – das *Variações Patrimoniais Aumentativas* –, restringiram-se, basicamente, ao recebimento dos rendimentos auferidos na aplicação dos recursos financeiros disponíveis da autarquia na Conta Única do Tesouro e, do montante de R\$ 29.237.450,91 – das *Variações Patrimoniais Diminutivas* –, que corresponde, basicamente, ao total das despesas no exercício com pessoal e custeio da autarquia.

3.2.1.6.2 – Ajuste de Exercícios Anteriores

O montante de R\$ 7.599,13 refere-se à regularização de saldo indevido de exercício anterior, sendo composto pelo ajuste da conta *Aparelhos e Equipamento de Comunicação – Imobilizado*, no valor de R\$ 15,80 e da conta de *Salários e Ordenados – Adiantamentos Concedidos*, no valor de R\$ 7.583,13.

3.2.1.7 – Ativo Compensado e do Passivo Compensado

O valor de R\$ 182.794,16 que registra as garantias recebidas das empresas contratadas, não está atualizados, apesar da sistemática de contratações, alterações e encerramentos de contratos ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, como segue:

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Em R\$

EMPRESA CONTRATADA	VALOR
Telemar Norte S/A	91.371,55
Wollauto Administração e Locação	52.070,82
DB-2 Comércio e Serviços Ltda.	25.924,26
5 Estrelas Comercial e Serviços Ltda.	5.000,00
ITS Viagens e Turismo Ltda.	5.000,00
GranCoffe Comércio, Locação e Serviços Ltda.	3.427,53
TOTAL	182.794,16

Nas contas de controle que espelham as obrigações contratuais da autarquia, o valor de R\$ 5.087.505,61, registrado nas rubricas de *Contratos de Aluguéis em Execução* e *Contratos de Serviços em Execução*, não apresentam escrituração fidedigna, considerando que, as alterações contratuais, os termos de vigência, os cancelamentos e as supressões negociadas, ocorridas no exercício em referência, não foram registradas no SIAFI.

Os saldos abaixo não representam a situação real dos compromissos contratuais existentes em 31/12:

Em R\$

EMPRESA CONTRATADA	VALOR
Pertinã Logística - ME	912.970,89
DB-2 Comércio, Serviços e Locações S/A	177.711,65
Adven Comércio, Locações e Serviços Ltda.	47.256,75
GranCoffe Comércio, Locação e Serviços Ltda.	19.897,52
Braga & Novaes Locadora de Veículos Ltda.	28.392,39
Adinp Distribuidora de Diários Oficiais Ltda.	814,91
Wollauto Administração e locação Ltda.	18.385,85
Banco do Brasil S/A	18.166,94
Projebel Serviços e Comércio Ltda.	110.065,05
Sermatec Assistência Técnica Ltda.	43.114,68
ITS Viagens e Turismo Ltda.	505.007,73
Myclipp Serviços e Informações	608,38
Nova União Serviços Gerais	34.068,70
Positivo Empreendimento Ltda.	171.951,71
Seiselles Distribuição e Logística Ltda.	5.594,75
Fundo da Imprensa Nacional	33.347,81
Empresa Brasil de Comunicação S/A	103.611,20
JAC Serviços e Transportes Ltda.	74.422,62

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

<i>Em R\$</i>	
EMPRESA CONTRATADA	VALOR
PRODERJ – Centro de Tecnologia da Informação	618.605,76
Telemar Norte Leste S/A	1.728.725,94
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	214.852,90
Claro S/A	95.174,36
Primesys Soluções Empresariais S/A	68,60
SERPRO - Brasília	108.666,31
Imprensa Oficial do Rio de Janeiro	15.718,03
SKY Brasil Serviços Ltda.	304,18
Total	5.087.505,61

3.2.2–Do Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base no modelo apresentado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 6ª edição. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

3.2.2.1 – Receitas

O resultado deficitário deu-se em razão da frustração das receitas previstas para o exercício. O déficit apurado não foi maior em razão das receitas patrimoniais e por ter a peça orçamentária, previsto a utilização de recursos de superávits de exercícios anteriores para o custeamento com as despesas com pessoal. A tendência para o recebimento de novas receitas após, a realização dos Jogos Olímpicos ocorridos em agosto de 2016, é praticamente nula, em razão do início das tratativas para a desmobilização da autarquia.

A proposta orçamentária apresentada aos entes consorciados ao final de 2015 para o exercício de 2016 previa a necessidade de recursos financeiros para custear as despesas com pessoal. A não assinatura do Contrato de Rateio para o exercício e, consequentemente, a não integralização das receitas, implicou na utilização dos rendimentos dos recursos aplicados.

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Apesar de a autarquia manter aplicação de seus recursos financeiros auferindo rendimentos que a cada exercício são incorporados às suas receitas, a proposta orçamentária aprovada para o exercício, não previu a arrecadação dessas receitas patrimoniais. .

3.2.2.2 – Despesas

A Resolução nº 16 de 22 de dezembro de 2015 que trata do orçamento da autarquia para o exercício de 2016, autorizado pelo Conselho Público Olímpico – órgão de Instância máxima que aprova a proposta orçamentária do órgão -, pela primeira vez, desde o início das atividades da autarquia, contingenciou o orçamento e fixou em até R\$ 20.000.000,00 do total aprovado - que é de R\$ 30.000.000,00 -, o limite para pagamento de despesas no exercício, ficando o restante condicionado a prévia autorização daquele Conselho.

Nos meses de outubro e dezembro, foi autorizado por meio das Resoluções CPO nº 18/2016 e CPO nº 23/2016 - que tratam da utilização dos recursos contingenciados -, o montante de R\$ 5.600.000,00 e R\$ 3.000.000,00, respectivamente, restando, R\$ 1.400.000,00 do orçamento total aprovado pelo Conselho Público Olímpico.

No segundo semestre do exercício, em razão do contingenciamento do orçamento, houve movimentação entre os grupos de natureza de despesa 33.90.00 e 31.90.00 para ajustes nos saldos das dotações orçamentárias disponíveis, as quais foram insuficientes para fazer frente às despesas do período. Essa movimentação está respaldada pelo Parecer nº 00026/2016/PG/APO, como segue:

Em R\$

REMANEJAMENTO		DATA	VALOR
DE	PARA		
31.90.00	33.90.00	19/07/2016	1.000.000,00
31.90.00	33.90.00	10/10/2016	1.400.000,00

Em R\$

REMANEJAMENTO		DATA	VALOR
DE	PARA		
33.90.00	31.90.00	25/11/2016	1.210.000,00
33.90.00	31.90.00	20/12/2016	800.000,00
33.90.00	31.90.00	20/12/2016	2.200.000,00

Ao final do exercício, após as movimentações ocorridas, os valores autorizados por natureza de despesa ficaram assim distribuídos:

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

		Em R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
31.90.00 – Pessoal e Encargos	23.091.673,54	
33.90.00 – Custeio	5.508.326,47	
Total	28.600.000,00	

3.2.3–Do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e saídas de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como de recebimento e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e contempla duas seções: *Ingressos* (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentária) e *Dispêndios* (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios. É elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;

Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;

Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e

Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

3.2.3.1 – Receitas Orçamentárias

3.2.3.1.1 – Outros recursos vinculados a órgãos e programas

O valor de R\$ 7.620.852,24, está representado pelos rendimentos auferidos em aplicação dos recursos financeiros disponíveis na Conta Única do Tesouro. A taxa de remuneração é estabelecida pelo Ministério da Fazenda mediante portaria publicada no Diário Oficial da União.

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

3.2.3.2 – Recebimentos e Despesas Extraorçamentárias

3.2.3.2.1 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Nesse grupo destaca-se o valor de R\$ 21.606,15 que compreende valores referentes ao cancelamento de ordens bancárias no decorrer do exercício que não seguiram o rito normal do sistema, gerando lastro nas contas de controle, sem que tenham sido baixadas, apesar da regularização do compromisso.

O valor é demonstrado nas colunas de *Ingressos e Dispendios*, por ter sido registrado a entrada de recursos pela volta do financeiro, em fonte não utilizada pela autarquia, a saída pelo seu posterior pagamento. O saldo registrado nesta rubrica apresenta reflexo na Demonstração do Fluxo de Caixa.

3.2.4 – Das Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP

Evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Neste grupo destacam-se:

3.2.4.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas

3.2.4.1.1 – Indenizações e Restituições

Nesta rubrica, destaca-se o valor de R\$ 18.612,91, referente à recuperação de despesas do exercício anterior, paga a mais do que deveria o prestador de serviço - contrato administrativo de serviços de locação de veículos.

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

3.2.4.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

3.2.4.2.1 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Em R\$

DESCRIÇÃO	VALOR
Remuneração a Pessoal	16.081.929,29
Encargos Patronais	2.279.513,61
Benefícios a Pessoal	1.997.715,56
Outras	(a)4.778.831,63
TOTAL	25.137.990,09

(a) Despesas com empregados cedidos pela CAIXA, cujo ônus é da autarquia.

3.2.4.2.2 – Juros e Encargos de Mora

O valor de R\$ 10,29 refere-se à multa contratual incorrida por atraso no pagamento a prestador de serviço com a restituição do valor feita pelo servidor responsável da gestão do contrato. O mesmo valor aparece nas Variações Patrimoniais Aumentativas no Balanço Financeiro como *Dedução de Receita*, neste último, por ter havido movimentação entre as unidades gestoras da autarquia.

3.2.4.2.3 – Resultado Patrimonial

O não repasse de recursos financeiros dentro do exercício, situação rotineira na autarquia, contribuiu para uma apuração do resultado patrimonial deficitária. Os recursos recebidos durante o exercício, não abarcaram o montante das despesas.

3.2.5 – Das Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos.

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extra-orçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

4

APO
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

3.2.5.1 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

3.2.5.1.1 – Desembolsos

O saldo desta rubrica no montante de R\$ 1.958,60 representa os desembolsos utilizados durante o exercício de 2016, para a aquisição de bens móveis em 2015, com a utilização de Restos a pagar.

3.2.5.2 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O montante negativo de R\$ 21.574.776,37, resultou da não arrecadação das receitas financeiras previstas em Contrato de Rateio e que não foi celebrado até o final do exercício. A única receita arrecada nesta rubrica refere-se ao valor do ente Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.000,00 pactuado no Contrato de Rateio nº01/2015.

3.2.5.3 – Caixa e Equivalentes de Caixa Final

Refere-se aos valores disponíveis em espécie, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Brasília, 10 de março de 2017


Jorge Lúcio G. Marques
Contador CRC – RJ 087505/O-7



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: Autoridade Pública Olímpica

Unidades Gestoras: 913001;
913002 e;
913003.

Exercício: 2016

Declaro que as informações relativas à execução levantada por Unidade Gestora Responsável integram os demonstrativos contábeis, levantados do SIAFI: Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, registradas pelas unidades, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) Apropriação e Pagamento do Auxílio-Moradia, por estar sendo registrada com evento inadequado – Equação 094.

Apresento a justificativa para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2014.

- a) A Autoridade Pública Olímpica utiliza o SIAFI por uma decisão administrativa, mas como não é pertencente ao Orçamento Fiscal e Seguridade Social, o sistema não está configurado integralmente às realidades desta. No que tange ao pagamento do benefício de restituição de auxílio moradia, esta autarquia utilizava o evento inadequado até uma o início do exercício de 2016. Tão logo foi observado esse cenário, foi realizada a adequação no registro, sendo necessária uma reclassificação que só pode ser efetuada em dia posterior ao pagamento. Parte desse valor não teve essa regularização realizada em tempo, mas as providências estão em andamento.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 06 de Março de 2017.


Jorge Lucio Gonçalves Marques
Contador Responsável
CRC/RJ – 087505/O-7